

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Sete de Abril de Dois mil e Vinte e Três

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Bom dia a todos, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Deputados, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhores funcionários da autarquia, comunicação social e para o público que nos acompanha. Gostaria, em primeiro lugar, de saudar os membros de hoje da Assembleia Municipal que, pela primeira vez, participam nos trabalhos deste órgão. E dizer-lhes, muito simplesmente, aos que estão hoje pela primeira vez, sejam bem-vindos. Em segundo lugar, dizer que, estando oitenta e dois senhores deputados, temos quorum. Em segundo lugar, agradecer às lideranças do PG, do PSD, do PS, à Sofia Rolim e à Vanda Sá Rodrigues, o trabalho que se desenvolveu no sentido de, nos últimos dias, conseguirmos proceder ao maior número possível de substituições dos senhores deputados, que, por razões várias, não puderam estar presentes, nomeadamente ao Dr. Valbom, Dr. Hugo e ao Eng.º Miguel Borges. Muito obrigado. Creio que conseguimos chegar quase ao número máximo. Em terceiro lugar, gostaria de vos dizer, muito sinceramente e com toda a humildade, que o modo como decorreu a última reunião deve, no meu entender, servir de reflexão para todos nós. Mesa e para todos. E, por isso, também com muita humildade, caso alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado, alguma senhora Presidente de Junta de Freguesia ou algum senhor Presidente de Junta de Freguesia se tenha sentido ofendido, por qualquer palavra ou atitude da Mesa, pois, meu nome e em nome da Mesa, cabe-nos pedir desculpa, tal como já o fez um senhor deputado em relação à Mesa e a quem eu agradeço publicamente. Sendo humanos, todos cometemos erros. Mas reconhecer esses mesmos erros, creio que nos enobrece a todos. Finalmente, umas breves palavras

em meu nome pessoal. Após a última reunião, foram publicados alguns textos e notícias na comunicação social, subscritos pela Juventude do Bloco de Esquerda, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Apesar de contactado pelas duas rádios, entendi, por respeito a este órgão e a todos vós, ser este o local para dar uma pequena explicação naquilo, só naquilo que, em meu entender, extravasou a crítica política que é normal e que todos temos que aceitar. Cada Presidente da Assembleia Municipal tem o seu estilo próprio. E, tendo algum tempo livre, gosto de estar informado sobre o que se passa na Câmara, na sequência legal do que nos cabe, ou seja, e nos termos da Lei 75/2013, acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara, e, ainda, do que fui dizendo durante a campanha: de que, estando e residindo na Guarda, poderia ajudar na resolução dos problemas dos cidadãos da Guarda. Como notário, durante dezassete anos, sempre ajudei a autarquia da Guarda e algumas de concelhos vizinhos. Isto, quer no tempo do Eng.º Joaquim Valente, quer do Dr. Álvaro Amaro, quer do Dr. Carlos Chaves Monteiro. Penso poder dizer que ajudei a resolver muitas situações de que beneficiaram as pessoas da Guarda. Cheguei à Guarda, em 1978, conhecendo três pessoas, pensando aqui permanecer apenas por dois anos. Bem recebido, aqui fiquei, aqui fiz amigos e fiquei a amar a Guarda. A ajuda que gratuitamente dou, como Jurista e Advogado, e atenta a experiência como Notário, é apenas, e permitam-me dizer isto, é apenas a tradução prática do amor que tenho a esta terra. Fico grato, por me terem escutado. -----

Em seguida, dar conhecimento das substituições. Do grupo municipal Pela Guarda: falta Teresa Rute Rabaça Prata, é substituída por Lídia Lucas Teles Matos Aleixo; falta Luísa Margarida Gonçalves dos Santos, substituída por Telmo Filipe Carvalho Vaz; falta José António Jacinto Rodrigues, substituído por António José da Silva Quinaz; falta Isabel Cristina Campos Henriques Gonçalves, substituída por António Duarte Neto. Do Grupo Municipal do PSD: falta Dulcineia Catarina Moura, substituída por Sara Cristina Paulo Ramos; falta Miguel Nuno Gonçalves Bandeira, substituído por Rodrigues Pires Besteiro; falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, substituído por Francisco António Ricardo Jorge Robalo. Do grupo municipal do Partido Socialista: falta Ana Manuel Jerónimo Lopes Mendes Godinho, substituída por Liliana Alexandra Palos Almeida; falta Virgílio Edgar Garcia Bento, substituído por João Carlos de Andrade Salgueiro. Juntas de

Freguesia: falta a Presidente de Junta de Freguesia da Faia, Liliana Filipa Brás Santos, substituída pela Secretária, Maria de Lurdes Máxima Pires; falta o Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, substituído pela Secretária, Anabela Guerra da Cunha. São estes os senhores Deputados que faltaram e que conseguiram ser substituídos. Mais uma vez, aos grupos, muito obrigado. -----

Temos, na intervenção do público, três cidadãos inscritos. E a primeira inscrição é a do senhor Baltazar Moisés Barroso Lopes, a quem, nos termos regimentais, pedia para se dirigir e terá direito a cinco minutos. Faça favor.” -----

- **Baltazar Moisés Barroso Lopes:** “Bom dia, senhor Presidente da Assembleia, senhores membros da Assembleia, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, público em geral, comunicação social. Venho à assembleia municipal, em nome da Associação de Eventos da Aldeia Viçosa. Comemorou-se, há dois dias, os quarenta e nove anos da democracia e da liberdade, em Portugal. Mas, infelizmente, nesta casa, não existe democracia nem liberdade. Existe, sim, discriminação. Eu gostava de perguntar ao senhor Presidente da Câmara porque é que a Associação de Eventos de Aldeia Viçosa é discriminada em todos, todos os eventos? Não dão nenhum apoio. Até, inclusive, no último evento, que foi o dia mundial da poesia, até vinte cadeiras se negaram a emprestar porque não tinham disponíveis. Já tivemos que pagar taxas de ocupação da via pública e já tivemos... a única coisa que a câmara nos empresta, e é porque não pode mesmo dizer que não, em todos os eventos, são os caixotes do lixo e as grades. Se isto não é discriminação, o que é discriminação? Por que razão é que nós temos vários pedidos desde janeiro, já estamos em fins de abril e resposta zero? Porque é que não nos dão a resposta sobre a rota dos passadiços do Mondego? Porque é que não nos dão a resposta por causa de querermos fazer uma rua com os chapéus de chuva? E porque é que Aldeia Viçosa, a Associação de Aldeia Viçosa é discriminada? Porque nem sequer, tenham em conta isto, o grande evento, que se vai realizar agora no dia 29 e 30, que é a feira medieval, a Câmara Municipal nega-se a pôr este cartaz. Este cartaz, nega-se a pôr no *site* da Câmara, onde está aqui o símbolo da câmara. Nega-se a pôr. Eu gostava de saber porquê. E gostava de saber porque é que este, de uma associação que também só tem o apoio da Câmara Municipal da Guarda e é organizado por uma associação, é publicada no *site* da Câmara? Se isto não é discriminação, o que é discriminação? A

Câmara Municipal faz tudo, tenta fazer tudo para que aquela associação não consiga fazer eventos. Por uma razão. Eu sei qual é a razão. É que eu fui candidato numa lista do Partido Socialista e é esta a única razão que a câmara municipal tenta boicotar. Não vos vou roubar mais tempo, mas gostava que o senhor Presidente da Câmara, pelo menos, tenha o respeito pela associação e responda às nossas perguntas, aos nossos emails, e diga, gostava de saber, por que razão é que nem este evento, que é uma feira medieval, não é publicado no *Site* da câmara municipal. Muito obrigado. Não vos roubo mais tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Dava, agora, de seguida, de acordo com a ordens das inscrições, a palavra ao senhor Aires Antunes Diniz. Faça favor.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Bom dia a todos e a todas. Em 2 de abril deste ano e deste mês passado, fui falar à Meda sobre José Augusto de Castro, um homem militante que muito amou a nossa cidade. Que até tem, nesta nossa cidade, uma rua com o seu nome, como nos conta Hélder Sequeira, explicitando as razões desta homenagem no Boletim Municipal n.º 3 de 2023, página 27. Também a família nos ofertou, em 1995, o seu espólio, que está à guarda da nossa biblioteca municipal desde então, e que consta de obras publicadas inéditas, oferecidos pela sua neta à Biblioteca Municipal da Guarda, onde se encontram devidamente acomodados no depósito da mesma, segundo algumas normas de segurança de preservação e conservação de documentos, como me informaram. Durante a minha intervenção, tentei sensibilizar o Presidente da Câmara Municipal da Meda, o Dr. João Mourato, para a primeira publicação ou republicação das obras deste nosso amigo, o que parece que consegui, tendo esta minha intervenção, neste momento e agora, o objetivo sensibilizar o Presidente da Câmara Municipal da Guarda no sentido de conjugar esforços com o Presidente acima referido. Dada a extensão deste espólio, que consta de vinte e quatro obras publicadas, onze em prosa e treze em poesia, e vinte e uma por editar, como nos informa o ex-Presidente da Câmara da Guarda, Abílio Curto, numa publicação de 1995, proponho que se faça um plano de quatro anos para reeditar ou publicar esta obra, homenageando, assim, este escritor que muito amou a nossa cidade. Também faço, aqui, jus à nossa antiga Presidente, a Dra. Maria do Carmo Borges, que também falou nele no discurso que fez no dia 25. -----

Preocupado com a saúde económica da Guarda, venho alertar para a saída da Guarda da Ford e as alterações feitas nas concessões de automóveis de várias marcas e ainda para o fecho de pequenas e médias empresas, algo que prejudica trabalhadores e empresários, bem como diminui o nosso acesso, como consumidores, a bens e serviços dos quais carecemos. -----

Também sinto muito a falta da linha de caminho-de-ferro da Beira Alta, que saía da Guarda e que ia até Coimbra e depois seguia para Lisboa. Agora só temos a linha da Beira Baixa. E ainda bem. Mas o que é certo é que confrange-me que nós não tenhamos essa linha a funcionar. E também penso que havendo um sururu e a Igreja católica andar por aí a divulgar os símbolos da Jornada Mundial da Juventude, não proteste também pelo facto de não haver uma linha de caminho-de-ferro de Vilar Famoso até Lisboa, que era uma mais-valia para essas jornadas. Como a Igreja Católica não a ouvi protestar, protesto eu, como católico, ou, pelo menos, como alguém que vai à missa em Pousade.

Agora, estamos prejudicados no mundo rural pelo encerramento do matadouro, sito no parque industrial, tanto a nível da necessidade desse serviço pelos produtores pecuários, como os consumidores que precisam de assegurar a sanidade dos animais abatidos. Por isso, peço ao senhor Presidente que nos relate o que se passa com o matadouro. E disse.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Está inscrita, agora, a dona Diana Soraia Gonçalves dos Santos.” -----

- **Diana Soraia Gonçalves dos Santos:** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e todos os que nos assistem à distância. Bom dia a todos. Decido intervir nesta Assembleia Municipal, por considerar que o contexto político da nossa cidade assim o exige e é enquanto guardense genuinamente preocupada com o futuro da Guarda que o faço. Não é minha intenção dar aqui uma aula sobre o que deve ser a política e a gestão autárquica, sobre a conduta ética que os responsáveis políticos devem assumir ou sobre o que deve ser a essência da causa pública, embora considere que seria fundamental, para muita gente que aqui está, adquirir ou rever esse conhecimento. A política é um exercício nobre e, como tal, exige, antes de mais, nobreza de carácter. É nobre o homem que conduz com ética a suas ações,

que não usa a mentira como estratégia argumentativa, que não derruba nem pisa os seus pares para conseguir alcançar os seus objetivos, que se importa realmente com o bem comum e não apenas com o bem de alguns. É nobre o homem que tem consciência democrática, que não oprime opiniões contrárias, que reconhece as suas limitações e tem humildade para assumir que não sabe tudo. Porém, para se fazer política, não basta o homem ser nobre. É preciso ser competente e ter a capacidade para fazer um diagnóstico certo àquilo que dirige, definir uma estratégia, definir objetivos, perseguir e cumprir-los. Tudo isto sempre com as pessoas no epicentro, pois é para as pessoas que a política deve ser feita. Por isso, nem todos podem fazer política. Estar na política é diferente de fazer política. Fazer política é uma missão ética, não é encenar nem brincar ao poder. Presidir um Município é uma enorme responsabilidade. Qualquer decisão ou ação mal executadas, poderão ter consequências drásticas e irreversíveis para a cidade e para o concelho. Existem erros históricos que saem muito caros à população. O senhor Presidente Sérgio Costa já soma, pelo menos, dois erros gravíssimos em ano e meio de mandato. Cultura e habitação. Duas áreas fulcrais para o desenvolvimento de uma cidade. O senhor Presidente está a construir a cidade que qualquer homem contemporâneo deseja evitar. Uma cidade atrasada, sem rumo, sem cultura, sem massa crítica. Uma cidade apagada, esquecida, sem manutenção, sem atratividade. Uma cidade do século passado, onde o que interessa são as festas boémias de freguesia em freguesia, a bênção do clero, as inaugurações, fotografias e assinaturas. Isto não é política. Isto é propaganda. O senhor Presidente Sérgio Costa está a autopromover-se com ações que visam a manutenção do seu lugar na presidência desta Câmara. Os guardenses vão pagar para o senhor Presidente andar quarenta e três dias do seu mandato a tentar encontrar uma estratégia para o concelho. Quarenta e três dias de autêntica campanha eleitoral, paga com o dinheiro de todos nós. Pergunto, o senhor Presidente não deveria ter já uma estratégia de ação, antes de assumir a presidência? São os munícipes que vão fazer as políticas públicas do município? Esta não é uma estratégia para o concelho da Guarda. Esta é uma estratégia para Sérgio Costa e para a continuidade do seu projeto. Lamento expressar a minha opinião e é com infelicidade que o faço, mas considero que o senhor Presidente deste município e a sua equipa não estão minimamente à altura das funções para as quais foram eleitos. Não têm visão, estratégia, nem as capacidades necessárias para o bom exercício dessas funções, para

conduzir o futuro da nossa cidade. O senhor Presidente refere, muitas vezes, que “está a ir de encontro aos guardenses”. Pois, é esse exatamente o erro. É que, ir de encontro, não é a mesma coisa que ir ao encontro. E, de facto, está. A sua política está a ir de encontro ao desenvolvimento da cidade. E esclareço linguisticamente: ir de encontro é ir contra. Uma cidade sem cultura, é uma cidade que não existe. E cultura não é sermos destino gastronómico e somar festivais de petiscos. Cultura não é coisa para entreter. A cultura é o que nos eleva e o que nos transforma. E cultura é o que não se vê nesta gestão autárquica. Por tudo isto, senhor Presidente Sérgio Costa, e por considerar que todos queremos o melhor para a Guarda, sugiro-lhe que, pela Guarda, defina e execute uma estratégia viável para a cidade, ou assuma as suas limitações e ponha o seu lugar e o da sua equipa à disposição. A Guarda não merece afundar desta forma por mais dois anos e meio. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhores elementos do público. Passávamos, agora, à votação da ata de 28 de fevereiro de 2023. A versão da ata que foi colocada na plataforma, a Mesa não quis, e nem podia, nem devia, alterar o que ficou a constar. No entanto, a Mesa desde logo se apercebeu que há aqui um problema de redação. E, por esse erro, obviamente, a Mesa tem que se penitenciar. Refiro-me ao ponto 2.1 da ordem de trabalhos e, por lapso, meu e da Mesa, ficou a constar que era uma alteração à ordem de trabalhos. Não é alteração à ordem de trabalhos, porque, se houvesse uma alteração à ordem de trabalhos, teríamos que criar um ponto novo. Foi isso que já fizemos numa vez anterior. E, aí, realmente, exigir-se-ia dois terços, não dos deputados presentes, mas do conjunto dos oitenta e sete deputados. O que daria, se a memória não me traiçoa, oitenta e sete a dividir por três, vinte e nove. Cinquenta e oito. E votaram, creio eu, cinquenta e cinco. Portanto, o que a Mesa entendeu, na altura, porque foi a sua interpretação de que haveria aqui, digamos, uma lacuna, e, nos termos do Regimento, quando ocorre uma lacuna, compete à Mesa interpretar o Regimento, o que nós fizemos foi, dentro do ponto 2.1... Não aditámos mais nenhum ponto. Foi, dentro do ponto 2.1, introduzirmos um documento para votação. Senhor deputado, só um bocadinho, já lhe dou a palavra. Já lhe dou a palavra. Portanto, a expressão que ficou, alteração da ordem, está errada. Pronto. Era esta explicação. De qualquer modo, nós não quisemos, obviamente, por uma questão

de lealdade, de justiça e de legalidade, alterar isso. No entanto, permitíamo-nos, quando nos apercebemos do erro da palavra, obviamente que deixámos ficar, mas que hoje, antes de colocarmos a ata à votação, obviamente teríamos que dar esta explicação, penitenciando no erro da palavra quando, efetivamente,... Eu tive um professor que dizia que as palavras eram muito pesadas, estão carregadas de sentido, como nós sabemos. Portanto, colocaria, neste momento, à discussão a ata. Faça favor, senhora deputada.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos os presentes. A quem nos vê lá em casa, permitam-me que vos cumprimente assim. O senhor Presidente, nessa Assembleia, referiu alteração da ordem de trabalhos. É audível na gravação. Portanto, na ata tem que constar que fez uma alteração da ordem de trabalhos. Nós vamo-nos abster, porque, sim, não cumpriu os dois terços, portanto, a decisão não é legal. Não pode modificar a ata, tendo em conta o que disse na Assembleia. Isso é ainda mais ilegal do que está a tentar propor. Ou seja, não pode dar a volta ao seu discurso de forma a ser enquadrado na lei. Ok? Propôs uma alteração da ordem de trabalhos, não cumpriu com a lei da obrigatoriedade dos dois terços, não é? Há aqui uma série de comportamentos que são, obviamente, criticáveis. E vem a esta Assembleia tentar reverter o seu discurso que está gravado? E quer colocar na ata algo que não disse e que não foi proposto? Porque foi essa a perspetiva com que fiquei quando faz essa proposta.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora deputada, posso só esclarecer? O que eu disse foi que nós não podemos mexer na ata. O que eu disse, o que a Mesa disse foi um erro. A palavra está errada. É uma coisa diferente. Nós não vamos mexer nisto.” ----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Ou seja, está admitir que, realmente, a Mesa não cumpriu com a Lei e não tinha dois terços para fazer a votação seguinte...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. É um erro de redação.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Não é um erro de redação. O que se ouve, volto a repetir, a Assembleia está gravada, portanto, convido toda a gente a assistir e a rever as vezes que forem necessárias. Não é um erro de redação. É uma tentativa de ilegalidade. Mais uma. O senhor Presidente propôs a alteração da ordem de trabalhos. Não tinha quorum. Deveria ter o conhecimento necessário para saber que não poderia fazer a

nova votação. Não pode, numa próxima Assembleia, reverter o seu discurso para caber dentro da lei. Toda Assembleia será testemunha do ocorrido.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, deseja falar? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Antes de mais, bom dia a todos. Ó senhor Presidente, erros cometemos todos. Como é óbvio, eu tive a oportunidade de dizer, nessa assembleia, que a Mesa estava a errar. Alguns Deputados, lembro-me pelo menos de um Deputado do PSD que veio dizer à Mesa exatamente isso. Que para haver alteração da ordem de trabalhos se tinha que colocar esse ponto. Ao qual o senhor Presidente respondeu “tem razão, senhor deputado, vamos fazer isso”. E foi aí que, depois, a seguir, houve a votação. E a votação, na realidade, foi uma votação ilegal. Ilegal porque não havia quorum. E, portanto, (eu, por acaso, não votei) aquilo que aconteceu aqui na última Assembleia, relativamente às comemorações do 25 de Abril, foi ilegal. Como é óbvio, eu sei que o senhor Presidente irá enviar para o sítio próprio, após aprovação da ata, nomeadamente para a CCDR, no sentido de perceber se aquela questão seria legal ou ilegal. Neste momento, o senhor Presidente já sabe que é ilegal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na verdade, errámos. Todos errámos. Todos erramos. Todos temos essa possibilidade de corrigir erros. Mas, na verdade, corrigir o que está dito numa ata e transcrito conforme o que está gravado, é um erro ainda maior do que o erro. É elevar o erro ao infinito. Portanto, na verdade, aquilo que aconteceu na última Assembleia, e gostaríamos de não ver repetir em próximas Assembleias, e nomeadamente nesta, porque é um desperdício, penso eu também. Muitas vezes podemos considerá-lo como um desperdício de tempo e temos muitas coisas reais para tratar. Mas, na realidade, foi alterado o período da ordem do dia. Foi alterado com uma votação que não era suficiente, segundo o Regimento. E esta é a verdade dos factos. Nós aqui, depois da votação, e cumprindo, e não saímos da sala e votámos, mas fizemos questão de dizer que tínhamos dúvidas da legalidade do que estava aqui a acontecer. E as dúvidas, na verdade, eu pergunto ao

senhor Presidente se já recebeu, porque o senhor Presidente, na altura, disse que ia enviar para a CCDR a questão, se já recebeu resposta da CCDR. E, na verdade, se a CCDR lhe veio dizer e aconselhar: olhe, veja lá se altera a ata para as coisas correrem melhor. Mas, na verdade, eu acho que não vale a pena estarmos aqui a discutir muito. Houve um erro. Não temos que o assumir todos. Não vamos assumir esse erro todos nós. Todos nós erramos, mas não vamos assumir esse erro todos nós. A Mesa assume o erro. Não sei é como é que vamos resolver o problema da legalidade da coisa. Mas pronto, é isso. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Se não houver mais nenhum senhor deputado, colocava a ata, então, à votação.” -----

- **Resultado da votação da ata do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois.**

- Aprovada, por maioria, com quarenta e três votos a favor e vinte e nove abstenções. -

Período de Antes da Ordem do Dia

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, agora, ao período de antes da ordem do dia. Dava a palavra, neste momento, ao senhor secretário, para dar uma pequena explicação.” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia:** “Bom dia a todos. Só para dizer que vamos testar um novo programa de contagem de tempos. Cremos que não haverá erros. Mas poderá, eventualmente, haver alguma situação pelo facto de ser um programa novo e estar em fase de teste ainda, aqui, em algumas situações. No essencial, não está a dar qualquer erro. Se, durante algum momento da Assembleia, detetarmos que há algum erro no decorrer, nós temos o outro programa também de prevenção, entre aspas, para colocarmos. Está bem? Se, entretanto, forem detetando que alguma situação não está a correr tão bem, é favor de nos alertarem para podermos corrigir. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Então, pela ordem de...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mais uma vez, bom dia a todos. Depois da votação da ata, eu esperaria que o senhor Presidente trouxesse à Assembleia aquilo que se passou

no entretanto, entre uma Assembleia e outra. Uma vez que o senhor Presidente não o fez, gostaria de informar todos os senhores Deputados que houve uma reunião de líderes para tratarmos de várias questões, nomeadamente aquilo que aconteceu na última Assembleia e também as comemorações do 25 de Abril que decorreram há dois dias. Foi feita uma ata dessa reunião para que depois, a seguir, vocês todos tenham acesso a ela. Até agora, a nós, também ainda não nos foi entregue. Estamos à espera que nos chegue para, depois, a seguir, podermos partilhar com os nossos grupos. E ficou marcada uma reunião com o senhor Presidente da Câmara para o mês de maio, para podermos falar acerca das comemorações do 25 de Abril do próximo ano. Era só isto.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Pela ordem de entrada nas moções, votos de saudações, o primeiro voto a entrar é do Bloco de Esquerda. Senhora deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia, novamente. Não vou ler a moção integralmente. Reforço apenas que, com o 25 de Abril de 74 e o 1º de Maio, deu-se início a direitos até então negados, cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho digno, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, proibição dos despedimentos sem justa causa e, pela primeira vez, o estabelecer de um salário mínimo nacional. Foi também após estas datas que se consagrou o direito à greve, à negociação de contratos coletivos e à organização sindical, assim como uma nova forma de organização das trabalhadoras e dos trabalhadores, as comissões de trabalhadores. É em períodos de crise económica que se veem as fragilidades dos direitos das trabalhadoras, priorizando-se a produção à saúde. Através de baixas pensões e baixos salários, de novas formas de precarização do trabalho, de exigências exacerbatantes, de categorias profissionais deixadas à margem, de exclusão social e ausência de medidas decentes de promoção da reinserção profissional, desvaloriza-se o acesso a condições básicas de vida. Por isso, é tempo de valorizar o 1º de Maio, assinalando-o, exigindo melhorias nas condições de trabalho, tanto na função pública, como no setor privado. É necessário relembrar o direito ao trabalho com condições apropriadas, com uma remuneração justa, que assegure à trabalhadora e ao trabalhador a existência compatível com aquela que tem que ser uma vida boa. Onde se quebram cadeias de exploração e onde se constroem, em coletivo, projetos de transformação social

determinantes para a recuperação económica e social de todas e de todos. Assim, proponho que a Assembleia Municipal da Guarda, delibere: saudar o 1º de Maio e nele as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras dos setores públicos, privado e social que reivindicam condições de trabalho dignas, salários justos, direito à habitação e contra todas as formas de precariedade ou exploração; saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores da cidade, que todos os dias asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza, a escola pública e a manutenção das estruturas, nomeadamente aquelas que asseguram, nos bastidores, e tantas vezes de forma precária, os lugares da democracia; sublinhar a importância do Município da Guarda se evidenciar enquanto agente promotor de empregos com vínculos e rendimentos dignos, que permitam conciliar a vida pessoal e profissional, sem diferenças salariais com base no género e isentos de riscos psicológicos e/ou sociais; demonstrar a sua preocupação com o reforço do estatuto do cuidador informal e reconhecer a importância do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, maioritariamente, como sempre, sustentado por mulheres.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora deputada, muito obrigado. Se alguma senhora deputada ou senhor deputado desejar intervir sobre este voto de saudação, tem a palavra. Faça favor, senhor deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os membros da Assembleia, os senhores funcionários da Câmara Municipal, o público e, em particular, os senhores Presidentes de Junta. Dizer o seguinte. Eu percebo o espírito da sua intervenção. Mas coloco aqui apenas uma questão. Isto é o senso comum, todos nós pensamos isto. E, portanto, se efetivamente vale a pena vir aqui com, digamos, a forma de uma moção? Ponho isso, questiono... Não, saudação, voto de saudação. Mas isto, quer dizer, isto é a minha questão. Atenção, não quero, de maneira nenhuma, inviabilizar, porque eu concordo. Subscrevo, na íntegra. Mas é a forma. Acho que estamos a banalizar aquilo que são as moções. É só isto. Se for uma saudação, tudo bem. Mas pareceu-me que era a forma de moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor deputado. Faça favor.”

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Senhor Deputado, consultando a plataforma, pode ver que é um voto de saudação. Entrou nesse contexto. Só referir que não considero que os direitos dos trabalhadores seja algo redundante ou desimportante de se falar aqui. É um voto de saudação, uma série de questões que o Bloco considera que é importante serem reforçadas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Então, colocava o voto à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Saudação** -----

----- **1º Maio** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e dois votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Cumprimentar todos os presentes e aqueles que nos seguem através de casa. O Governo do Partido Socialista tem, no passado recente, feito avanços significativos em matéria laboral: desde o aumento constante e significativo do salário mínimo; desde o reforço dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente no que concerne até ao direito a desligar; no reforço da dos poderes da Autoridade para as Condições de Trabalho; no teste com a intenção de implementar a semana de quatro dias; e, agora, com entrada em vigor, no dia 1 de maio, da Agenda do Trabalho Digno, haverá um combate ainda mais forte à discriminação e à precariedade laboral e serão reforçados os direitos, principalmente no que toca à parentalidade e até no que toca aos trabalhadores cuidadores. Mas percebemos que este é um caminho que tem que se ir trilhando e que ainda não estamos onde queremos. E, por isso, urge, nós, diariamente, lutarmos pelo espírito do que é a agenda de trabalho digno pela valorização dos jovens no mercado de trabalho, pelo combate à precariedade, pela melhor conciliação da vida profissional com a vida pessoal e com a vida familiar, pela dinamização da contratação coletiva e pela participação dos trabalhadores.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, declaração e voto. Peço-lhe desculpa.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Naturalmente as autarquias e o estado têm que estar na vanguarda e têm que ser os primeiros a dar o exemplo. E, por todas estas razões, nós votamos favoravelmente o que foi aqui proposto, porque, sem dúvida, é importante e tem que ser lembrado e tem que ser saudado. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto? Quem estava primeiro? Senhor Deputado João Correia, faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhora Deputada, na essência, é evidente, todos concordamos e já foi dito aqui pelo meu colega de bancada. Eu penso que não é preciso é setorizar tanto os trabalhadores. Somos todos trabalhadores. Todos aqueles que trabalham, são trabalhadores. Não interessa se estão no lixo, se estão na enfermaria, se estão aqui, como nós. Somos todos trabalhadores. Habitue-mo-nos a essa ideia e não à ideia de esquerda que andamos aqui a setorizar e coitadinhos dos trabalhadores rurais, coitadinhos dos trabalhadores não sei quê... Somos todos. Todos os que trabalham, claro. Obviamente. E dizer-lhe, também, em relação ao cuidador informal, é extremamente importante dar mais vida a essa situação, porque, na realidade, os condicionalismos que são impostos são de tal forma que nem toda a gente tem acesso a ser cuidador informal. E era importante democratizar mais. Na verdade, foi este Governo que colocou na Lei o cuidador informal, mas é preciso democratizar mais. E, portanto, obviamente que votámos a favor. Claro.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado João Correia, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, deseja usar a palavra? Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Membros do Executivo. Para todos, um bom dia. A razão de afirmar-me aqui, de vir aqui, é o seguinte. Estamos todos de acordo. Dizer uma coisa que também é importante. Nos últimos anos, os rendimentos do trabalho, comparativamente com todos os outros rendimentos têm vindo a descer. Dizer que assistimos, no último ano, a expressões, nos jornais, de escravatura em trabalho agrícola. E dizer que, e muito bem, num belíssimo texto do Eng.º António Guterres, no Público, dizer que o atual ritmo de aproximação entre o sexo masculino e o sexo feminino no mundo, isto levaria cerca de trezentos anos.

Está publicado no Público. Não é Portugal, felizmente. Mas no mundo. No fundo, as assimetrias estão por aqui e não se desmançam. É um assunto importante.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Gostava de colocar à consideração do plenário o seguinte... Nos últimos minutos do período de apresentação de moções, algumas forças não conseguiram colocar todas as moções e houve até quem enviasse por e-mail. O Partido Socialista não terá conseguido introduzir uma noção e o PSD outra. Uma recomendação. Então, são duas recomendações. E, portanto, não querendo cercear, de modo algum, qualquer posição de alguma força política, eu gostaria de colocar à consideração do plenário se, efetivamente, o plenário tem alguma coisa a opor a que estas duas recomendações ainda sejam apreciadas hoje, dada a dificuldade, de última hora, da plataforma. Penso que não haverá. Se bem interpreto, penso que não haverá nada em contrário. E, portanto, seguidamente, dava a palavra ao Partido Socialista. Senhor Deputado Pedro Pinto, faz favor.” -----

- **Pedro Pinto Teixeira, Deputado (PS):** “Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais membros da Mesa, Ex.mo Presidente da Câmara Municipal, Ex.mas Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, caras e caros Presidentes de Junta, público presente e que nos acompanha também através dos meios digitais, órgãos de comunicação social, técnicos da autarquia. Isto é uma moção - medida de incentivo à natalidade. Como será a Guarda daqui a cinco anos, em termos de população? E daqui dez anos? E em 2050? De acordo com os Censos de 2021, em apenas dez anos, o distrito perdeu cerca de dezoito mil pessoas. Este, que é o maior concelho da Guarda, perdeu, em dez anos, duas mil, quatrocentas e vinte e quatro pessoas. Em 2021 tinha quarenta mil, cento e dezassete, quando, em 2011, tinha quarenta e duas mil, quinhentas e quarenta e uma. A natalidade, no distrito da Guarda, baixou em 2021, tendo sido registados menos sessenta e oito nascimentos, comparativamente a 2020. Há três anos, em 2020, nasceram quinhentos e quarenta e sete bebés. Ou seja, pela primeira vez, em 10 anos, foi registado um número de nascimentos inferior a quinhentos. Dos quatrocentos e setenta e nove nascimentos, em 2021, duzentos e vinte e três foram de mães do concelho da Guarda. Em 2022, registaram-se quatrocentos e oitenta e nove nascimentos, mais dez que em 2021. Desde 2012 que a maternidade da Guarda não regista um número de nascimentos superior a

seiscentos. Ainda, no que diz respeito à população, destaque para alguns números segundo o portal PORDATA e da Unidade Local de Saúde da Guarda: - Segundo os Censos de 2021, no município da Guarda, por cada cem residentes, havia onze jovens com menos de quinze anos; - Em 2021, no município da Guarda, havia duzentos e vinte e seis idosos por cada cem jovens, mais cento e seis do que em 2001; - Em 2021, nasceram, no concelho da Guarda, duzentos e vinte e três bebés, menos vinte e dois que em 2020, e morreram quinhentas e cinquenta e três pessoas. Isso significa um saldo negativo de trezentos e trinta indivíduos. Se por um lado é importante atrair pessoas para a nossa região, por outro é importante também termos medidas concretas e estimulantes que garantam a substituição de gerações. Cabe também ao Município definir estratégias para inverter o decréscimo da densidade populacional do concelho. No panorama nacional e até distrital, são vários os municípios que disponibilizam um Programa Municipal de Incentivo à Natalidade. Um programa de incentivo à natalidade e adoção pode ajudar a estimular o aumento da natalidade e ajudar a fixar população. Nesse sentido, propõe-se o seguinte apoio a conceder às famílias do Concelho da Guarda: incentivo à natalidade e adoção - 600 euros, por ano, a crianças até aos 3 anos. O que significa 1800 euros, a três anos, por criança. Propõe-se, ainda, a criação de um Núcleo Local de Garantia para a Infância que visa prevenir e combater a exclusão social, garantindo o acesso das crianças e dos jovens em situação de pobreza, assim como das suas famílias, a um conjunto de serviços essenciais.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora Deputada deseja intervir sobre este tema? Senhor Deputado Quelhas Gaspar, faz favor.” -----

- **José Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** “Muito boa tarde. Bom dia, perdão. Bom dia a todos. Senhor Presidente. Bom dia à Mesa e a quem nos assiste pelas redes sociais. Ora bem, o PG votará contra esta moção, pelas seguintes razões. Haveria, com certeza, mais, mas vou só nomear três. A primeira, é uma ausência total de criatividade, explícita pelo desconhecimento da realidade em que se insere. A segunda, é a falta de rigor e o carácter populista no enquadramento socioeconómico da proposta. E a terceira, pelas duas anteriores, que não será mais do que um estímulo, eu considero, considera o PG, que não será mais do que um estímulo à subsidi dependência. Ou seja, e para concluir,

e acho que, com isto, digo tudo. Para o Partido Socialista, quanto mais o povo empobrece, mais vota no PS. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado se deseja pronunciar sobre isso. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos. Muito bom dia, senhor Presidente. Gostaria só de responder ao Deputado Quelhas Gaspar. Dizer também que, bom, eu concordo parcialmente com a proposta. Mas, então, o que dizer da política de subsidiodependência do Município, não é? Subsídios extraordinários, reunião de Câmara sim, reunião de Câmara sim. Portanto, isso da subsidiodependência não é só um problema do Partido Socialista, também é do PG.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo... senhor Deputado Miguel, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Lamentável, senhor Deputado, é termos um Município que nada faz. Nós, na Assembleia Municipal, apresentamos propostas. As propostas são sérias. Esperemos que todos os grupos parlamentares as ouçam, com seriedade. Podem ser contra, podem ser a favor. Mas que as levem com seriedade. Há vários exemplos destes no país. Nós sabíamos que vocês iriam votar contra, como é óbvio. Mas só queremos é que levem as propostas com seriedade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Borges, muito obrigado. Presumindo não haver qualquer outra inscrição, colocava esta moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Medida de Incentivo à Natalidade** -----

- Aprovada, por maioria, com trinta e seis votos a favor, quatro abstenções e trinta e cinco votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça o favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Muito bom dia, senhor Presidente, Mesa, Executivo, Deputados, ouvintes. Bom. Porque votei contra? A resposta está dada pelo nosso amigo

Eng.º Borges. Nós sabíamos que iam votar contra. Efetivamente, foi redigida para votarmos contra, porque é um condicionalismo do Executivo. Claro que nós não queremos mandados. Eng.º Borges, está respondido. Agora, ao meu amigo Pedro. Caro amigo, a ideia é excelente. É um problema importantíssimo, a demografia. Se a quiser discutir a sério, podemos pedir ao Executivo que faça uma conferência, onde entre o PS, o PG, o PSD, todos, o CDS, o CHEGA se quiser, para se discutir a demografia no país. Mas a demografia não vai com a medidas específicas, com vetores. Se quiser perceber isso bem, ouça a senhora Ministra Mariana Vieira da Silva, na última intervenção, no dia 25 de Abril, às 10 ou 11 horas da noite. Que eu estive a ouvir, não consegui ir ao espetáculo, estive a ouvi-la. Ouça-a. As políticas sociais precisam de muitas alavancas. Quem normalmente só olhar para uma, erra. Isto, sei-o eu, de um grande raspanete que ouvi e aprendi. Nunca mais me esqueci. No mestrado, numa aula de ética. E isto muda se todas as políticas estiverem conjugadas para isso. Porque não deve ser aprovada esta medida? Uma outra razão, os 700...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, uma declaração de voto.” -

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Sim, sim. Uma declaração de voto. Só isto. Os 700 euros são mais condicionadores da fertilidade num determinado grupo, do que no outro. Por acaso, o mais frágil. É uma medida que ajuda a não emancipar. Só mais uma outra razão...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito rápido.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Condiciona a liberdade dos casais. Eu não aceito que nenhum país, mesmo de planeamento estratégico, condicione o meu número de filhos. Eu não gosto de fazer aos outros o que não aceito que me façam a mim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Deputado Rui Ribeiro, faça favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Cumprimento, na pessoa do senhor Presidente da Mesa, os meus pares Membros da Assembleia, cumprimento o Público presente e o que está em casa, os Técnicos da Autarquia. A minha declaração de voto para dizer que votei a favor, porque acredito que é preciso dar um primeiro passo. Se calhar, não é o melhor programa, não é a melhor proposta que podemos ter. Mas é um

ponto de partida. E lamento muito que, para o PG, não fazer nada seja melhor do que tentar fazer alguma coisa, nesta questão da natalidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel, agradeço... rápido.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votei a favor, votei a favor porque quero viver num concelho que não continue esta desertificação permanente. Votei a favor porque acredito nas mulheres e homens deste concelho. Tenho a certeza absoluta, e agora respondendo ao líder do PG, dizer-lhe uma coisa, a nossa proposta não foi condicionante. Nós conhecemos-vos. Vocês são previsíveis.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor. Tem todo o direito de fazer a declaração de voto.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Bom, nós votámos a favor porque, na verdade, acreditamos que possam haver um conjunto de medidas que estimulem, na verdade, a natalidade. E como não podemos fazer muito mais do que fazemos em relação à mortalidade, porque essa é inevitável pelo envelhecimento da nossa população, pelo menos, medidas financeiras que possam estimular a natalidade, são importantes. E, por isso, votámos a favor. Pensamos que não estamos a condicionar rigorosamente ninguém. Estamos a falar de uma verba anual que ultrapassará pouco mais do que os 130 mil euros. Não vejo que isso, no orçamento do Município, seja assim... E também acho que não estamos a condicionar ninguém a reproduzir-se, Dr. Valbom. Não vamos condicionar isso. Não vamos mexer na liberdade das pessoas. Obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto.” -----

- **Pedro Pinto Teixeira, Deputado (PS):** “Bem, antes de mais, lembrar que esta moção foi votada favoravelmente. Depois, envergonha-me, mas envergonha-me mesmo, quando estamos a falar de uma medida de natalidade, virmos falar em populismo. Populismo? Por amor de Deus! O que é que vocês andam a fazer? São contra o capital humano? Ou chega entregar o urso, que é aquilo que vocês fazem? Por amor de Deus! Bem. E condicionar? Acho que não tenho poderes para tal, nem o Partido Socialista. Acho que é vergonhoso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **José Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** “Ó senhor Deputado, o senhor Deputado tem o direito de achar que é vergonhoso o que o senhor entender. Vergonhoso é os senhores apresentarem uma proposta, uma medida, o seu governo, o governo que o senhor suporta, há muito pouco tempo, que propõe oferecer, entregar 30 euros, por mês, num prazo que, salvo erro, e o senhor corrigir-me-á, até porque está, eventualmente, envolvido no assunto, até outubro, e vem aqui propor à... deixe-me falar, por favor. E vem aqui propor à Autarquia da Guarda que o faça num valor de 50 euros, superior aos 30 euros que o seu governo propõe, o tal apoio, o tal apoio que é vergonhoso que o senhor fala, de 30 euros, por mês, até outubro, para apoiar quem realmente precisa desse apoio, meu caro. Isso é que é vergonhoso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor deputado Miguel Borges, a outra moção. Pode, pode. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É uma recomendação. É uma recomendação e gostaria de usar, apenas um minuto, para um voto de louvor. Está bem? Um voto de louvor. É um segundo... É um voto de louvor, sim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem a palavra. Faça favor.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Queria apresentar um voto louvor. Não está escrito. Eu depois, a seguir, tentarei reproduzir aquilo que vou dizer. Queria um voto de louvor para duas Deputadas desta Assembleia Municipal. Para a Deputada Cláudia Guedes e para a Deputada Bárbara Xavier, por representarem os extremos nesta Assembleia, extrema da direita, extrema da esquerda, mas por acreditarem na democracia e no 25 de Abril. E, portanto, gostaria de pôr à votação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, se eu interpretei as suas palavras, é um voto de louvor...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ao CDS e o Bloco de Esquerda por representarem os extremos do espectro partidário e acreditarem na democracia e no 25 de Abril. Isto aqui é só para dizer... pronto, tudo bem. Esqueçam o voto de louvor, se ninguém quiser o voto de louvor. É só a minha forma de manifestar algum incómodo por aquilo que se

passou na Assembleia da República, no 25 de Abril, há dois dias, com um dos partidos que, neste momento, está no espectro da Assembleia da República. Era só isto, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas, portanto, não pretende que seja colocado à votação? -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Pode não ser votado. Bem, vamos, então, à recomendação. Como nem só de más notícias se faz a Guarda. Como muito temos para dar. Como muito a Guarda tem para dar. Como louvamos sempre que temos que louvar. O Centro para a Economia e Inovação Social, foi lançado no dia 14 de abril na Guarda, com a presença da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e da Vice-Presidente do Governo e Ministra do Trabalho e Economia Social de Espanha, Yolanda Díaz. Os dois Governos concretizaram o acordo assinado durante a 34ª Cimeira Luso-Espanhola para a cooperação bilateral na implementação deste Centro. É o primeiro Centro dedicado à Economia Social em Portugal e Espanha e ganha escala na Guarda com um investimento de 10 milhões de euros. É um projeto pioneiro na Europa e único nos nossos dois Países. A economia social, representa mais de 6% da população empregada nos dois países e o Centro tem como missão a capacitação das entidades da economia social, a formação de quadros para as IPSS, o desenvolvimento de respostas inovadoras para a economia social. A Economia Social é, pois, um agente ativo da inclusão no mundo de trabalho e no combate às desigualdades. Por isso mesmo, tem de estar aberto à evolução para continuar a ser relevante e eficaz, numa sociedade onde os desafios são permanentes e multidimensionais. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais deu-nos um quadro político fundamental para abordar a dimensão social de questões-chave em diferentes áreas políticas. Nesta linha, a Comissão Europeia adotou um novo Plano de Ação para a Economia Social em 2021, com medidas concretas para mobilizar o pleno potencial da economia social. Este Centro é uma oportunidade para continuarmos a demonstrar que o crescimento dos países e das regiões também se alcança através da concretização dos valores da solidariedade. Portugal e Espanha acreditam, tal como ficou patente na Declaração Conjunta na Cimeira Luso-Espanhola, em Lanzarote, que o Centro pode inspirar todos os atores da economia social, promovendo-a como um motor de progresso económico e social para todos. Qualificar

e dignificar o trabalho no setor social, nas suas múltiplas dimensões, é sem dúvida um dos nossos objetivos, mas não é o único. Estas organizações poderão, também, adotar modelos inovadores de governação, que permitam uma maior participação na tomada de decisões e fomentar a criatividade e o sucesso. No mundo onde os desafios são globais, não podemos funcionar em circuitos locais. Governos, instituições, empresas e sociedade civil têm que trabalhar em conjunto para responder às necessidades e exigências das nossas comunidades. Portugal e Espanha unem, assim, forças, na Guarda, para fazer soar bem alto a voz da Economia Social. A partir desta cidade, que tem nome de Guarda, mas que deve ser, cada vez mais, a sentinela de um futuro comum, como nos pediu Eduardo Lourenço, recomendamos a todos os atores, onde se inclui, claro está, o Município, um futuro de grandes projetos partilhados, onde não haja linhas de fronteiras, mas sim um traço de união.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava esta recomendação... peço desculpa, é recomendação. Só há discussão. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre esta recomendação, tem agora a palavra. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Mesa, Executivo, Deputados, Ouvintes. Aí está uma atividade que tem, em princípio: princípio, meio e fim. Pensa, executa de uma forma plural e vai estudar. E, efetivamente, as políticas sociais vivem desta interação. Porque, normalmente, são complexos os problemas sociais ou da demografia ou dos idosos, porque eles, efetivamente, precisam de muitas ações. Por exemplo, na demografia, é mais importante o salário médio, para termos filhos ou não, do que as políticas de subsídios. Aqui é a mesma coisa. Quer dizer, primeiro tem que se estudar, planear e executar. É esta a metodologia. É esta a ideia certa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma... Deseja intervir, senhora Deputada? Senhora Deputada, deseja intervir? Faz favor, faz favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Senhor Deputado, estamos na Assembleia Municipal da Guarda, no ponto 1.1. Não estamos em campanha. Escusa de trazer assuntos da

Assembleia da República, para tentar fazer passar uma imagem que não ocorre aqui. É desnecessário. Ainda faltam uns aninhos. Tenha calma.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Entrávamos, agora, nas recomendações do Partido Social Democrata. Não sei se... entrou esta recomendação. Quer começar por ela? Esta de “por uma autarquia familiarmente responsável”. Esta é aquela que não entrou.” -----

- **Ana Rita Brissos, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, sintam-se todos cumprimentados. Esta recomendação é intitulada “por uma Autarquia familiarmente responsável”. O Dia Internacional das Famílias é celebrado anualmente no dia 15 de maio. A data foi proclamada pela Assembleia Geral da Organização da ONU, em 1993, e reflete a importância que a comunidade internacional atribui às famílias. O Dia Internacional oferece uma oportunidade para promover a conscientização sobre questões relativas às famílias e para aumentar o conhecimento dos processos sociais, económicos e demográficos que afetam as famílias. A Família é a base da Sociedade. Base essa que está cada vez com mais especificidades, cada vez mais exposta a desafios e a requerer maior proteção. Congratulamo-nos com a distinção da Guarda como uma das “Autarquias+ Familiarmente Responsáveis” em 2022, situação que já ocorreu no passado e ambicionamos manter no futuro. Para que esta bandeira tenha lugar num município, o mesmo tem de demonstrar políticas orientadas para as famílias, de modo a garantir-lhes o pleno exercício das suas responsabilidades e competências, de forma a prevenir situações de risco e de vulnerabilidade. Pelo Observatório dos Municípios Familiarmente Responsáveis, foram analisadas as políticas de família dos municípios em dez áreas de atuação. Vou passar à frente porque depois poderemos ver. São dez áreas, cada uma delas a bater num tópico e outros assuntos que se entendam como necessários. Estão ainda previstas no Quadro de Referência do referido Observatório, no âmbito dos facilitadores de uma política familiarmente responsável, orientações claras para a divulgação das medidas adotadas pela autarquia. Considera o grupo parlamentar do PSD da Guarda que tais medidas de divulgação, no concelho da Guarda, estão aquém da abrangência das mesmas à população, pelo que vem, em sede da sessão ordinária do dia 27 de abril de 2023, e a propósito da comemoração do Dia da Família,

recomendar à Câmara Municipal da Guarda dois pontos. O primeiro, que dê a conhecer à Assembleia Municipal as medidas inscritas no Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis e que foram alvo da atribuição da bandeira “Autarquia + Familiarmente Responsável 2022”. Ponto dois, que promova a divulgação, na comunidade, das medidas que as famílias possam beneficiar de maneira que se cumpra uma das orientações do observatório, que passo a citar: Os Municípios deverão assegurar uma ampla divulgação de todas as medidas tomadas no âmbito da Política de Família que desenvolvem. Para tal, deverão ser utilizados todos os meios de comunicação ao dispor da autarquia para informar as famílias, munícipes, de todos os apoios que estão ao seu alcance, facilitando a sua consulta e agilizando o seu acesso, através de procedimentos simples que deverão também ser amplamente divulgados. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejar pronunciar-se sobre esta recomendação, tem agora a palavra. Não havendo, passaria à recomendação seguinte. “por uma Guarda sem amianto, por uma Guarda mais saudável”.” -----

- **Alina Louro, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, todos os presentes e também todos aqueles que nos seguem pelos meios digitais. Eu vou usar umas imagens. Pensava que a ordem era diferente, quer dizer que vou pedir, por favor, serão as imagens 3. Mas podem ser projetadas depois. Amianto é a designação comercial utilizada para a variedade fibrosa de seis minerais de ocorrência natural. Pelas suas características físicas e químicas, o amianto foi, durante vários anos, utilizado na indústria da construção, por toda a Europa. O amianto está presente em diversos tipos de materiais, tais como: telhas de fibrocimento, revestimentos para impermeabilização de coberturas de edifícios, gessos e estuques, revestimentos à prova de fogo, revestimentos de tetos falsos, isolamentos térmicos e acústicos, entre outros. Pese embora as suas características favoráveis à construção, o amianto foi interdito há mais de uma década...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe imensa desculpa. Estava aqui a trocar... o PSD tem mais uma série de moções e recomendações. Já só tem dois minutos e dezassete segundos.” -----

- **Alina Louro, Deputada (PSD):** “Eu vou tentar ser breve. Pelos riscos que apresenta para a saúde, pois as fibras de amianto são consideradas cancerígenas, e chamo a vossa atenção para os tumores pulmonares e para os tumores gastrointestinais, que muitas vezes estão relacionados com as exposições às fibras de amianto. Há uma proibição da utilização do amianto e de produtos derivados que data de 1 de janeiro de 2005, pelo que os edifícios cuja construção ou remodelação seja anterior a esta data, têm fortes probabilidades de conter amianto. Ora, é necessário olhar para o amianto, não como o bicho papão, mas como algo que tem que ser avaliado e, em última instância, intervencionado. Estas imagens são imagens da Guarda. A Guarda tem uma série de edifícios cujas coberturas, subtetos e canalizações são em lusalite, um material que é uma mistura de cimento e as fibras de amianto e, portanto, estes edifícios têm sofrido obras de melhoramento, sem qualquer tipo de análise especializada, sem qualquer tipo de fiscalização. Portanto, não é necessário retirarmos o amianto das habitações porque o seu manuseamento pode acatar maior risco do que a sua preservação. Hoje em dia conhecem-se outros métodos, métodos de encapsulamento e, portanto, o amianto pode ser, enfim, encapsulado de modo a evitar a sua degradação e a evitar que haja libertação destas fibras e que depois entram facilmente na árvore respiratória. Portanto, tendo em vista a proteção ambiental e a saúde dos guardenses, o grupo municipal do PSD, delibera, nesta Assembleia, recomendar à Câmara Municipal de Guarda que sinalize os edifícios que, pelas suas características possam ter amianto ou derivados de amianto. Esta sinalização deve ser feita em edifícios públicos e em edifícios privados. Agora, a segunda imagem, por favor. Penso que já está na segunda. São imagens da Guarda, imagens que todos conhecemos, muitas delas na zona história. Depois de sinalizar, há que sensibilizar a população em geral, nomeadamente os proprietários destes edifícios. E, por fim, e não menos importante, ajudar monetariamente a resolver este problema. Ou eliminamos, ou encapsulamos. É isto. Muito obrigada a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Sendo uma recomendação, colocava à discussão. Alguma senhora Deputada ou algum senhor

Deputado deseja intervir? Não havendo nenhuma intervenção, passaria ao ponto seguinte que é “pela realização de uma sessão educativa do 25 de Novembro e atribuição toponímica da referida data”. Não sei... senhor Deputado. Disse Novembro. É 25 de Novembro, eu penso que disse. Muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.” ---

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Bom dia, senhor Presidente. Por uma questão de economia de tempo, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e aqueles que assistem a esta Assembleia pelas plataformas digitais. Pela realização de uma sessão evocativa do 25 de Novembro e atribuição toponímica da referida data. Comemorou-se, há dois dias, o 49^a aniversário do 25 de Abril. Esta data tão importante da história recente do nosso país e que jamais deverá ser esquecida, marcou a conceção do regime democrático em Portugal. Mas se o 25 de Abril foi a conceção, o 25 de Novembro foi o nascimento desse Portugal democrático e promotor das liberdades que hoje tanto prezamos. Não há a menor dúvida de que a nossa pátria tem hoje uma democracia plenamente consolidada, onde a pluralidade de opinião está tão presente como o ar que respiramos e a liberdade individual e coletiva é um direito consagrado e inalienável da nossa sociedade. No entanto, momentos houve, designadamente os tempos de má memória do PREC, em que o ideal de democracia e liberdade iniciado a 25 de Abril de 1974 esteve em sério risco, existindo forças que conspiravam para que Portugal se transformasse num país satélite da extinta União Soviética. Felizmente, a intervenção militar de pendor moderado que saiu às ruas no dia 25 de Novembro de 1975, pôs fim a esses devaneios políticos radicais e possibilitou o processo de estabilização da democracia representativa em Portugal, contribuindo, irreversivelmente, para que seguíssemos o caminho em direção a uma democracia de modelo ocidental, ou seja, o marco em que o país alcança a verdadeira liberdade. Paraphraseando o Senhor Presidente da República, em discurso alusivo ao dia no ano passado, “Não é possível compreender o 25 de Abril de 74 sem compreender o 25 de Novembro de 75 e não é possível compreender o 25 de Novembro de 75 sem compreender o 25 de Abril 74. E é essa complementaridade que justifica por que é que não podemos esquecer o dia de hoje”. Porque, hoje, só é possível fazer esta intervenção, dado que existiu um 25 de Abril e um 25 de Novembro, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária de 27 de abril de 2023, delibera propor ao

Executivo Municipal que: 1. Realize uma sessão evocativa do 25 de Novembro já este ano e que tenha continuidade nos seguintes, para a qual convide intervenientes que tiveram um papel direto nesse dia histórico e que possam testemunhar, na primeira pessoa, para todos nós e para as gerações mais jovens, o que realmente se passou nesse dia e qual o respetivo contributo para o Portugal democrático de hoje; 2. Inste a Comissão de Toponímia a atribuir a designação “25 de Novembro” a uma artéria da cidade. E, agora, muito telegraficamente, e à margem desta moção. Felizmente, ainda existem pessoas vivas, designadamente o General Ramalho Eanes, o Comandante Jaime Neves, que tiveram uma participação direta nesses acontecimentos. E devíamos aproveitar que essas pessoas ainda existem e estão presentes entre nós e deveriam ser convidadas, esses, como muito outros, é só apenas uma sugestão, para poderem testemunhar, falar connosco e falarmos acerca da importância desse dia. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Esta é uma moção. E, portanto, eu colocaria à discussão a moção e, depois, seguidamente, à votação. Já estão inscritos, não sei quem dos senhores Deputados levantou... senhor Deputado João Vaz, faz favor?” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Novamente bom dia. Numa Assembleia em que começámos com o grupo do PSD a dizer que acha excessivo fazer um voto de saudação para o dia 1 de Maio, a mim parece-me que é excessivo fazermos uma sessão evocativa por causa do 25 de Novembro. Além disso, lembrar que, em janeiro de 2017, foi aprovado, por unanimidade, em reunião de Câmara, a atribuição a uma praça da cidade o nome de Praça Mário Soares e que essa distinção ainda não foi feita. E parece-me que é muito mais relevante do que esta que está aqui a ser proposta.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa, há muito daquilo que disse com que eu concordo, acerca da importância do 25 de Abril, acerca da importância do momento do 25 de Novembro, acerca do facto de hoje sermos uma democracia consolidada. Mas, na minha conceção, a consolidação dessa democracia foi

um contínuo. E não podemos estar agarrados ao momento «A», ao momento «B» ou ao momento «C». Convencionou-se, e bem, na minha opinião, que o 25 de Abril marcou o arranque da transição para a democracia em Portugal e é essa a data que temos celebrado e que ainda esta semana voltámos, mais uma vez, a celebrar. E é meu desejo que se celebre por muitos mais anos, dada a sua importância. Mas eu creio que acrescentar momentos a esta transição, só vai criar aqui alguma confusão e algum ruído. E, portanto, não acompanharei a sua proposta. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado seja intervir. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, é engraçado, não é? Como só se começa a debater o 25 de Novembro, quando começam a subir os partidos de extrema-direita. E o PSD vai sempre alinhar, não é? Gosta de mostrar ao povo qual é bem a sua posição. Então, nós tivemos aqui uma votação em que a Assembleia decidiu que, primeiro decidiu que queria uma sessão a solene do 25 de Abril. Depois votaram contra. E trazemos para aqui a questão do 25 de Novembro. Ou seja, pior do que esta confusão, reforço o que já foi dito, iniciamos a dizer que não é necessário um voto do 1 de Maio, no entanto, uma sessão solene do 25 de Novembro é proposta. Pior do que isto só mesmo se os membros desta Assembleia aprovarem, e vamos estar a debater a importância de uma sessão solene do 25 de Abril da Assembleia Municipal e vamos dar como certa uma sessão solene do 25 de Novembro. Eu espero mesmo que isto não aconteça. E a questão que eu vos quero propor colocar é se querem mesmo colocar num igual nível social e político o 25 de Abril e o 25 de Novembro. Porque, na verdade, é muito esta a nossa decisão, não é? Se queremos considerar este pequeno golpe, dentro do processo democrático, muito mais valioso ou com igual mais-valia do que a própria conquista da democracia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, já lhe dou a palavra, está bem? Muito obrigado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, eu não disse que estava contra o 1º de Maio, coisa que nunca me passaria pela cabeça. O que eu não

tinha percebido, e já foi dito aqui duas vezes, o que eu não tinha percebido era qual era a forma que a senhora vinha aqui apresentar. Eu percebi que era uma moção e não uma saudação. Agora, por favor, não ponham, na minha pessoa, palavras que eu não disse.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Luís Soares, faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Muito bom dia a todos. Sendo eu, parece-me a mim, não sei se estou...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe que se aproxime um pouco..” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Não sei se estou a interpretar mal, se estou a interpretar mal estas posições aqui expressas. Mas o motivo deste debate, sou eu, Deputado independente, eleito nas listas do CHEGA. Eu posso ser muito pouco político, e reconheço-me como tal, mas sou, há muitos anos, muito politizado. E a minha história pessoal passa pela detenção do meu pai, quando eu tinha 6, 7 anos, ou 8 talvez, pela PIDE, na calada da noite. A partir daí, acho eu que comecei a ter consciência política. E acompanhei sempre toda esta evolução do Estado Novo até à Democracia, que se consubstanciou no dia 25 de Novembro, quanto a mim. Houve aí uma moção aprovada, em que eu não estive presente, no sentido de, no fundo, a Assembleia Municipal se constituir como uma comissão de festas. Já há aí nomeada uma comissão para os festejos e eu achei que é uma pura perda de tempo. Nós devemos passar aqui a propor moções e ideias que efetivamente promovam o desenvolvimento da nossa terra. É isso que me faz continuar nesta Assembleia. Porque, efetivamente, como eu, e repito, sou muito pouco político e sou muito prático. Agora, eu vivi na pele - peço desculpa, estou um bocadinho apanhado da garganta - eu vivi, na pele, como já justifiquei, esta questão da ditadura. Era jovem adolescente quando aconteceu o 25 de Abril e tenho presente que a extrema esquerda efetivamente conduziu os destinos deste país. São factos. Houve ocupações selvagens, nacionalizações. Isso foi uma governação de extrema esquerda. A partir do 25 de Novembro, a isso se deve também a Mário Soares, Jaime Neves, já foram aqui referidos esses nomes, a Jaime Neves e, sobretudo, ao nosso eterno e melhor Presidente, toda a gente sabe quem é, nem vale a pena referir o nome,

conseguimos ter esta democracia que temos. Porque, senão, éramos efetivamente um país satélite da União Soviética. Eu tenho presente um debate, que já foi muitas vezes repetido, em que Mário Soares dizia para o então comandante da extrema esquerda, Álvaro Cunhal, e que ele dizia: Não, o senhor quer governar, em ditadura de esquerda, este país. E o outro dizia: olhe que não, olhe que não. E ouvi, portanto, era jovem adolescente, da boca do Álvaro Cunhal, dizer que não ia haver eleições burguesas em Portugal. Isto significa factos. E é com os factos que eu baseei a minha atitude de não participar nesta inverdade que é o 25 de Abril ser o dia da liberdade. O dia da liberdade, eu já tive oportunidade, junto da comunicação social, enfim, apresentar uma argumentação próxima desta, o dia da liberdade, para mim, é o 25 de Novembro. E permitam-me, eu e eu posso dizer isto porque vivo em liberdade. Agora, é assim, nos últimos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe que seja sucinto. Já esgotou o seu tempo.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Então, estas coisas eu... fico-me por aqui.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas acabe a frase, por amor de Deus!” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Eu ia, enfim, de alguma forma, consubstanciar o que acabei de dizer e efetivamente rever-me na atitude daquele senhor Deputado, que eu peço desculpa... do Dr. Ricardo, peço imensa desculpa. Nomes não é o meu forte. E revejo-me integralmente em todo texto que aquele senhor se propõe fazer votar aqui, pelas razões que já exprimi.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Na realidade, senhores Deputados do PS, o 25 de Novembro foi extremamente importante e importante na perspetiva do próprio Partido Socialista. Basta ler os discursos de intervenções, e um deles eu citei aqui, no dia 25 de Abril, de António Almeida Santos, da época, discursos de Mário Soares, para perceber a importância que teve o 25 de Novembro. Teve, na verdade, aliás, António Almeida Santos, numa das intervenções que faz e que eu aqui citei, diz que nos deixámos embriagar pela liberdade, mas depois houve o 25 de Novembro que conseguiu retornar a liberdade. Ele próprio diz que a liberdade se perdeu em determinada altura. E,

portanto, eu não percebo esta forma de encarar o 25 de Novembro. O 25 de Novembro é complementar com o 25 de Abril. O 25 de Abril deu-nos a democracia, a liberdade. O 25 de Novembro, reforçou-a. Foi isso. Não vale a pena acharmos que o 25 de Novembro está ligado ao CHEGA. Não está. O 25 de Novembro é do CDS, do PSD, do PS e dos militares que garantiram a continuidade da filosofia de Abril. É isso. Está bem?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção. Não havendo qualquer outra intervenção, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela realização de uma Sessão evocativa do 25 de Novembro** -----

----- **e atribuição toponímica da referida data** -----

- Aprovada, por maioria, com trinta votos a favor, quarenta e cinco abstenções e um voto contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto. Peço desculpa, o senhor Deputado Miguel Borges já tinha levantado o braço.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu votei abstenção, antes de mais, porque, realmente, não encontro necessidade de haver qualquer tipo de evento evocativo desta data. Mas, depois, também me abstive porque tenho a certeza absoluta que vocês sabem que isto não vai acontecer, não é? Porque nada do que é aqui aprovado acontece.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Pediu a palavra o senhor Deputado Ricardo. Muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Só aqui um voto de congratulação por todos aqueles que se associaram e votaram favoravelmente esta moção. E dizer, àqueles que votaram contra, que não pretendam apagar a história. E aqueles que se dizem defensores da liberdade, são mas é defensores de uma democracia sectarista e ideologicamente condicionada por práticas estalinistas. Estaline é que apagava os seus adversários das fotografias. E o Bloco de Esquerda também quer apagar um acontecimento relevante da história de Portugal, com o seu voto contra. Portanto, para pensar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “O Bloco de Esquerda quer perceber como é que vai ser em 2024. Se vamos continuar a não ter uma sessão solene da Assembleia Municipal para homenagear o 25 de Abril e se vamos ter uma sessão solene do 25 de Novembro. É bastante demonstrativo do poder local e das opiniões. Não vale a pena trazer para aqui tanto extremismo, senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Obrigado. Ó senhora Deputada Bárbara, eu não pretendo nenhuma sessão solene. Nada disso. É apenas uma sessão evocativa. É uma aula de história. É apenas uma aula de história, tão só como isso. Ok?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Deseja... declaração de voto?” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, novamente. Sinteticamente, as democracias, todas as democracias são processos. Nunca é o momento. A seguir à porta que se abriu, houve muitos tropeços. Houve atropelos. E o 25 de Abril recentra isto. Mas não devemos andar a evocar todas as coisas. Por exemplo, eu acho que tinha também, se vamos falar em evocações, por exemplo, o dia das primeiras eleições para o poder autárquico que, efetivamente, sintetiza isso. Mas, no fundo, estamos a dividir-nos numa coisa em que toda a gente está de acordo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Permitam-me só dizer isto. Eu estava aqui a ouvir-vos com toda a atenção e estava-me a lembrar, perdoem-me esta, agora, inconfidência, das várias conversas que tive com o Coronel Jaime Neves, que Deus o tenha lá onde ele estiver e esteja bem. Passávamos, agora, às moções seguintes do PSD. Como já... calma. Como não há tempo para as apresentar, o senhor Deputado João Correia pediu apenas para transmitirmos, depois, uma imagem. Não é? Pronto. Então, a moção seguinte, que colocarei já. Se algum senhor Deputado se se desejar pronunciar sobre a esta moção, que é “pela divulgação e promoção das atividades económicas, turísticas e culturais na Guarda, em associação aos Passadiços do Mondego”. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado, deseja pronunciar-se. Se não desejar, colocava já à votação. Senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Achamos importantíssima esta moção. Queríamos só referir aqui algumas coisinhas. No separador já existente dos pontos de interesse, tem razão, estão em falta bastantes locais. Mas também queríamos reforçar que é necessário identificar a fauna e a flora que é encontrada ao longo do percurso. Porque o que existe agora é uma simples lista que não valoriza qualquer um dos elementos que, juntamente com os recursos geológicos, é o que realmente faz a beleza do local de que falamos. Para que os Passadiços sejam considerados uma obra de valorização do património natural da Guarda, terá mesmo que valorizar este património, ao invés de, obviamente, apenas desbastá-lo, como é rapidamente perceptível para quem conhece a zona. No ponto 4, gostaríamos de propor que não circunscrevessem as atividades ao espaço urbano. Ou seja, têm esta especificidade de atividades no espaço urbano. Nós aprovaremos a proposta se for retirado. Até porque os Passadiços e as zonas circundantes incluem zonas rurais que têm bastante relevo. Portanto, parece-me desnecessário estarmos a passar todo o turismo para a zona urbana. E reforçar que, realmente, ter que existir um ponto 6 nesta moção, é realmente demonstrativo do cuidado que o Município tem apresentado com o património natural, em que supostamente os Passadiços estão assentes. Para quem conhece e usa as zonas, novamente é horrível ver o lixo produzido e, pior ainda, que não tenha sequer sido pensado, por este Executivo, estruturas que o previnam. Portanto, deixamos esta proposta de alterarem a palavra urbano e remeterem, sim, para todo o território, porque o espaço rural é importantíssimo naquela zona.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe imensa desculpa. Portanto, no ponto 4 é retirarem a expressão «no espaço urbano». E, depois, falou num outro ponto que é? Pronto. Aceitam? Ok. Então é a proposta, com estas alterações propostas pelo Bloco de Esquerda. Deseja intervir, senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, novamente. Só para dizer que nós votamos também favoravelmente e vemos, efetivamente, o espírito do que deve ser uma comunidade. Todos a remar para o mesmo lado, nomeadamente até a nossa amiga Bárbara. Efetivamente, isto é uma questão de território. É uma questão de território. Por isso, congratulamo-nos com a moção. E, além disso, também associamos todos os

atores, de todos os tempos, que estiveram em consonância. Porque, efetivamente, aquilo que é bom, é bom para todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Deseja intervir também? Faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Muito bom dia a todos. Só duas coisas muito breves, também. Já que se fala em fauna e flora, a fauna há de ser difícil de se identificar, porque ela foge. Mas costuma haver por ali. Mas as pedras não fogem. Sim, está bem. Está bem. Eu não estou contra. Bárbara, eu não estou contra. Eu estou só a brincar, há de ser difícil a fauna ali querer alguma coisa conosco. Mas as rochas também são importantes. Eu sou geólogo. Aquilo, do ponto de vista geológico, é muito interessante. Contato geológico do xisto (...). Pronto, mas a ideia é que quem vá ali também possa ter, de alguma forma, essa informação em termos da geologia. Agora, em relação aos caixotes do lixo, eu costumo dizer que um humano é um humano, um porco é um porco. Podem pôr os caixotes de lixo onde quiserem. Eu sou incapaz de deitar o que seja para o chão. Levo no bolso. Podem pôr caixotes do lixo de 10 em 10 metros, vai haver sempre lixo porque quem vai para ali é todo o tipo de pessoas. Portanto, há uma dificuldade grande em fazer a recolha do lixo a meio dos Passadiços. Haverá, provavelmente, nos extremos terá que haver caixotes do lixo, como é óbvio. De qualquer maneira, as pessoas têm que começar a aprender a levar o lixo com elas. Está bom? Ok, é só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O senhor Deputado Ricardo chamou à atenção da Mesa que poderá a Mesa não ter esclarecido convenientemente o resultado da votação sobre o 25 de Novembro. Certo? Então, foi aprovado com um voto contra, quarenta e cinco abstenções e trinta votos a favor. Muito obrigado pela sua chamada de atenção. Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta moção, colocava à votação. Sim, sim. Com a alteração, sim. Com a alteração.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Pela divulgação e promoção das Atividades Económicas,** -----
----- **Turísticas e Culturais na Guarda, em associação aos Passadiços do Mondego** -----
- **Aprovada, por unanimidade,** com setenta e oito votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A moção seguinte é sob o título «pela criação de uma identidade gráfica, site e redes sociais da Assembleia Municipal da Guarda». Algum senhor Deputado ou alguma senhora Deputada deseja pronunciar-se? Faça favor. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José de Almeida Gonçalves, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, bom dia, e considerem-se todos cumprimentados na figura do senhor Presidente. Ao ler esta moção do PSD, fica a sensação de que poderíamos optar por outro espaço para a realização das Assembleias. Desde 2009, quando comecei nestas lides (e o período antes desconheço) e excetuando o tempo da pandemia em que as Assembleias foram realizadas no TMG, só uma, portanto, desde 2009, só uma é que foi realizada fora desta casa, que foi na Freguesia do Marmeleiro e durante o tempo da governação do PS. O PSD não fez nenhuma e na moção remete para isso. Dizem também que o Município está aqui apenas para responder: «A Câmara está aqui representada apenas para nos responder quando interpelada para prestar cabais esclarecimentos aos Deputados desta casa e esclarecê-los sobre a sua atividade. Não está aqui para nada mais.» Isto é uma visão muito redutora, desculpem. Não está aqui também para informar, transmitir, aprender e ensinar? Não estamos aqui, todos nós, para aprender e também para ensinar? Não estamos aqui para lutar pela Guarda, trabalhar pela Guarda, todos nós? Ajamos de boa fé, sejamos verdadeiros e sinceros. É isso que eu peço. O Executivo está aqui porque foi eleito pela Guarda. A Mesa da Assembleia está aqui porque foi eleita pela Guarda. Nós estamos aqui porque fomos eleitos pela Guarda. É esta a disposição da Assembleia. Foi a Guarda que assim votou, foi a Guarda que assim quis. O PG tem um programa. A Guarda escolheu. Não é o PSD que vem agora corrigir, querer emendar ou impor um outro programa. Não, a Guarda votou. E a propósito, também, da moção, senhor Presidente da Assembleia, o meu grande e sincero obrigado pelo seu trabalho, empenho e dedicação à Guarda. Obrigado, sinceramente. Mas vamos a factos concretos. Os dois últimos anos da governação PSD. O então Presidente do Município, e pergunto, respondeu a todas as questões colocadas nas Assembleias? Deu resposta a dezassete ofícios enviados, e questionados em Assembleia, por um Presidente da Junta de Freguesia? Facultou as gravações das reuniões de Câmara pedidas por um Vereador? Esteve sempre presente nas sessões para ouvir ou, pura e simplesmente, abandonou o

local, num sinal de total desrespeito? Quem é que proibiu a realização de uma Assembleia? Pergunto. E continuo. Na moção pedem e em relação ao orçamento, quem é que impediu o pagamento de despesas das Assembleias? Pergunto. Em relação ao *Site*, já há. Portanto, as Assembleias são transmitidas em Youtube e em direto. Quem é que apagou as fotos dos elementos da Assembleia do *Site* do Município? Eu não sei se é preciso recordar aqui o evento dessas fotos que desapareceram. Tudo o que aqui enunciei, não são manifestações de constrangimento? Quem é que, afinal, queria mandar na Assembleia? Memória curta? Pergunto. Lições de moral, querem dar a quem? Seria bom que procurassem o histórico e que refletissem se se reveem nessa atuação. É caso até para alterar o ditado: mal prega Frei Tomás, não faças o que ele diz, nem faças o que ele faz. Que fique claro que votaremos contra esta moção. Obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado... Senhores Deputados, eu também falo por mim, que estou a fazer, às vezes, esforço. Acreditem. Pelo meu modo de ser, desde criança. Portanto, o que eu peço é um pouco de contenção. Para mim, a começar por mim, e para todos os senhores Deputados. É isso que eu, neste momento, peço. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Se não, colocaria a moção à votação. Não vejo mais ninguém.”

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Pela criação de uma identidade gráfica, site e redes sociais** -----
----- **da Assembleia Municipal da Guarda** -----
- Rejeitada, por maioria, com cinquenta e três votos contra, oito abstenções e treze votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Senhor Deputado, quer fazer declaração de voto? Já lhe dou a palavra, está bem? Já lhe dou a palavra.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Dizer-vos que, quando votámos favoravelmente a questão que tinha a ver com os Passadiços do Mondego, votámos favoravelmente porque achamos ser esse um investimento necessário e esperamos que, neste caso, o senhor Presidente da Câmara cumpra, pela primeira vez, uma moção que é aqui aprovada. Isto, relativamente aos Passadiços do Mondego. Relativamente a esta moção, nós votámos contra, porque, realmente, achamos que o investimento numa nova plataforma para a Assembleia Municipal, quando existe já uma plataforma do

Município, não faz sentido nenhum. E, portanto, lá está, com a mesma responsabilidade com que propusemos a questão da natalidade, estamos aqui a votar contra uma moção que nos parece que, do ponto de vista de custos para a Autarquia, não seria positivo.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, bom dia a todos. Eu gostava de dizer porque é que voto a favor. Fui eu o proponente desta moção e a minha intenção é apenas elevar o órgão Assembleia Municipal. A ideia de criar este *Site* que eu proponho, e não é só o *Site*, é o *Site*, identidade gráfica e um portal onde possam ser consultados os documentos para que os cidadãos a eles possam aceder. É uma forma de aproximar as pessoas do poder local. É apenas esse o fito, o escopo da proposta. Agora, uma proposta que não pode ser desvirtuada no sentido de que tem apenas o propósito de elevar esta Assembleia Municipal, atribuindo-lhe um pacote financeiro digno, permitindo que a população identifique cabalmente o órgão Câmara Municipal e o órgão Assembleia Municipal. Acho que é uma proposta que nos dignifica a todos. Agora, em relação ao custo, senhor Deputado, eu não sei qual é que é o custo da democracia, é o custo do conhecimento. Na Guarda, eu arrisco a dizer, infelizmente, senhores Deputados, eu arrisco a dizer que na Guarda ninguém conhece os Deputados desta Assembleia. Raras são as pessoas que conhecem os Deputados desta Assembleia. É essencial que as pessoas tenham mais conhecimento sobre a Assembleia Municipal, sobre as propostas que aqui vêm, sobre o que estamos aqui a discutir. Que se criem mais canais de contacto, mais pontes. Se estamos aqui para trabalhar pela Guarda, isto seria uma moção que facilmente seria de aceitar, tanto pelo Executivo, como pela maioria que o suporta. E, portanto, eu não entendo esta celeuma quando, o que está aqui em causa, verdadeiramente, é reforçar as competências da Assembleia Municipal. Criar um *site* que dignifique a Assembleia Municipal, que divulga as freguesias. Um portal que divulgue com documentos para que as pessoas possam... Há muitas pessoas que nunca acederam aos documentos que aqui vêm à Assembleia, que querem consultá-los, que querem saber o que aqui trazemos diariamente, que querem acompanhar a vida política do Município e não conseguem. Não conseguem porque é tudo passado só na nossa plataforma, só para dentro. Nós temos que olhar também

para fora. Temos que projetar a Assembleia para fora. A ideia desta moção é simplesmente criar um canal, um veículo, tendo em conta as novas tecnologias e o que temos à nossa disposição para que...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu peço-lhe desculpa, não é declaração de voto. Está a fazer a apresentação da moção e já esgotou o tempo. Peço-lhe desculpa. Está bem?” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Certo. Mas tenho que fundamentar bem o voto a favor e a importância desta moção, no sentido em que emancipa a Assembleia Municipal e que a promove. Portanto, nós rejeitámos, aqui, hoje, uma proposta que promove a Assembleia Municipal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Declaração de voto? Faz favor.” -----

- **Pedro Pinto Teixeira, Deputado (PS):** “Portanto, declaração de voto. Nós compreendemos a ideia. Faz sentido. Votámos contra pela questão dos custos e os recursos que são necessários. Mas gostávamos de deixar a sugestão para se criar um micro *Site*, ou uma secção dentro do portal do Município que tenha lá toda esta informação e que possa ser gerida, de forma transparente, por todas as pessoas que trabalham nesta área e que possam fazer isso... Sim, mas podemos, se calhar, juntar aqui o útil ao agradável e ter tudo. E também já percebi que houve alguns melhoramentos no portal do Município, que também dou os parabéns porque é preciso ter uma imagem atrativa e com boa informação e que a informação esteja disponível sempre que a gente precise. Por isso, é só acrescentar uma secção. A plataforma que está lá por baixo, permite fazer isso de forma fácil. Pode-se criar lá um micro *Site* e não ter toda esta estrutura e toda esta necessidade de recursos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Rapidamente. Reconhecendo o mérito à parte da proposta que diz respeito à aproximação dos cidadãos a esta Assembleia, a dar mais visibilidade aos assuntos que aqui se trata e aos documentos que aqui são tratados, essa parte estou inteiramente de acordo. Não vejo que esta segregação entre Assembleia e

Câmara Municipal seja benéfica. É um Município. Um único Município. São diferentes órgãos, tem um órgão de gestão que é a Câmara, tem um órgão deliberativo que é a Assembleia. E, portanto, a forma como a informação está estruturada, parece-me a adequada. Não creio que esta segregação vá trazer aquilo que desejamos, que é mais visibilidade e maior aproximação. Agora, sim, acho que devemos todos pensar, em conjunto, que tipo de conteúdos é que queremos reforçar na área da Assembleia Municipal que existe no *Site* do Município, porque aquilo que lá está é pouquinho. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não havendo mais declarações de voto, passava à moção seguinte sob o título «pela atribuição de um subsídio de aquecimento a agregados familiares seniores do concelho da Guarda. É moção. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Ora, muito bom dia a todos. Meus senhores, senhores Deputados. Não estamos propriamente no momento certo de discutir subsídios, apesar de ser uma boa ideia. Este investimento não está previsto no orçamento, neste momento. Isso implica uma alteração ao orçamento do Município, mais uma vez. A meu ver, faria todo sentido, mas mesmo todo sentido, discutir este assunto, sim, como forma de recomendação. Não em forma de moção. O Município já tem um Plano Municipal de Emergência Social...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe que acelere porque só tem cinco segundos.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “... para apoiar famílias do concelho. Aprovar estas medidas avulsas, implica diminuir o apoio que é dado noutras áreas existentes. Existe uma tarifa social de eletricidade e uma tarifa social da água que este Município já cumpre. Não existe uma tarifa de interioridade pelo impacto que o clima tem, não só no concelho da Guarda, mas sim em todo o distrito. Fazia mais sentido uma união de todos os municípios do distrito da Guarda e, juntos, exigirem ao Estado central apoios financeiros necessários e que os subsídios de aquecimento se tornem uma realidade. Quem tem obrigação de dar o exemplo é o Estado. Não seria melhor começar a trabalhar

por aí? Porquê 150 e não 100 ou 200? Foi feito algum tipo de estudo para se chegar a esse valor? Um casal jovem, com filhos, beneficiar de tarifa social de eletricidade, também têm frio...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já esgotou o tempo num um minuto.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Só para terminar, dito isto, o Movimento Independente Pela Guarda vai votar contra esta moção, apesar de ser, mais uma vez repito, uma boa e excelente ideia. Mas precisa de ser amadurecida e discutida primeiro antes de ser aprovada. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dezasseis segundos. Para chegar ao mesmo tempo, dezanove segundos. Rápido.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Só para dizer aqui ao senhor Deputado que isso ser inscrito em orçamento, não é verdade o que diz. Porque ainda hoje vai à votação a abertura de uma rubrica que não foi prevista e, portanto, foi considerada em orçamento. Portanto, fazendo a analogia, pode perfeitamente ser considerado em orçamento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Para nós, é mais justo criar um apoio de aquecimento para pessoas ou agregados em comprovada necessidade financeira. Queríamos propor ao PSD que retirasse a parte dos 65 anos e incluísse toda a população com comprovada necessidade. Fazendo assim, nós aprovamos. De outra forma, não é possível.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A sua proposta, senhora Deputada, é? Portanto, era para todas as pessoas. Mas, senhora Deputada, eu peço imensa desculpa, mas eu penso que não... Se ler o título da moção, «pela atribuição de um subsídio de aquecimento a agregados familiares seniores», se retira a idade, há qualquer coisa que não joga bem. A proposta fica como está? Muito obrigado. Então, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Pela atribuição de um subsídio de aquecimento** -----
----- **a agregados familiares seniores do concelho da Guarda** -----
- Aprovada, por maioria, com trinta e cinco votos a favor, oito abstenções e trinta votos
contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Quem é que levantou primeiro? Não reparei. Então, faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Muito bom dia, mais uma vez. A mim aborrece-me muito coisas deste tipo. Quer dizer, porque é que tem que ser o Município a substituir-se àquilo que deverão ser obrigações do Governo? Porque é que temos que ser nós a estimular a natalidade? 700 euros. Se eu fizer a conta, rapidamente... 600? 600. Quer dizer, um filho custa cerca de 100 mil euros até chegar à faculdade. Por 600 euros acho que era o melhor turn off que existe. É: para já! Bom, por outro lado, eu costumo dizer que, se a capital fosse a Guarda, nós tínhamos todos subsídio de aquecimento. Podem ter a certeza. Portanto, não tem que ser o Município a onerar, a fazer despesa sobre aquilo que é uma obrigação do Governo. Discriminação positiva, sim senhor. Já devíamos, há muito tempo, ter subsídio para o aquecimento. É um ordenado que vai embora só para aquecimento. Portanto, só tinha que dizer isso. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.”

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. A Câmara não se pretende substituir ao Governo. É apenas complementar. Se a Câmara dá subsídios em outras áreas, por exemplo, em bolsas, também não se está a substituir ao Governo. E, a mim, dá-me pena. E isto aqui digo-o com muita mágoa, com muita tristeza. Infelizmente, às vezes, gasta-se tanto dinheiro mal gasto. E um subsídio para ajudar pessoas idosas, com dificuldades, que têm frio em casas com deficiente eficiência energética, haja pessoas que votem contra isso. Dói-me bastante.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado... peço desculpa. Mais alguma declaração de voto? Peço desculpa... Senhor Deputado, faça favor. Declaração de voto. Senhores Deputados, peço desculpa. Vai usar da palavra o senhor Deputado” -

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Mais uma vez, bom dia. Hoje estou muito profícuo. É assim. Eu votei positivamente esta moção. E vou-me recorrer à minha idade e à minha fixação em determinados aspetos sociais. E um tem a ver com... ninguém se lembra da guerra do Biafra. As primeiras imagens de pobreza, de fome, que eu tive na minha cabeça, foram derivadas da guerra do Biafra. Tudo o que tem a ver com pobreza e com gente a sofrer, seja por frio, seja por fome, por uma questão de princípio, sim. Isto também só reflete um aspeto que é o estarmos, sucessivamente, a cair em situações de subsidiodependência, principalmente, localmente. Infelizmente, eu que sou anti subsídios, deste tipo de subsídios, vejo-me na obrigação ética de votar sim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado muito obrigado. Não havendo mais nenhuma declaração de voto, ao que me parece, passava, de seguida, à recomendação. Ainda do PSD, «pela limpidez e transparência apregoadas pelo Movimento pela Guarda». Não sei se alguma senhora Deputada, ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se. Senhor Deputado, não tem tempo. Não tem tempo. Estamos entendidos. Passamos, agora, à recomendação do CDS sob o título «água, um desígnio nacional, uma emergência local».” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Bom dia a todos. Bom dia, senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Trago hoje uma recomendação novamente sobre a água. Aquilo que para nós deve ser um desígnio nacional e uma emergência local. O planalto beirão, nomeadamente o maciço da Serra da Estrela, é uma zona rica em água. A partir daqui desenvolvem-se algumas das bacias hidrográficas nacionais, a bacia do rio Mondego, do rio Zêzere e do rio Côa. No entanto, somos uma região seca. Temos água, mas não beneficiamos dela. E porquê? Porque não temos sistemas de retenção e armazenamento de água. A gestão sustentável da água na cidade e no concelho tem de ser um desígnio coletivo, de todos nós. As questões relacionadas com a água têm de ser encaradas em Portugal como um desígnio nacional. A primeira forma de nos protegermos da escassez de água, radica na capacidade de a armazenarmos. Os cenários climáticos previstos até ao final do presente século, revelam alterações particularmente desafiantes para todo o território Português, sendo os seus efeitos cada vez mais visíveis. As temperaturas na Europa estão a subir duas vezes mais que a média global, como noticiava a comunicação social ainda esta semana. Os

fenómenos meteorológicos extremos têm vindo a ocorrer com maior intensidade e frequência, causando sérios danos e prejuízos para a economia e para populações. É fundamental promover um consumo de água sustentável, sabendo que esta é um recurso essencial e escasso. Em 2006, foi cancelada a construção da barragem do Luzelo, uma barragem de regadio que permitiria o armazenamento de água na albufeira que tem como destino a rega de uma área considerada de elevado potencial agrícola, possibilitando a sua reestruturação fundiária e cultural, no sentido de desenvolver e incrementar a sua produção. Tendo em conta o envelhecimento do sector agrícola nesta região e a tendência crescente para o abandono desta atividade, este empreendimento teria um papel fundamental na inversão destes processos. Em 2016, foi cancelada a construção da barragem de Girabolhos que se localizava no concelho de Seia, mas cuja albufeira se estendia para os concelhos de Oliveira do Hospital, Mangualde, Gouveia para além desse mesmo concelho de Seia e que permitia não só o aproveitamento hidroelétrico, mas também o aproveitamento para atividades de turismo e lazer, regadio e abastecimento público. Não podemos aceitar a falta de aproveitamento agrícola e de distribuição de água da barragem do Sabugal, cuja água segue especialmente para o regadio da Cova da Beira através de um túnel que permite encher a barragem de Meimoa e garantir o regadio a Sul, sem benefícios para o próprio concelho do Sabugal. Não se compreende a falta de aposta em pequenas barragens nos nossos ribeiros e rios, como já atempadamente aqui o fiz e alertei nesta Assembleia. No ano passado esta região foi fortemente fustigada pelos incêndios. Mais uma vez, ficou em evidência a necessidade de um plano de armazenamento de água. Sempre defendemos a aposta no interior, reconhecendo que existem muitas formas de assinalar e combater as diferenças, mas entendemos que cabe ao Estado fazer tudo o que estiver ao seu alcance com o intuito de promover a coesão económica, social e territorial, atenuando progressivamente as desigualdades territoriais e permitindo que as populações do interior tenham os mesmos níveis de bem-estar e desenvolvimento económico de outras zonas do território mais favorecidas. É perante um quadro de insuficiência de infraestruturas de armazenamento de água e num quadro de seca (que se irá repetir ciclicamente no futuro) para agricultores e criadores de gado do concelho da Guarda, que o nosso grupo municipal solicita à Assembleia Municipal da Guarda, que dê conhecimento, ou que relembre, ao Ministério da Agricultura e ao Ministério do

Ambiente e a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República: que sejam retomadas de imediato e com carácter prioritário a construção das infraestruturas anteriormente canceladas e que sejam construídos pequenos açudes em diferentes cursos de água do concelho com vista à supressão da grave carência de água para as atividades do setor primário do concelho, nomeadamente a agricultura e a pecuária.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta matéria, «água, um desígnio nacional de emergência local»? Não havendo, tratando-se de uma recomendação, passávamos à recomendação seguinte. Faça favor. Voto protesto contra o assédio moral e sexual. Deseja intervir sobre? A água? Então, faça favor. Mas, senhor Deputado, já não tem tempo. Não tem tempo.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Eu só queria dizer que estamos perante um bem cada vez mais escasso e é preciso, nós, localmente, porque a nível nacional... é muito breve, eu sou sempre muito sintético. Eu sou engenheiro, não sou, enfim, político. Ou serei muito pouco político. E nós, localmente, temos que nos afirmar como solução para o problema cada vez mais premente que é a falta de água neste concelho. Eu, a semana passada, como o senhor Presidente sabe, eu tive uma virose que não me permitiu fazer aquilo que eu pretendia, que era apresentar uma moção que visava o desenvolvimento da Guarda, numa perspetiva de propor, em concreto, e, já agora, vou avançar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe mesmo...” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Pronto, então, eu fico-me por aqui. Mas há necessidade de criar um plano estratégico de desenvolvimento para a Guarda e não perdermos tempo com questões que façam com que ninguém, fora da Guarda, saiba quem são os Deputados Municipais, pela ineficácia que nós demonstramos ter. Porque se fossemos eficazes e efetivamente promovêssemos aquilo que nos devíamos capacitar e debruçar, a população da Guarda sabia quem nós éramos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor. Voto protesto contra o assédio moral e sexual.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Ontem ou anteontem ouvimos uma Ministra falar em questões de semântica e, então, por uma questão também de semântica e de

vocabulário, este voto entrou na plataforma como voto de solidariedade. Foi, entretanto, alterado para voto de protesto e, por isso, será assim apresentado. Lamentavelmente, qualquer pessoa pode ser vítima de assédio persistente, independentemente da sua idade, género, religião, classe social, nível socioeconómico, formação ou estado civil. O assédio sexual constitui uma preocupação mundial, tanto que a Organização Internacional do Trabalho já tratou de o definir como sendo: “Qualquer comportamento indesejado de carácter sexual, intencional ou não intencional, que ocorrendo em local de trabalho ou estando com ele relacionado, viole a dignidade da pessoa humana ou ofenda a sua integridade física e moral, desde que apresente uma das seguintes características: constituir uma condição clara para dar ou manter o emprego; controlar ou influenciar na carreira ou promoções da pessoa assediada; (e aqui englobam-se a obtenção de graus de mestre ou de doutor) prejudicar o rendimento profissional, humilhar, insultar ou intimidar a vítima”. Não vale a pena estar aqui exaustivamente a dizer as consequências deste ato. Pesquisas feitas em vários países revelaram que apenas 2 a 3% das vítimas denunciam o crime. E porquê? Estando ou tendo estado numa posição de poder, os pergaminhos de uma alegada inocência do abusador disparam. Não podemos ficar indiferentes a esta realidade. Este continua a ser um flagelo também no nosso país. Neste sentido, pedimos que seja aprovado um voto de protesto contra o assédio moral e sexual e que seja também ele, este voto, um incentivo para que se quebrem as barreiras do silêncio.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Só mais uma nota. No documento que têm na plataforma, tem o exemplo...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ainda tem tempo, se desejar.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “No documento que foi inserido na plataforma, está um exemplo de uma declaração. Atempadamente, também já apresentei nesta Assembleia um voto de solidariedade com as vítimas de violência doméstica, onde tinha alguns relatos na primeira pessoa. Este caso que apresentei aqui, também é apenas um exemplo deste flagelo que, infelizmente, atinge o nosso país.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Gostaria só de reforçar, tendo em conta que é de conhecimento público que há um caso relacionado aqui na própria Câmara Municipal, consideramos que deveria estar explícito neste voto de protesto. Porque, tendo em conta a atual situação, ele acaba por não refletir uma real defesa dos direitos laborais ou ajuda à quebra de silêncio, mas pode ser até uma distração ou uma desconsideração às vítimas não considerar os casos que ocorrem na Guarda e não referir o concelho da Guarda como um dos locais em que é constante. Portanto, deixava a proposta de ser acrescentado alguma indicação quanto à situação da Guarda ou, então, referência ao próprio concelho, se não quiserem especificar a situação diretamente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “O voto que hoje aqui apresentei, não tem a ver com a Guarda, não tem a ver com Coimbra, não tem a ver com Lisboa, Porto. Tem a ver nível nacional. Ou seja, isto é um flagelo. Eu não quis particularizar, dizendo que era uma situação do concelho da Guarda. E por isso não altero, porque acho que isto é um flagelo que atinge a realidade nacional e não só a local. Está bem? Portanto, penso que, ao falarmos em Portugal, falamos em todos os locais onde isso acontece. Infelizmente, também acontece na Guarda. E por isso é que eu apresentei este voto. Claro que sim, mas isso não invalida que não aconteça noutras regiões do país e por isso não vou particularizar. E por isso não o fiz. Certo?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Parece que não haverá mais nenhuma intervenção. Então, colocava, este voto de protesto contra o assédio moral e sexual, à votação.” -----

----- **Resultado do Voto de Protesto** -----

----- **Pelas vítimas de assédio moral e sexual** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta e cinco votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Moção do PG... Dr. João Correia, senhor Deputado. Peço ao PG só um bocadinho. Ainda tem aquela moção que não podem falar, mas tem fotografias. Podemos passá-las agora? Pronto. Saltou porque era para deixar agora... Pronto, é a moção sob o título «pela remoção e migração de fios e cabos e existência de um Regulamento de Manutenção de Infraestruturas em Espaço Público».

As imagens são estas. Estão todas passadas? Muito obrigado. Alguma senhora ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta moção? Senhor Deputado Miguel Borges, faz favor?" -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** "Vamos votar favoravelmente esta moção. Achamos que, do ponto de vista urbanístico, é uma moção com muito interesse. E, claramente, este é um flagelo, não só na nossa cidade, mas noutras cidades que existem. Mas na nossa cidade observa-se, se calhar... eu acho que é uma muito boa moção. Penso que é isto que os guardenses esperam de nós, é que nós, na Assembleia Municipal, contribuamos no sentido de que possamos acabar com os erros que estão cometidos nas nossas cidades, nas nossas aldeias e na nossa vila. Portanto, votamos favoravelmente." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, muito obrigado. Eu desejava prestar um esclarecimento porque, ao que parece, esta moção, faltaram aí duas palavras. Que é, se tivermos em atenção, diz assim: face ao exposto, o grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal da Guarda, na sua sessão ordinária do dia 27 de abril de 2023, delibere criar, elaborar, criar e mandar. E, portanto, faltam aqui duas palavras. É: delibere instar a Câmara Municipal para... Portanto, é esta a nuance que falta. O parágrafo não está acabado. Mais alguma senhora Deputada deseja opinar? Penso que não. Então, colocaria à votação." -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela remoção e migração de fios e cabos** -----

e existência de um Regulamento de Manutenção de Infraestruturas em Espaço Público

- Aprovada, por maioria, com setenta e três votos a favor e uma abstenção. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Declaração de voto? Faça favor?" -----

- **José António Pereira, Deputado (PG):** "Bom dia a todos. Cumprimentar, na pessoa do Senhor Presidente. Obviamente que nós votámos a favor, sendo uma preocupação de todos. No entanto, é de realçar que a lei que está em vigor desde 2009, ou melhor, o Decreto-lei 123/2009, dá direitos de passagem às operadoras, o que nós não podemos obrigar a retirar. Prova disto, está uma moção apresentada na Câmara, é só ir aos arquivos, na Câmara Municipal de Lisboa, em 2015, e que nada conseguiram fazer. Mais

tarde, mais concretamente o Deputado do CDS-PP, Diogo Moura, na sessão de 5/04/2019, em Lisboa, apresentou um regulamento. Preocupação: exatamente a remoção e imigração de cabos e redes, regulamento de infraestruturas em espaço Público. Em que os pontos que foram aprovados nessa Assembleia, são exatamente os que são propostos nesta mesma moção aqui apresentada. Nada se conseguiu fazer. A prova está que o jornalista Samuel Alemão, no Público, de 14 de fevereiro de 2023, vem realçar e escreve um texto magnífico sobre esta temática, que, aliás, é o preâmbulo desta mesma moção aqui hoje apresentada. Ou seja, não é fácil porque as operadoras não podem ser obrigadas a remover os cabos se não houver infraestruturas subterrâneas. É isso que tem de ser feito e que está a ser acautelado. E será, certamente, acautelado. É a preocupação do Executivo de que, sempre que haja uma intervenção urbanística, obrigue à criação de infraestruturas subterrâneas para, então, se proceder à migração. Isto é um trabalho para ser feito paulatinamente. E não pensem fazer em cinco anos o que não foi feito em cinquenta anos. Só isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **António Quinaz, Deputado (PG):** “Muito bom dia, senhor Presidente, senhores Deputados. Eu absteve-me de votar esta moção, embora a considere meritória, embora a considere importante. Mas também considero que a forma como está formulada é inconsequente. Acabaram de referir que outros municípios tentaram, portanto, evoluir neste processo e, efetivamente, deparamo-nos com muitos problemas. O primeiro: hoje em dia os cabos são multioperador. Como é que se vai obrigar um operador específico a construir condutas para passarem os cabos? Depois, há uma questão económica. A instalação de um serviço por poste é dez vezes menor do que se abrisse uma vala e instalassem tubagens, fechar-se a vala e construírem-se câmaras de visita. Ou seja, se nós obrigássemos os operadores a meter tudo subterrâneo, efetivamente havia muita gente que não iria ser servida por estes serviços. Eu penso que a solução está em, efetivamente, o município criar um gabinete técnico que esteja em permanente contato com os diversos operadores, que estabeleça relações por forma a qualquer mexida no subsolo se comunicar. E, mesmo a Câmara, caso os operadores não demonstrem interesse em intervir...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu peço-lhe desculpa. É uma declaração de voto, não pode ser uma nova intervenção. Peço-lhe desculpa.” -----

- **António Quinaz, Deputado (PG):** “Peço desculpa. É um erro de juventude, é a primeira vez que estou nesta Assembleia. Bom, mas o que eu queria dizer é que a solução é o diálogo e o estabelecimento de relações próximas com esses operadores, porque, de outra forma, não se vai conseguir resolver o problema.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Finda esta moção, passaria à primeira moção do PG sob o título «um novo impulso para a vertente social do PRR.» -

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Antes de começar, há aqui uma alteração. Eu avisei, no início, a Mesa. Há uma alteração, aqui, no texto final da segunda moção. Vou lê-la depois como fica. Depois temos que entregar isso com a alteração, certo? Ok. Então, Moção: um novo impulso para a vertente social do PRR. O Plano de Recuperação e Resiliência foi lançado para recuperar Portugal após o impacto da pandemia COVID-19 e arrancou com os seus primeiros concursos em junho de 2021. Este Programa, inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), está alinhado com os pilares relevantes da estratégia europeia 2030. Um desses pilares é a coesão social e territorial, que se assume como uma área de essencial importância para a Guarda. Originalmente, o PRR dispunha de 16 mil milhões de euros distribuídos, mais ou menos, por três eixos: resiliência, transição climática e transição digital. A resiliência integra uma componente dedicada às respostas sociais, cujo objetivo é “reforçar, adaptar, requalificar (entre outras coisas) e afirmar a coesão social e territorial.” Esta rubrica abrangia, inicialmente, 800 e tal milhões de euros. Transversalmente, apesar de Portugal ser o sexto país da União Europeia com mais verbas arrecadadas e o quarto com maior execução, têm surgido várias intervenções relativamente à execução deste Programa estrutural para Portugal na próxima década, nomeadamente da Comissão de Acompanhamento do PRR, do Presidente da República e do próprio Conselho de Estado. Adicionalmente, a oposição tem criticado os atrasos na execução do PRR, que impedem a materialização de obras e iniciativas importantes para os cidadãos e empresas. Localmente, o Município está comprometido com o desenvolvimento de uma Economia Social na Guarda, pelo que a Câmara Municipal tem apoiado de forma sustentada as IPSS do concelho na sua missão e na elaboração de projetos para submeter ao PRR. Na

verdade, o Município concedeu nos últimos meses apoios a IPSS - instituições fundamentais para o apoio aos cidadãos mais frágeis e para o desenvolvimento pessoal de cada um - num valor que ascende a mais de 600 mil euros de uma forma direta. Paralelamente, aprovou ainda isenções de taxas às mesmas num montante superior a 100 mil euros. Os projetos que estes apoios podem concretizar podem representar investimentos na ordem dos 20 milhões de euros e criar mais de 200 postos de trabalho no concelho. É neste contexto local e nacional que, já durante o presente mês, foram adicionados 4 mil milhões de euros ao PRR, parte deles dedicados a equipamentos sociais como creches e residências para idosos. Esta é, então, uma nova oportunidade para dar um segundo impulso ao PRR, tornando-o mais efetivo, abrangente e territorialmente justo e coeso. Face ao exposto, vem a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 27 de abril de 2023, instar o Governo da República a: 1 - Acelerar a execução do PRR; 2 - Garantir a total transparência no financiamento concedido pelo PRR, disponibilizando toda a informação sobre este processo; 3 - Utilizar efetivamente o PRR como um motor de coesão social e territorial, reforçando fundos para as IPSS de todo o interior e do nosso concelho em particular, o que permitirá a concretização dos seus projetos e o cumprimento integral da dimensão Resiliência e da componente dedicada às respostas sociais deste Plano; E instar o Executivo Municipal a: 1 - Dedicar todo o apoio administrativo, logístico e financeiro possível para a submissão de candidaturas ao PRR por parte de instituições do concelho; 2 - Manter o apoio a instituições de âmbito social que prestam um apoio fundamental em diferentes momentos e necessidades da vida dos cidadãos do concelho da Guarda. Leio já a segunda, ou vamos...?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. Tenho que a por à discussão e à votação, se não se importa. Sobre esta moção, «um novo impulso para a vertente social do PRR», alguma senhora Deputada com tempo... o PS.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É original. É original dizer que o PRR dispõe de 16 milhões, 664 mil euros distribuídos por três eixos. É original de dizer que esta rubrica abrangia inicialmente 833 milhões de euros e que este valor está totalmente contratado e, do mesmo, atualmente pago a beneficiários diretos e finais. Portanto, está a correr bem. Apesar de Portugal ser o sexto país da União Europeia com mais verbas arrecadadas para o PRR, é o quarto com maior execução. É o senhor Deputado que diz.

E neste contexto local e nacional, durante o presente mês foram adicionados mais 4 mil milhões... Quer dizer, estamos a falar do Governo, correto? E, a seguir, o senhor Deputado vem dizer: garantir a total transparência no financiamento. Porquê, Senhor Deputado? Onde é que falta transparência? Onde falta transparência? Utilizar efetivamente o PRR como motor de coesão territorial, senhor Deputado? Ó senhor Deputado, que a Autarquia da Guarda não se candidate aos avisos do PRR, que não saiba utilizar os dinheiros que estão à disposição, para fazer com que nós vivamos melhor, nesta cidade, é uma coisa. Que o senhor ande a brincar... com o quê? Isto é para dizer o quê? Dizer que o PS faz? Dizer que o Governo faz? É verdade, nós sabemos. Não precisamos das informações do senhor Deputado! Não sei, quer dizer... é para dizer que com o Executivo Municipal dedique todo o seu apoio? Claro que sim. Não percebemos. Olhe, daqui, relativamente ao PRR, queremos-nos congratular pelo facto da ULS ter conseguido ir ao PRR e ter conseguido ir buscar cerca de 20 milhões de euros.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe... Já os ultrapassou todos. Peço-lhe que seja célere.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Já os ultrapassei todos? Pronto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já. Peço que seja célere, mas acabe a frase.” -

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Então, pronto. Olhe, nós, sinceramente, vamo-nos abster, porque nem sequer compreendemos muito bem esta coisa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Não havendo, posso colocar à votação?”

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Um novo impulso para a vertente social do PRR** -----

- Aprovada, por maioria, com trinta e seis votos a favor e trinta e cinco abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A última moção, que é do PG também, ... declaração de voto? Faz favor. Senhor Dr., desculpe.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Explicar que, no geral, a moção atrai e é interessante. Mas ficamos com algumas dúvidas, quando se vai instar o Executivo a fazer determinadas intervenções. Nomeadamente, ficou por esclarecer em que condições se

farão as ajudas às IPSS por parte do Município. Com que meios. Sistemáticamente, ouvimos aqui queixas de que não há meios. E de que forma é que esta ajuda não irá, e agora que foi aprovada a moção, de que forma é que esta ajuda não irá atrasar os projetos próprios da Câmara municipal ao PRR. Depois, por outro lado, a moção fala em submissão dos projetos. Portanto, ajudar a submeter, vão ajudar como? Vão ajudar a introduzir no computador? O que é que é isto da submissão? Ou vão preparar e ajudar a preparar os projetos? Isso, sim, seria importante. Mas nada, na moção, ... não, não. Na moção não é falado que há preparação. A moção diz submissão dos projetos. Submissão. Submeter projeto é uma coisa, prepará-los é outra. E, portanto, também não ficou perfeitamente esclarecido. Por isso nos abstivemos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, para nós, esta moção acaba por ser ali quase um voto de louvor ao trabalho que o Executivo tinha que ter feito, não é? Achamos muito estranho que se diga: a resiliência integra uma componente dedicada às respostas sociais, cujo objetivo é reforçar, adaptar, requalificar e inovar. Mas, no ponto 2, dizem: manter o apoio. Queremos mesmo manter estes apoios extraordinários como se fosse comum? É que o setor social precisa de financiamentos estáveis e uma atribuição, obviamente, criteriosa. Nunca será em paralelo com financiamentos dependentes da boa vontade do Executivo, como tem sido demonstrado nas reuniões de Câmara. Portanto, manter é, de todo, o que não se quer. Repensá-lo, atualizá-lo, sim, isso seria possível.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Uma vez que a moção foi aprovada, aconselhar o Executivo a contratar uma qualquer empresa de Tavira para planear os custos relativamente ao PRR, para vir aqui auxiliar a gastar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não, não. Esta moção vai trazer mais custos a para o Município, de certeza. E de certeza absoluta que o Município terá que contratar uma

qualquer empresa de Tavira, porque (no ponto a seguir, o senhor Deputado compreenderá) terá que contratar uma qualquer empresa de Tavira para vir aqui planificar a forma de gastar o dinheiro do PRR nas Instituições de Solidariedade Social. Certamente, não terá recursos humanos suficientes.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não havendo mais nenhuma declaração de voto, ao que penso, passava à última moção sob o título «pelos variantes da Sequeira e Galegos e redução de tráfego na Avenida de São Miguel». Faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Está tudo bem no reino do PS. É incrível. Estamos num país... Se não são os avisos do Presidente da República - não se mexem. Se são é a Comunicação Social a picá-los - não se mexem. E depois dizem que fazem. Espetacular! Fazem, forçados. Se não, não faziam. Bom, passando. Moção pelas variantes da Sequeira e Galegos e redução do tráfego na Avenida de São Miguel. A Infraestruturas de Portugal comprometeu-se com o Município (olhe, isto também tem a ver consigo) cumprir dois acordos estruturantes e fundamentais para a qualidade de vida dos guardenses, mas também para a dinamização da atividade económica da região. O primeiro é o Acordo para a melhoria das acessibilidades à estação ferroviária e ao terminal rodoferroviário da Guarda, assinado a 18 de junho de 2018, e que contempla intervenções de fundo nas avenidas de S. Miguel e João de Ruão e ruas da Treija, da Corredoura e dos Caminhos de Ferro. O segundo é o Acordo entre o Município da Guarda e a Infraestruturas de Portugal, para supressão de Passagem de Nível, de julho de 2018, e que diz, no seu ponto 3 que “a Infraestruturas de Portugal pretende realizar obras de modernização (...), revelando-se oportuno promover a supressão das Passagens de Nível aos pontos quilométricos 207, da linha da Beira Alta e 210, da Linha da Beira Baixa (...)” e, no ponto 4, que “Tal supressão constitui uma aspiração do Município da Guarda, que nela tem interesse, (...) e, no ponto 6, que “(...) resulta claro que a construção de uma passagem superior ao km 207 da Linha da Beira Alta aumenta as condições de segurança, melhorando as condições de mobilidade na zona da Quinta das Bertas. Para além disto, o Diretor de Empreendimentos da IP, nas Conferências da Guarda, em 13 de fevereiro de 2020, anunciou a construção da Variante dos Galegos. Está, por tudo isto, na hora de o Governo Central cumprir com os compromissos que assume e de avançar com as

verbas com que se compromete. Estas obras são fundamentais e estruturantes para a economia da nossa cidade e região e para a mobilidade, reduzindo a carga de tráfego na Avenida de S. Miguel. Sem as passagens superiores sobre as vias férreas, não será possível concluir as Variantes da Sequeira e Galegos, que permitirão escoar o tráfego proveniente da zona nascente da cidade e do concelho diretamente para a VICEG, com evidentes ganhos de tempo, para particulares e empresas, e para a qualidade do ar na zona baixa da cidade. As operações do Porto Seco estão para iniciar-se e, sem estas vias a funcionar, a sua funcionalidade e rentabilidade poderão ficar parcialmente comprometidas. Face ao exposto, (e aqui é que é a modificação o texto original) a Assembleia Municipal, reunida a 27 de abril de 2023, vem: 1. solicitar ao senhor Primeiro-ministro e ao Ministro das Infraestruturas que intercedam junto da IP no sentido de agilizar o processo, 2. exigir à IP o cumprimento integral dos protocolos supracitados. Esta moção deve ser endereçada ao senhor Primeiro-Ministro, com conhecimento ao Ministro das infraestruturas, à Ministra da Coesão Territorial e à Infraestruturas de Portugal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe, depois, que faculte para... Muito obrigado. Portanto, é a moção com estas alterações agora. Está à discussão, se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejar intervir, faça favor. Mas só o CDS e os independentes têm tempo. Não querendo... então, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Pelas Variantes da Sequeira e Galegos** -----
----- **e redução de tráfego na Avenida de S. Miguel** -----
- Aprovada, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Deputado Breia, claro que nós iríamos votar favoravelmente esta moção, porque nós acreditamos que as pessoas, quando se comprometem com algumas coisas, vão cumprir. Nós acreditamos que o senhor Presidente quando se comprometeu a fazer a variante dos F’s que é para cumprir. Nós acreditamos que, quando diz que vai fazer a estrada da Pocariça, é para cumprir. Nós acreditamos, quando o Senhor Presidente diz que vai rever o PDM em seis meses, esse

já não cumpriu, quer dizer... mas pronto, nós ainda temos esperança que cumpra. Portanto, agora nós também já sabemos que o PG vem, agora, aqui, assim, com estas moções. Olhe, foi a UEPS, foi o Porto Seco, foram uma série de questões que eu pergunto: será que o senhor Presidente já resolveu, já falou com os membros do Governo? Eu, no outro dia, ouvia uma... e continua a ser declaração de voto. Eu, no outro dia, ouvia o senhor Presidente Santana Lopes, que dizia assim: o Governo, com qualquer Ministro que eu queira falar, tem sempre disponibilidade para me ouvir. Tenho a certeza absoluta que basta o nosso Presidente tomar a mesma iniciativa e, provavelmente, alguns assuntos já estariam resolvidos e não precisariam de vir aqui à Assembleia Municipal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** “Senhor Deputado Miguel Borges, eu, se me permite, enquanto declaração de voto, tal como a sua, vou só citar aqui um breve texto. Acho que é a publicação de hoje, do Miguel Esteves Cardoso, no Público, que diz assim: lembro-me do horrível que é aprender com os mais velhos, só porque sabem tudo, têm mania que sabem tudo. Ensinam com aquele cansaço de sabichão, fartos de repetir sempre as mesmas cantilenas e sabendo de antemão que poucos os vão reter. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Mais uma vez, agora já boa tarde. Eu intervenho porque este é um tema caro. E os motivos que me levam a dizer sim e aprovar, não são os mesmos do senhor Deputado Borges. Os motivos são que, continuar a infraestruturar a nossa cidade, significa caminho para o progresso. É, efetivamente, imprescindível cumprir-se, neste aspeto, o programa, enfim, desta Câmara Municipal e faltam efetivamente essas infraestruturas estruturantes para promover tudo o que lhe fica associado. O Porto Seco é, com certeza, e irá ser, com certeza, um fator de futuras intervenções minhas, associadas àquilo que eu pretendo fazer, que é, efetivamente, apresentar uma moção para o desenvolvimento estratégico da Guarda. E esta moção

enquadra-se, efetivamente, nisso, nesse projeto que deve ser um conjunto de todos eles.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. É para defesa da honra? Só um bocadinho.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só para dizer que há crianças que não sabem crescer.”

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “As moções aprovadas aqui, têm, acima de tudo, um papel de força lá para fora. Não se esqueçam disso. Portanto, é preciso que o pessoal que manda lá em Lisboa, com quem vocês são unha com carne... o vosso problema é que estão aqui numa posição um bocado estranha, porque representam o partido do Governo, mas, depois, não sabem bem o que hão de fazer. Uma vez que os vossos contactos têm sido bastante íntimos com o Governo, acho bem que comecem a pensar que uma das coisas que estamos a pedir numa das moções é que paguem aquilo com que se comprometeram. Porque as obras da linha da beira alta estão a ser feitas, as da beira baixa também já foram e as passagens superiores que deviam ter sido feitas, e que estão acordadas e assinadas, não estão feitas. Ok? Nem as vão fazer, provavelmente, porque, infelizmente, é uma cigarra. Ok, é só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Defesa de honra.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhores Deputados, nós votámos a favor da moção. OK? Nós votámos a favor da moção. E mais, tudo aquilo que agora o senhor Deputado acabou de dizer, tudo aquilo que agora o senhor Deputado acabou de dizer, nós exigimos ao Governo que faça. Desde que se tenha comprometido, tem que fazer. Está? Agora, eu tenho a certeza absoluta, tenho a certeza absoluta que o Governo ouvirá, de certeza absoluta, da mesma maneira que ouve outros, o nosso Presidente de Câmara. Assim o nosso Presidente de Câmara o queira.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa, já são 13h00. Vamos ver se conseguimos, rapidamente, terminar este ponto. O senhor Presidente de Junta de Freguesia independente, Luís Prata, pediu a palavra. O grupo dos independentes ainda tem oito minutos e trinta segundos.” -----

- **Luís Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Independente):** “Ora, bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimento toda a gente. Tenho trinta segundos para falar, os meus colegas Presidentes de Junta vão-me ceder algum do seu tempo, que agradeço antecipadamente. No entanto, vou ser muito telegráfico naquilo que vou dizer. O senhor Presidente pediu, há bocadinho, alguma contenção. E eu vou ter contenção. Não vou dizer tudo aquilo que me vai na alma, mas algumas coisinhas tenho que dizer. E tenho que fazer uma primeira nota preambular para agradecer aquilo que aconteceu nesta sala, na sexta-feira, em que a Câmara Municipal da Guarda deu apoio às associações. E o meu tema é, precisamente, o associativismo. Portanto, agradeço, em nome das associações da minha freguesia, que foram contempladas. Nós também, na Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, somos a favor das associações e daquilo que elas fazem em prol das pequenas freguesias. Muito rapidamente, nós ajudámos a criar a Associação Aldeia Viçosa Ativa, em 2014, que tem também o Copo Roto. Nós ajudámos a criar a Comissão para a Geminação, mais tarde a Associação da Geminação de Aldeia Viçosa e Saint Mars d’Egrenne, em 2022. Apoiámos, também, a criação do Clube de Pesca e Caça do Mondego, em 2021, que tem também a secção dos Templários. É uma freguesia cheia de associações que fomos criando. Agora, é preciso haver critério. É preciso haver rigor no apoio às associações. E digo isto porquê? É a terceira vez que eu digo isto aqui. Mas hoje vou concretizar e vou argumentar o porquê dessa necessidade. Ora, eu venho de uma aldeia que tinha o Grupo Desportivo e Cultural de Aldeia Viçosa, uma associação criada em 1985, pela qual passaram todos os jovens e menos jovens da Aldeia Viçosa. Ora, esta associação, tivemos agora o fim formal e legal da associação pelas finanças. Acabou. E sabem porque é que esta associação, que está no coração de toda a gente de Aldeia Viçosa, acabou? Acabou porque o último presidente daquela associação deixou dívidas à GNR de Celorico da Beira, à Associação de Futebol da Guarda, à Euroténis (pelo campo polivalente que temos lá) e à Optimus, ainda no tempo da Optimus, e sabe-se lá mais a que outras associações. Sou também de uma aldeia que, em 2012, um ano antes das eleições autárquicas, viu criada uma associação de cultura e turismo, não chegámos muito bem a perceber porquê, que pretendia ter a gestão da praia fluvial de Aldeia Viçosa. Ou seja, o presidente dessa associação, que era o mesmo Presidente da Junta, fizeram uma associação para eles terem a gestão da praia fluvial. O povo juntou-se e acabou com

aquela palhaçada. Por isso, senhor Presidente, é muito importante, sim, termos rigor com quem apoiamos. E mais. Neste última a associação, eu recebi, há pouco tempo, uma dívida à MEO, para pagar uma dívida da Intrum. Sorte de quem não sabe o que é a Intrum. Eu sei. É uma empresa faz a gestão de dívidas. E essa empresa vem-nos pedir que pagássemos uma dívida de 700 ou 800 euros à MEO. E, em Assembleia de Freguesia, o que eu vou contar agora não é conversa de café, foi na Assembleia de Freguesia, nós confrontámos a pessoa que criou esta dívida do porquê de não ter sido paga pela associação. E a resposta foi tão simples quanto isto: como a associação ia deixar de existir, então achámos que era melhor não pagar. Não pode ser. A gestão de dinheiros públicos não pode ser isto. E mais. Não posso deixar, já que estou aqui, de recordar... Aliás, a associação, o episódio que eu estou agora a contar, na altura foi bem noticiado pela comunicação social, que fez as suas delícias com estas notícias. 2012. Depois, não podia, também, deixar aqui de recordar que eu herdei uma Junta de Freguesia (quando há uma herança, alguém deixa a alguém) eu herdei uma Junta de Freguesia com 240 mil euros de dívida, na altura... Já lá vai... Mas foi o Dr. Virgílio Bento, meu amigo, que me explicou porque é que o PAEL não pagou essas dívidas. Se quiserem saber o porquê, perguntem-lhe. Fiquei esclarecido. Depois, dizer também que eu já paguei, meus caros amigos Presidentes de Junta da Freguesia, eu já paguei, desde 2014, 73 mil euros de dívidas. Ficaram penhorados, na DGAL, 52 mil 670 euros, em dívida. Tenho aqui o documento da DGAL a informar-nos disso mesmo. Já paguei, à Segurança Social, da senhora Ministra, 13 mil 879 euros. Faltam 10 mil. Está quase. E acabei de pagar, faltam 500 euros para acabar de pagar uma dívida ao Eng.º Aragão, da Egiconfor, de 6 mil euros. Paguei agora. É preciso haver rigor e critério na gestão de dinheiros públicos. E é para isso que nós, todos, estamos cá. Deixem-me terminar a questão do associativismo, deixando uma sugestão aos meus colegas que tratam destes assuntos, e uma ideia que surgiu há pouco, ali em conversa com outros colegas de Juntas de Freguesia, por que não criar um dossier sobre cada associação? Com os órgãos de gestão, atas de tomada de posse, quem é que trata daquelas associações, o que fazem, evidências do trabalho feito. Acho que era uma ideia muito interessante. Portanto, tudo aquilo que eu acabei de enumerar, tem um denominador comum e vocês todos sabem o que é. Má gestão dos dinheiros públicos. Além disso, a minha Junta de Freguesia ainda tem lá dívidas de festas que foram feitas e não foram pagas, na Drogeria Terminal, na Soplacas e tanto

mais. Portanto, fazer festas e não as pagar, não é para nós. Nem devia ser para ninguém. Para terminar mesmo, dizer que há bocado se falou aqui de clero e de festas com o clero. Deixem-me contar que eu, na terça-feira à tarde, tive o prazer de receber o Secretário de Estado das Autarquias Locais, o Dr. Carlos Miguel, e o senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda que foram lá. O senhor Secretário de Estado foi lá assinar um contrato com o clero da minha terra, com aqueles senhores que, todos os domingos, andam na Igreja a pedir esmola. 10 cêntimos de cada vez. Mas têm necessidade de pintar, restaurar o teto daquela igreja. Conseguimos, finalmente, que a DGAL e a Secretaria de Estado financiassem 50% essa obra. Sem isso, não seria possível. Já agradeci ontem. Dizer, também, que o senhor Secretário de Estado rendeu uma homenagem também ao papel, foi público, não foi conversa de café, foi público, ao senhor Presidente da Câmara pelo trabalho, também, ativo, que ele fez, para que isso fosse possível. Portanto, os meus senhores, que já têm alguma idade, que andam todos os domingos a pedir esmola na Igreja, agradecem que colaborem também com o clero. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, continue assim, bem-haja, em nome do povo, e sempre com critério e com rigor na gestão de dinheiros públicos. É para isso que estamos cá. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. O CDS-PP tem dois minutos e trinta e seis segundos que cede ao PSD. Certo? Penso que são duas intervenções, está correto? Portanto, combinem os dois, acordem como é que querem gastar o tempo. Faz favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos, mais uma vez. Na minha intervenção, gostaria de interpelar a Vereadora da cultura do Município da Guarda para fazer breves questões, coisas que eu não consigo perceber na gestão desta Autarquia. Primeiro, ainda não percebi quem é que é o programador do TMG. E queria perguntar se vamos ter um novo programador e que perfil de programador vamos ter. Quando é que temos chefia de divisão para a cultura? Apresentaram, em novembro, uma estratégia para a cultura, na qual houve uma reflexão e um estudo prévio que indicava a necessidade de novos públicos e conteúdo multidisciplinar cultural, os hábitos culturais pobres dos guardenses e a politização da cultura. Para combater isto, foi criada a estratégia de cultura no anterior mandato e apresentada por este Presidente e por

este Executivo. Em que é que a decisão de rejeitar 800 mil euros da Direção-Geral das Artes se coaduna com esta apresentação desta estratégia? Em rigorosamente nada. 800 mil euros rejeitados por mero capricho, que tinham como objetivo promover um cruzamento entre artes visuais e performativas. E, portanto, a minha questão é esta. Qual é que é a estratégia de cultura para a Guarda? Entendam-se. Senhora Vereadora, eu gostava de a interpelar e gostava que viesse aqui, quatro meses depois, explicar se concorda com esta decisão, que para mim é aberrante, e se, de uma vez por todas, vamos ter transparência nos esclarecimentos à população. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Faça favor, senhor Presidente da Junta de Freguesia.” -----

- **José Rabaça, Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cinza (PSD):** “Senhor Presidente, boa tarde. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Eu venho aqui a apresentar uma reclamação. Nós fizemos um abaixo-assinado na Junta de Freguesia de Casal de Cinza, a dizer que Casal Cinza, freguesia, não tinha rede móvel e o concelho da Guarda também não. Tive uma resposta do Chairman da ANACOM e que me diz aqui, como nota prévia, de resumo, que: assinala-se que o serviço móvel, envolvendo a prestação de serviço de voz ou o acesso à Internet em banda larga, não integra o serviço universal porque não existe obrigação da cobertura da totalidade do território e da sua população. Mais adiante, diz aqui também que existem muitas zonas sombra, nomeadamente decorrente das próprias características do serviço e que se suporta no espectro radioelétrico, as quais poderão refletir-se numa perda da qualidade do serviço prestado ou na impossibilidade total de utilização do serviço. Foi questionado sobre o problema do 112, de não haver rede para o 112. Como vocês sabem, nalguns sítios do país e falando no nosso concelho. Foi-nos dito que, como sabem, há uma tecnologia nova em que as chamadas do 112 dispõe de uma facilidade de aceder àquele número de emergência através de uma qualquer outra rede móvel, a não ser do seu operador em causa, nativo, mas isso se as operadoras, no local onde nos encontramos, tiverem rede. Como é que é possível, cada vez mais o suporte de respostas dos hospitais que nós temos no Serviço Nacional de Saúde, estarem suportados em SMS para consultas e para outros fins de saúde; como é que é possível acedermos a conteúdos que o próprio Estado disponibiliza obrigatoriamente através de rede móvel; como é que é possível

agora fazemos uma coisa que está aí em bom andamento, que a Câmara tem proporcionado fazer o registo dos prédios através do BUPi; como é que é possível nós, no concelho da Guarda, e nomeadamente na minha freguesia com muitas zonas sombra, e com a da Arrifana que está a pegar que também tem muitas zonas sombra e muitas outras, no Mondego também, como é que é possível não ter rede móvel? E já mais do que uma vez falamos no assunto e continuamos sem rede móvel. Não pode ser. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, o grupo PG pede para falar com tempo cedido, ainda há dois minutos e sete segundos, cedido por Pega, Rocamondo, João Antão e Sobral da Serra. Portanto, faça favor, dois minutos.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia. Considerem-se todos cumprimentados na pessoa do senhor Presidente. É só para dizer o seguinte: o suposto subsídio da Direção Geral das Artes já foi assunto que já transitou em julgado, penso eu. Já foi debatido. Foi debatido. E, só sublinhar, este Executivo não deixa condicionar a sua política cultural, nem por 400, nem que dobrem, muitas vezes, o valor. Isto que fique claro. E nós estamos recetivos a nova política cultural. Daqui a três anos, vai haver novas eleições. Até pode ser candidato a Vereador ou a Presidente. Mas a política cultural que vai ser exercida e efetuada na Guarda, que fique claro, é de quem ganhou. É uma das regras da democracia. Os mandatos são para cumprir e os programas são para executar. E, na cultura, é do PG. Ponto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Findas estas intervenções, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Tentarei ser muito telegráfico, atendendo já à hora adiantada para o nosso almoço.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe também isso.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Cumprimentar o senhor Presidente e restante Mesa, os Membros do Executivo, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhores Chefes de Divisão, Funcionários do Município, a todos aqueles que assistem online a esta sessão, e, naturalmente, ao Público ainda aqui presente. Falou-se aqui muito sobre muitas

tentativas, ou não, quiçá, de condicionar a governação deste Executivo, mas é bom que todos saibamos, e eu, parafraseando aquilo que já aqui foi dito, nós fomos eleitos pelo povo da Guarda, da forma como fomos eleitos, com a dimensão de cada grupo parlamentar, com a dimensão do Executivo, mas para cumprimento do caderno eleitoral pelo qual o Movimento Pela Guarda foi eleito. E é isso que nós vamos continuar a fazer até ao último segundo do nosso mandato. -----

Falou-se aqui no incentivo da natalidade. E, naturalmente, respeitamos a posição que a Assembleia tomou. Mas é caso para dizer: onde é que está o papel do Estado? Onde é que está a justiça social? Onde é que está a coesão territorial dessa medida? E também podemos perguntar porque é que só agora é que ela é proposta? Porque é que só agora é que ela é proposta? Houve uma notícia, até, num jornal dos últimos dias, que a natalidade neste ano aumentou no distrito da Guarda. Vejam só. E não foi por qualquer apoio, nem do Município da Guarda, nem de qualquer Município da região. Porque todos já perceberam que isso é uma subsidiodependência efetiva e não tem justiça social, nem tem equidade. Mas, pelas contas que nós fizemos, essa medida, na sua plenitude e olhando aos números que estão em cima da Mesa, terá um impacto anual de meio milhão de euros. É o impacto. Não sei se alguém fez as contas. Mas é o impacto que esta medida poderá ter: meio milhão de euros. É bom termos a noção real daquilo que pode acontecer. Mas nós devemos dizer também, e gostávamos que hoje aqui tivesse sido dito isso, mas lá não calhou, certamente o irão dizer noutras alturas, o Programa Municipal de Emergência Social que nós temos, com 700 mil euros que nós aprovámos aqui, na Assembleia Municipal de dezembro, para o orçamento de 2023. Então, nós vamos dar 1800 euros em 3 anos. Então e depois? Vivemos do ar? Temos que ter os pés bem assentes no chão, quando nós propomos certas e determinadas medidas. Não quero falar aqui de populismo, do já agora. Não vou dizer nada disso. Aquilo que o Executivo vai fazer é fazer a revisão dos regulamentos com cabeça, tronco e membros. Com a cabeça no sítio, mesmo, para que seja possível dar algum apoio a tudo isso, mas no âmbito do Plano de Atração às Pessoas e Empresas, que foi aquilo que nós aprovámos aqui no orçamento para este ano, em dezembro último. Temos que ser, simplesmente, consequentes com aquilo que nós aprovamos nesta Assembleia, em matéria de orçamento. E é isso que nós vamos levar a efeito. -----

Sobre sites, redes sociais da Assembleia Municipal, não me quero pronunciar sobre isso. Apenas pronunciar aqui uma coisa que considero da maior relevância, enquanto Presidente da Câmara da Guarda. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, retemos bem as suas palavras logo no início desta Assembleia. E reconheço a humildade das suas palavras, da sua atitude humilde, perante esta Assembleia, perante aquilo que se passou na reunião anterior. Mas devo dizer, também, que a Câmara Municipal, esta Assembleia e a Guarda deve estar grata. E vou citar apenas aqui dois casos. O Dr. José Relva, permita-me falar assim, senhor Presidente da Assembleia Municipal, e vou citar apenas dois casos. Está aí numa das reservas, podem verificar, numa das reservas das contas do Revisor Oficial de Contas, que tem a ver com os registos prediais da Câmara Municipal da Guarda. E, graças ao trabalho, naturalmente da senhora Vereadora, do Executivo e dos funcionários da Câmara, mas com a sua sapiência e a sua experiência de uma vida profissional, que nos ajudou a resolver o registo do terreno dos Galegos do Município. Estamos a falar em quinze hectares que estavam perdidos e eram do Município. E lá foi preciso ir fazer a pesquisa a muitos fóruns no país, para perceber onde é que isso estava. É do município, esses quinze hectares. Há mais de trinta anos, senhor Presidente, que estava perdido. Mas devo dizer outro, caso contrário, no dia 6 de novembro, nós não poderíamos ter aberto os Passadiços. Já lá vou aos Passadiços. O registo dos terrenos onde estão implantados os Passadiços do Mondego, bem-haja, senhor Presidente da Assembleia Municipal, melhor dizendo, meu caro amigo Dr. José Relva, assim é que devo dizer, porque foi nessa função do senhor, pro bono e de uma forma gratuita e totalmente desinteressada, ao contrário de alguns que andaram por aí a fazer umas publicações a roçar o ridículo, para não dizer outras coisas, que o Dr. Relva ajudou esta casa a fazer o registo, em tempo recorde, dos terrenos onde os Passadiços foram implantados. Bem-haja, Dr. José Relva. -----

No que diz respeito, já agora falar sobre o orçamento da Assembleia Municipal. Eu arrisco-me a dizer que o Orçamento municipal que os senhores aprovaram na última Assembleia, a rubrica da Assembleia Municipal é, no mínimo, igual ou superior aos últimos dez anos. E por aqui me fico. Por aqui me fico, porque antes não tenho aqui o conhecimento de causa. Mas, nos últimos dez anos, o orçamento da Assembleia

Municipal é igual ou superior. É aquilo que nós aprovámos, que os senhores aprovaram aqui na última Assembleia Municipal. -----

Sobre os fios e os cabos em espaço público. Alguém já falou aqui, e muito bem, que não se consegue esconder num ano o que foi feito em cinquenta anos. Eu digo cinquenta anos, porque terá sido mais ou menos há cinquenta anos (cinquenta, sessenta, consoante os bairros, consoante as freguesias) que a eletricidade chegou às nossas casas. Portanto, não é num ano que, efetivamente, se vai resolver aquilo que não foi feito em cinquenta anos. É claro que nós temos que ter em atenção a matéria legal, os direitos adquiridos, porque existem efetivamente. E lembrar uma prática desta casa, é uma prática com vinte anos. Talvez mais. Mais de vinte anos, talvez. Quando há uma obra nova, há que fazer as infraestruturas para enterrar os cabos. Há vinte anos ou há mais de vinte anos que isto é feito nesta casa. E bem. Olhe, estou a falar de vinte anos, governação PS, governação PSD, governação PG. E é assim que deve ser feito. Sempre que há uma obra nova, porque há fundos comunitários na maioria dos casos, nem sempre, infelizmente, mas deve-se fazer, efetivamente, valas para enterrar os cabos. E é isso que vai continuar a ser feito nesta casa e em tantas outras Câmaras Municipais da região e do país. Porque o impacto de enterrarmos todos os cabos, podem ter bem esta noção, são dezenas e dezenas de milhões de euros. Para enterrar todos os cabos que existem na cidade e nas aldeias, são dezenas e dezenas de milhões de euros. Seria o impacto desta medida, se quiséssemos fazer isto, agora, de um momento para outro. É claro que, e por isso é que também foi votado da forma que foi votado, este regulamento tem a necessidade de existir. O acompanhamento técnico já é feito por alguns funcionários desta casa. É claro que não estão totalmente dedicados a esta área, porque têm outras áreas para se dedicar, mas esse acompanhamento técnico já existe. E há, efetivamente, a necessidade de se fazer um regulamento. Aliás, já foi falado, no passado, mesmo aqui nesta Assembleia, há uns anos atrás, sobre esta necessidade. Agora, todo e qualquer regulamento não tem, nunca, efeitos retroativos. Não há efeitos retroativos na regulamentação, porque, se assim fosse, quem teria que pagar os custos seriam os consumidores. Isto acontece, não falando nos cabos, mas concretamente nas redes de gás natural. Cada vez que há um pedido aqui na cidade e nós recusamos (não é de agora, é desde há muitos anos) terminantemente rasgar estradas novas para passar

uma conduta de gás, (tivessem-no feito antes, porque são avisados por escrito) depois justificam-se que a Câmara não deixa, e, depois, como vão ter que pagar toda a pavimentação com uma determinada largura, querem imputar os custos aos consumidores. É isto que acontece. É por isso que é importante ter este regulamento. Apesar de já muito trabalho ter sido feito ao longo dos anos, com o colocar debaixo terra ou aterrar, permitam-me a expressão, das linhas de média tensão, também, que já foram feitas na cidade, neste trabalho contínuo que deve ser feito com as entidades, com a EDP, nomeadamente. É bom recordar as linhas de média tensão que já foram enterradas, no passado, no Bairro Nossa Senhora dos Remédios e, na Póvoa do Mileu, em breve. É importante nós também frisarmos o trabalho de acompanhamento dessas entidades e certamente que este regulamento irá melhorar, sem dúvida alguma, aquele que será também o trabalho e os cânones técnicos das aprovações pelos técnicos do Município. -----

Sobre a promoção das atividades económicas, turísticas e culturais ligadas aos Passadiços do Mondego. Ainda bem que concordam com o bom trabalho que está a ser feito por este Executivo. Muito obrigado. Mas é bom referir também, que agora já se fala bem da promoção que este Executivo fez sobre os Passadiços do Mondego. Vamos recuar meio ano atrás. Andava por aí a falar-se de umas contratações, de umas adjudicações, de tanto dinheiro gasto! É bom recordar, meio ano atrás. Ainda bem que assim é. Ficamos satisfeitos por se renderem às evidências e este é, efetivamente, o caminho certo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, tem quatro minutos e cinquenta e dois.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Ó senhor Presidente, mas, eu, para responder a tanta coisa...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Sim. Peço-lhe que acelere um bocadinho.” ---

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Mas é bom dizer, também, que agora já se fala bem da frigideira que o Presidente da Câmara foi receber. É bom! Estamos todos imbuídos do mesmo espírito. É isto, afinal de contas, falar bem da Guarda. Estamos no caminho certo. Recordamos o planeamento já aqui anunciado nas últimas Assembleias

Municipais, com a rede de museus, com a rede dos Miradouros, os festivais de cultura popular, com aquela plataforma VisitGuarda já aqui falada e que, efetivamente, está em curso, está a ser feita, está a ser formatada. Mas este é o caminho. Fazer este planeamento para divulgar, seja nos Passadiços do Mondego, seja no parque de campismo, seja em todas essas zonas que recebem pessoas vindas de fora para promovermos o nosso território. E por isso estamos todos bem imbuídos do mesmo espírito. Bom, mas é bom que agora já se fale em caixotes do lixo. Os caixotes do lixo vão ser... já existem alguns, é bom dizer. Os caixotes do lixo grandes já lá estão. E vão ser colocados alguns nas extremidades. Como alguém, há pouco, já fez aqui uma comparação entre o humano e o porco, infelizmente, é assim que tem que ser, mas estão previstos serem colocados nas extremidades dos Passadiços de madeira. Mas é bom que se reconheça aquilo que não foi feito e que já teve que ser este Executivo a fazer. Não havia as casas de banho, não havia os caminhos de acesso e tantas outras coisas que não havia. E tivemos que fazer este planeamento. E foi mesmo depressa e bem. E é claro que outras coisas podem e devem ser feitas. Nós acabámos de adjudicar, na reunião de Câmara, há poucas semanas, mais uma intervenção no miradouro do Mocho Real, em toda aquela zona e junto à ponte da Mizarela. Porquê? Porque há a necessidade manifestada pelas pessoas que nos visitam. E temos de ir de encontro àquilo que as pessoas nos dizem, tendo em conta a melhoria contínua que é necessária nestas matérias. Já para não dizer na rede Wi-Fi, que não estava nada previsto e nós tínhamos que caminhar para que ela pudesse ser feita. A rede de comunicações que tão importante é sob o ponto de vista da segurança, mas também sob o ponto de vista do lazer, porque toda a gente, hoje, que nos visita, gosta de ter acesso às novas comunicações. -----

Depois, falar sobre a questão do aquecimento. Bom, eu remeto para aquilo, senhor Presidente, aquilo que e há pouco acabei de referir. É bom redizer também aquilo que foi o impacto que este Município fará constar nas contas deste ano, que é não incutir aos consumidores do nosso Município meio milhão de euros do aumento dos custos dos resíduos. Já falámos isto aqui, em dezembro último. Nós assumimos, este meio milhão de euros, alocá-lo no orçamento do Município. É bom dizer aquilo que foi feito. Esse impacto, o impacto desse apoio aos subsídios de aquecimento, não há contas feitas. Não

há equidade considerada. E por isso, em sede dos regulamentos que há pouco referi, até porque já existe um apoio, por exemplo, para os medicamentos, que está devidamente regulado. Então, vamos lá fazer a revisão dos regulamentos. É assim que deve ser feito, não com medidas avulsas, para que os regulamentos, com equidade, com justiça, possam consagrar os apoios certos e necessários, dentro dos valores orçamentais para que isso possa acontecer. Tal como é feito exatamente com a tarifa social da água. -----

Sobre a água, desígnio nacional. Bom, recordar aquilo que já aqui foi falado no passado também. O plano da avaliação dos recursos hídricos do Parque Natural da Serra da Estrela, que está a ser desenvolvido entre os seis Municípios do Parque, liderado pelo Município da Guarda. Recordar também a discussão pública, que eu já falei, do plano nacional de Regadios, que foi feito no final do ano de 2021. Nós colocámos tudo o que tínhamos que colocar lá, seja na Ribeira de Massueime, na Ribeira das Cabras, no Luzelo, no Vale do Mondego, no sul do concelho, no regadio da Cova da Beira. Está lá tudo vertido na discussão pública. Assim haja coragem, naturalmente, para levar avante a necessidade desses investimentos. Mas referir também que o plano de ação da redução dos consumos dos jardins da cidade, está tecnicamente a ser estudado para que, a continuar a falta de pluviosidade, efetivamente nós vamos ter que desligar as torneiras de rega em alguns espaços verdes da nossa cidade, tal como fizemos o ano passado. Mas temos que ir sempre de encontro à necessidade do consumo humano da água. E tudo isto, referindo propriamente o plano de avaliação dos recursos hídricos, ficará, é essa a nossa expectativa, que ficará incluído no plano de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, que está a ser desenhado pelos seis Municípios do Parque Natural, em conjugação com o Governo central e com a CCDR. -----

Quase a terminar, sobre um impulso da vertente social do PRR...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço-lhe efetivamente ...”

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, um minuto. Peço um minuto, senhor Presidente. É efetivamente, aquela moção que nós aqui ouvimos há pouco, é o apoio às IPSS. Este Município, aliás, tal como está dito no texto, este Executivo já apoiou, até agora, em cerca de 700 mil euros, as IPSS do nosso concelho. Já apoiou. Para quê?”

Para que pudessem fazer os projetos para se candidatarem ao PRR. E aquilo que aqui foi pedido foi que haja um reforço dos avisos do PRR para que todas as nossas IPSS do nosso concelho possam ter as suas obras feitas, as suas obras executadas. É bom recordar que no primeiro aviso foram todas ou quase todas chumbadas. Houve um novo aviso, por via dos incêndios, de 12 milhões de euros para os catorze Municípios afetados pelos incêndios de 2022, mas esses 12 milhões de euros nem para a Guarda chegam. E por isso é que é importante fazer este reforço e, na revisão do PRR que se está a antever, que possa haver o reforço nesta área, por esta via, porque, de facto, há aqui boa gente na Guarda que quer fazer a execução do PRR dos fundos comunitários, para ir de encontro às pretensões das suas populações. Mas já agora que falámos em PRR, é bom falar no corte que este Município teve, de apoio do PRR para a comunidade energética do parque industrial da Guarda. 3,5 milhões de euros de corte. A candidatura inicial era cerca de, era próximo dos 8 milhões de euros. E aquilo que fomos aconselhados a fazer foi: façam pelos 4 milhões e meio, que é aquilo que existe neste momento, porque, senão, vocês não vão conseguir executar. E é isso que nós estamos a fazer. Mas devo dizer que houve este corte de 3,5 milhões e meio de euros. -----

E, por último, senhor Presidente, falar sobre a questão das variantes. Recordar que a Câmara Municipal já lançou o primeiro procedimento. Estão em concurso os acessos ao terminal rodoferroviário, concretamente na rua da Treija na rua dos Caminhos-de-Ferro. Está lá vertido nesse protocolo. Foi feito, à época, num desses protocolos, o financiamento previsto para apoiar estas obras, tal como a segunda fase dos acessos ao terminal rodoferroviário e à estação da CP, tudo isso, eram 750 mil euros. Nós já enviámos uma carta, há alguns meses atrás, a pedir a atualização dos preços para 1,5 milhões de euros. Os preços praticamente duplicaram e não só não foi aprovado ainda os 750 mil euros anteriores, como a atualização não foi feita. E por isso é que nós pedimos que fosse feita a atualização para 1 milhão e meio de euros. Mas, até agora, ainda nada nos foi dito. Ainda estamos a tempo. Esperemos que ainda estejamos a tempo. Porque, senão, aquilo que nós vamos fazer, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de freguesia, é contrair um empréstimo para fazer aquelas obras que são necessárias: rua da Treija, a rua dos Caminhos-de-Ferro, a

Av. de São Miguel, a rua da Corredoura e tantas outras na envolvente da zona da estação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, dou-lhe mais um minuto, por favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Nem tanto, nem tanto senhor Presidente. Já agora, dizer também que ainda estamos à espera... senhor Presidente, eu estive aqui três horas calado a ouvir, senhor Presidente. Portanto, agora, deixem-me concluir, se faz favor! Já agora, pedir também, se alguém conseguir, que o senhor Ministro da Saúde receba o Presente da Câmara da Guarda, porque, apesar de três insistências, até hoje não recebeu o Presidente da Câmara Municipal da Guarda. -----

Por último, e muito telegraficamente, senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, bem-haja pelas palavras. É simplesmente cumprir aquilo pelo qual fomos eleitos. Cumprir o nosso programa eleitoral, com critério, com rigor na gestão dos dinheiros públicos. -----

No que diz respeito à questão cultural, o senhor deputado José Valbom já bem referiu essa situação. Estamos, efetivamente, no caminho certo e quando nós divulgarmos os números, certamente iremos perceber o porquê. -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cinza, acompanhamos naturalmente essa preocupação e temos falado, com quem de direito, sobre tudo isso, ainda na última visita feita à Guarda. E certamente iremos continuar a acompanhar nos próximos tempos, para que se consiga debelar essa injustiça que é feita em alguns territórios do nosso concelho. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Interrompíamos. Aceito sugestões para recomeço. 14h30? 14h30.” -----

Período da Ordem do Dia

Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Quando quiser começar, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde. Então, a estratégia de desenvolvimento foi um tema que eu escolhi. Aliás, hoje de manhã, quando cheguei aqui e troquei umas impressões com algumas pessoas e, curiosamente, também essa preocupação, naturalmente, não é só minha, até falando com o Eng.º Luís Soares e com a Dra. Cláudia, eles estavam a falar sobre a água e a necessidade de uma estratégia. Eu estava para falar nisto na anterior sessão. Não houve tempo e retomo, ou melhor, começo hoje e vou abordar este assunto muito rapidamente. Ora bem, qualquer um de nós tem uma preocupação em relação ao seu território e, neste caso, à Guarda, relativamente ao desenvolvimento do concelho e particularmente da própria cidade. Eu, se fosse alguma vez candidato a uma Câmara Municipal, coisa que nunca me passou pela cabeça, confesso-vos, teria elaborado, logo à partida, para além do conhecimento que teria que ter do território, teria que elaborar um plano estratégico de desenvolvimento. Um plano global integrado que abranja todas as áreas da governação. Isso exige-se a qualquer autarca. Nós estamos no ano de 2023 e, portanto, não estamos nos primórdios, digamos, do poder local. Portanto, o objetivo será atingir uma marca que seja distintiva e que ponha o nosso concelho no mapa. Eu não estou a dizer que o atual Presidente da Câmara não tenha esse pensamento. Não digo isso. Mas, eu estou a falar por mim e, portanto, é a minha ideia, digamos assim, acho que qualquer um de nós que se candidata deve ter esse pensamento estruturado. Deve pegar numa folha de Excel, por exemplo, e plasmá-lo lá e, depois, logo após as eleições, deve chamar as pessoas, deve apresentá-los nos órgãos municipais para que todas as pessoas conheçam e até fazer iniciativas com a população. E não me venham falar em programas eleitorais porque nós sabemos que a maior parte das pessoas não leem programas eleitorais e não estou a falar de programa eleitoral. Estou a falar de um plano estratégico de desenvolvimento para uma cidade com a importância da Guarda. Porque, meus amigos, a Guarda, não fica no interior. A Guarda é uma cidade, na minha opinião, nós estamos na Hispânia romana. Nós estamos a 370 km de Madrid e estamos quase à mesma distância de Lisboa. Nós estamos aqui num local estratégico, num local de passagem, com boas acessibilidades. E, portanto, nós temos que ter uma marca distintiva e temos que a vender, entre aspas. Percebem o que eu estou a dizer. Portanto, nós estamos num mundo global, as fronteiras são ficção e, portanto, temos que promover o território. É isso que se exige a um autarca, seja ele qual for. E eu exijo isso ao autarca da minha

terra. E, portanto, eu apostaria em três ou quatro áreas da governação, depois de fazer um balanço. E, naturalmente, desde logo, a captação de investimento. Hoje, não há nenhum autarca, nos tempos de hoje, que viva com os dinheiros do fundo de equilíbrio financeiro. Isso é uma ilusão. Isso é impensável. Eu sei que a Câmara da Guarda está preocupada com isso, isso já vem de trás. 2016 e 2017 foram anos muito bons. A plataforma está em fase de ampliação. Sei que o senhor Presidente da Câmara da Guarda tem essa preocupação e muito bem. E, portanto, captação de investimento é fundamental. Turismo, eventos e cultura. Ora bem, são três, quatro áreas, nas quais eu apostaria. Dizer-vos que atrair e fixar pessoas é importantíssimo. Hoje foi falado aqui, de manhã, da natalidade que é também muito importante. E, para fixar pessoas, nós também temos que inovar. E, portanto, muitos dos Municípios estão a apostar nas comunidades migrantes, como sabeis, também temos que fazer essa aposta, naturalmente. Eu, por exemplo, conheço um dos modelos, um dos Municípios que está a fazer isso muito bem, que é Vila Pouca de Aguiar. O Alberto Machado pegou nisso muito bem. Fez protocolos com dois Ministérios e conseguiu, com empresas locais, levar migrantes, a Câmara apoia também no pagamento de algumas rendas e as coisas estão a resultar. Isto é um exemplo, como podia aqui elencar muitos outros. E, portanto, quanto à captação de investimento, acho muito bem. Volto a dizer, fixar as pessoas, natalidade, tudo isso são preocupações que um autarca deve ter. Sobre a cultura, meus amigos, dizer só isto que toda a gente sabe. Eu já tenho 63 anos, fiz aqui todo o meu percurso escolar e sou do tempo em que os cafés da Guarda, cafés da referência, vomitavam, passo a expressão, cultura. Ou seja, professores de Liceu, alunos, bancários, técnicos, engenheiros, toda a gente frequentava os cafés em autênticas tertúlias. Criaram-se hábitos, aqui na Guarda, de cultura. A cultura não apareceu aqui por acaso. A Guarda tem uma marca distintiva na cultura. O TMG é o resultado desses hábitos que se criaram ao longo dos anos. Atenção, que isto foi custoso, foi difícil, mas fez-se na Guarda. Portanto, a cultura não apareceu do nada. E, portanto, nós perdíamos para alguns municípios da Cova da Beira, perdíamos para Viseu, exceto na cultura. Demos sempre cartas. A agenda do TMG era invejável. Eu lembro-me de ler nalguns órgãos nacionais, no Público, uma reportagem sobre a agenda cultural do TMG que fez inveja... eu, um dia, estava a conversar com o Ricardo, Presidente da Câmara de Braga, e ele disse-me: é pá, vocês têm uma agenda, cuidado! Discute-se, pode-se discutir, é custosa,

é onerosa, tudo bem. Mas a Guarda conseguiu fazer esse caminho. E, portanto, senhor Presidente, a fasquia está muito alta em relação à cultura. Está muito alta na Guarda. Nós podemos descentralizar. Eu concordo consigo, eu já o ouvi falar nisso. Podemos, sim senhor. Nós não temos só o TMG, temos as freguesias, temos o movimento associativo. Mas, atenção, não mate a galinha dos ovos de ouro, porque pode pagar uma fatura muito elevada. E nós todos vamos pagar essa fatura. É isso que lhe peço. Relativamente ao turismo e aos eventos, é preciso inverter aqui uma tendência. A Guarda, ao fim de semana, é uma cidade fechada. Já o era no meu tempo de jovem. É uma coisa! Parece que é uma inevitabilidade. Ou seja, ao fim de semana, eu sei que se criaram hábitos, as pessoas são das aldeias e têm uma segunda casa e vão para as aldeias, etc. Mas temos que inverter isso. O senhor Presidente da Câmara Municipal, no ano passado, fez aqui uma dúzia de eventos que, enfim, e terminou com o Festival de Blues, que eu acho interessantes, no fundo, e que ajudam a movimentar a Guarda. Isso foi importante. Acho que é nesse sentido. Mas tem que haver atividades regulares, não podem ser casuísticas, é preciso regularidade, é preciso criar hábitos e, portanto, envolver os comerciantes, a associação de comerciantes, dar apoio para que eles abram o comércio também ao domingo, envolver as escolas... Há muita maneira de fazer isto. Há programas, há autarquias que trabalham isto muito bem. E senhor Presidente, se quiser trocar umas impressões sobre isso, eu também lhe dou algumas ideias, porque também as tenho, naturalmente, e muita gente aqui terá. Portanto, relativamente aos Passadiços do Mondego, é verdade, são muito importantes, apesar de muitos municípios terem passadiços. E agora parece que pegou moda dos passadiços e dos baloiços e por aí fora. Mas os Passadiços do Mondego são muito importantes, porque é uma zona bonita e, em termos turísticos, é muito interessante. Agora, é preciso meter os Passadiços, é preciso meter o TMG, é preciso meter muitas coisas de referência numa agenda turística nacional para promover a Guarda. Não basta ter os Passadiços do Mondego. Eu dou-lhe um exemplo e eu já falei aqui no Fundão por diversas vezes, pronto, mas tem que ser. Eu participei num evento, no Fundão, com inspetores da educação e, na altura, estávamos ali cento e setenta ou cento e oitenta pessoas e percebi que a Câmara estava a apoiar esse evento. E quando acabámos os dois dias de discussão, do encontro, a Câmara cedeu autocarros e fomos visitar algumas aldeias do Fundão. Desde logo, as Donas, o Museu António Guterres, depois fomos a ver os

Bombos a Souto da Casa, depois fomos a Castelo Novo. Reparem a estratégia da Câmara. Estávamos ali cento e cinquenta pessoas, a multiplicar por três, em média, que estão em casa, a quem é levada essa informação, mais as informações que vamos disseminando com outras pessoas, e dizemos assim: é pá, no Fundão, faz-se isto assim e assim. E a Câmara está a ganhar com isso e o território está a ganhar com isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa. Já ultrapassou um minuto. Muito obrigado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ó senhor Presidente, é muito rápido. Sou muito rápido, dê-me só um minuto. Portanto, para além disso, temos o Julgamento e a Morte do Galo que pode ser a grande marca. É preciso melhorar o cortejo. A parte final é excelente. Há ali algumas lacunas no cortejo. Tem que ser melhor, tem que haver mais profissionalismo. Tem que se apoiar as Juntas de Freguesia também, para elas estarem motivadas. Mas tem que haver um rumo, senhor Presidente. E, às vezes, parece que não há. O exemplo da FIT, da Feira Internacional de Turismo, não pode acontecer. E, portanto, senhor Presidente, só para terminar, nós queremos uma cidade bonita, atrativa e com qualidade de vida. E deixe-me dizer-lhe uma coisa. A mobilidade, na Guarda, uma desgraça. A Guarda não pode atrair ninguém aqui para a cidade, porque efetivamente, não se pode andar na Guarda. Os passeios são uma miséria, as principais artérias da cidade, o Bonfim, a Misericórdia até ao Hospital, tudo isso tem que ser arranjado. Senhor Presidente, é isso que tem que fazer. A estratégia global é fundamental. E, para além da estratégia, senhor Presidente, também é preciso ter uma equipa, uma equipa coesa, uma equipa capaz, com uma equipa concertada para isso. Senhor Presidente, uma Câmara Municipal, perdoe-me que lhe diga, mas não é uma sociedade unipessoal. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Pela ordem de entrada, são agora os temas apresentados pelo PG. E o primeiro tema é: as gentes da Guarda estão certamente cansadas discussões estéreis. Faça favor, senhor Deputado. faça favor.” -----

- **José Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** “Muito boa tarde. Ora bem, senhor Presidente, se me permite e imbuído do ambiente da celebração da liberdade que Abril nos traz,

dirijo-me hoje esta casa, aos seus membros e a toda a comunidade guardense, numa tentativa de partilhar a minha preocupação, ou melhor, a minha expectativa relativamente a um projeto que considero verdadeiramente estrutural para a Guarda. Falo, naturalmente, do projeto da tão aguardada variante dos F's. Um projeto que já foi e já o deixou de ser, vezes quase sem conta, e que sei bem diz muito a este Executivo. Estou certo que a escarpelização de quem fez ou deixou de fazer não é, efetivamente, o tema sobre o qual nos devemos centrar, sabendo, certamente, que todos estes projetos têm história. E este, meu Deus, está carregado dela. As gentes da Guarda estão, certamente, cansadas de discussões estéreis que nada produzem sem ser entropia, causa essa do preocupante desinteresse generalizado na ação política e no descrédito sobre quem o pratica. Aqui devemos focar-nos heterogeneamente nas soluções, no debate proativo do presente e do futuro. A variante dos F's é, efetivamente, muito mais do que uma mera avenida que liga duas rotundas. Ora, vejamos. Trata-se de uma das áreas mais nobres da cidade pela centralidade, centralidade essa que deve ser olhada para além da virtude geográfica, mas também pela virtude do plano habitacional que, por consequência económica e social, capacitará a cidade de habitação que tanta falta nos tem feito e que, existindo em número considerável, como ali se prevê possível, viabilizará uma terceira virtude: a da fixação de pessoas. Isto porque, minhas senhoras e meus senhores, só estaremos em condições de motivar a vinda de gente para a Guarda, se começarmos a casa pela fundação e não pelo telhado. Dotar a cidade de capacidade construtiva, obrigará o mercado a reagir. E, por ordem de razão, se a oferta aumenta, os preços diminuem. Nota, sendo este um dos grandes dilemas da ordem do dia e que, na nossa cidade, ainda temos ferramentas para combater. Daqui partimos para a virtude da atração de empresas/investimentos, ganhando fôlego para ir ao mundo procurá-las, porque, para além da bendita localização estratégica da Guarda, temos já condições para as receber no que à habitação diz respeito. Posto isto, e não menos importante, acrescento aqui mais uma virtude que, com toda a certeza, este projeto vai aportar: será a necessária capacitação do departamento de obras da Câmara Municipal da Guarda, no setor público, e, numa primeira fase, pela execução e acompanhamento do projeto, no setor particular, pela imperativa capacidade de acompanhar e dar respostas aos projetos que ali, se pretende, nascerão pela mão da iniciativa privada. Estou certo que cada um de vocês encontrará outras virtudes que

validarão ainda mais a importância deste projeto. Para concluir, na prática da minha atividade profissional, contacto quase semanalmente com autarcas. Num desses contactos, não há muito tempo, um desses autarcas, depois de me apresentar um plano bem ambicioso, mas já em execução, que tem para estimular o crescimento do território que gere, desabafou comigo: para isto ser possível, quando vou a Lisboa já não peço dinheiro, peço, sim, que me ajudem a tirar a carruagem burocrática da frente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Segundo tema do grupo Pela Guarda, sob o tema: caminho da Guarda.” -----

- **Sandra Macedo Madeira, Deputada (PG):** “Boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes. Não é repetição ou falta de inspiração, cumpre-nos lembrar, mais uma vez, que o presente caminho da Guarda se traçou a 26 de setembro de 2021 para o atual mandato. O programa eleitoral, escolhido livremente pela Guarda, está a ser cumprido, como vamos dando nota. Mas não somos senhores da razão, nem pretendemos ser, e sabemos que em democracia todo o caminho é inacabado e constrói-se, dia a dia, com todos. Desde a última Assembleia Municipal, muito caminho se fez, muitas sementes se lançaram, para que os frutos depois se colham por todos os guardenses. Na BMEL foram lançadas as comemorações do centenário de Eduardo Lourenço, que se iniciam no próximo mês e que durarão um ano. Contempla mais de setenta atividades, coordenadas pelo Centro de Estudos Ibéricos. No dia 3 de março, foi entregue o prémio Eduardo Lourenço 2022, ao Professor Valentín Cabero, na BMEL. Os Passadiços do Mondego foram também distinguidos com o prémio de reconhecimento do primeiro Fórum Ibérico de Sustentabilidade e Digitalização de Empresas Turísticas e Destinos do Interior, realizada em Placência. O campo do Carapito do NDS vai receber um relvado sintético, uma ambição com mais de quarenta anos e que se junta ao relvado sintético para a freguesia de Casal de Cinza. A 5 de abril, foram entregues cinquenta bolsas para o ano Letivo 2022/2023, aos alunos do ensino superior do concelho, no valor de cerca de 160 mil euros. O culminar de uma ação arrojada e bem conduzida pelo Executivo. Ainda neste dia, aconteceu a primeira edição de 2023 das Conferências da Guarda, subordinada ao tema Alavancas para o Desenvolvimento Económico Sustentado, com a presença do co-CEO do Grupo Altice Internacional,

Alexandre Fonseca, e contou também com a presença da senhora Ministra da Coesão Territorial, a Dra. Ana Abrunhosa. Painel de políticos e de técnicos para melhorar, de forma estrutural, o nosso território. A celebração da Quaresma e Semana Santa foi, este ano, comemorada na mais alta, com vários eventos onde se associou cultura popular e onde participaram as freguesias.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe desculpa. O grupo PG tem mais um tema.” -----

- **Sandra Macedo Madeira, Deputada (PG):** “Ok. Eu vou acelerar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Trinta e quatro segundos, mesmo dando mais um minuto, são dois minutos para os dois temas... Eu percebo que vocês têm 4 temas. Muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Sandra Macedo Madeira, Deputada (PG):** “Dizer também, e tentando aqui resumir e fazendo uma intervenção o mais telegráfica possível, que os Passadiços do Mondego foram, mais uma vez, o cenário perfeito para momentos felizes de milhares de famílias e amigos nesta época festiva. Relembrar que, entre 17 de março e 8 de abril, o programa cultural, quer pelos Passadiços do Mondego, as atividades de natureza, gastronomia, etc etc. Esta dinâmica confirma a acertada estratégia política do Executivo, há pouco tempo criticada por esta Assembleia e que hoje é utilizada como mantra para uma tentativa encapotada de brilharete eleitoralista. Enfim, muito mais tinha aqui a dizer, mas vou resumir então e concluir. Houve mais caminho. Há, neste momento, um verdadeiro caminho a construir e a continuar, com o anúncio da antiga ambição de uma estrada verde de ligação ao maciço central da Serra da Estrela a partir de Videmonte, em articulação com Celorico e Gouveia. Novos caminhos existirão, também para a Guarda, com o plano de urbanização do Vale de São Francisco, etc., etc., etc. Finalmente, e mais importante, não esqueçamos que este caminho é democrático e plural, rico em história e histórias e fundado no respeito pela Constituição da República de dias inteiros e limpos, como disse Sophia de Mello Breyner, de forma tão tocante. Por isso mesmo, saudamos a opção do Executivo Municipal de ter condecorado, há dois dias, no dia maior da nossa democracia, os anteriores Presidentes de Câmara e da Assembleia Municipal. E assim termino. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. O último tema, para cinquenta segundos, mais ou menos: Verão de 2023.” -----

- **José de Almeida Gonçalves, Deputado (PG):** “Boa tarde. A propósito da nova época estival que está aí a chegar, e, pelos vistos, com risco de incêndio elevado, e como não queremos outro Verão igual ao de 2022, há que ter bastantes cuidados. O município já começou a trabalhar a propósito da importância da criação das áreas florestais reguladas, mas não ficou por aqui. Foi uma medida importante que evidenciou uma notória efetivação da promoção à florestação do concelho. Mas há mais. E obrigado por isso a todos os que contribuíram, especialmente ao município. Plantar e deixar que a natureza cuide e abandonar a floresta, isso não dá. Proporcionar todos os meios necessários para que os bombeiros do nosso concelho cumpram a sua missão, depender o mais possível das suas corporações de bombeiros dos seus meios, ter meios humanos e técnicos próprios no concelho na medida das possibilidades para que consigam, logo no primeiro embate, debelar os incêndios do nosso território, espelha a vontade deste Executivo. Por isso é que não esquecemos e relembramos aqui o envelope financeiro de meio milhão de euros para as freguesias para a rede secundária; as oito EIP’s, equipas de intervenção permanente, que são mais quarenta bombeiros profissionais, pagos a 50% pelo município. Um investimento de 320 mil euros, que vai fazer toda a diferença. Os 80 mil euros para as equipas de sapadores; os 100 mil euros para as corporações, que a Guarda faz questão de entregar em apoios extraordinários; o apoio às Juntas de Freguesia para aquisição de equipamentos de prevenção contra incêndios no valor de 430 mil euros. Mas, é evidente, as palavras, só por si, não chegam. Por isso é que temos aqui a Guarda a investir 1 milhão e meio de euros na proteção da sua floresta e dos bens dos seus cidadãos. E não contabilizamos aqui o programa da reflorestação, nem o há pouco anunciado da estrada da Serra, em parceria com os municípios de Gouveia e Celorico. Somos um dos concelhos do país com parque natural do seu território que mais investe na proteção e defesa da floresta e biodiversidade...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe que termine, por favor.” -----

- **José de Almeida Gonçalves, Deputado (PG):** “Um parágrafo só. No combate aos incêndios, todos são importantes. Não esqueçamos o papel e a tarefa de cada um de nós na prevenção e preparação da floresta, antes da época dos incêndios. É que a

Guarda precisa, a Guarda merece e obrigado a todos os que contribuíram para que fosse possível efetivar estes apoios. Não esqueçamos o papel de cada um na prevenção. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o CDS-PP.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Boa tarde a todos. Não posso deixar de começar por recordar que se encontram inscritos na nossa Constituição, no seu artigo 9º, como tarefas fundamentais do Estado: a promoção do bem-estar e da qualidade de vida do povo, a igualdade real entre os portugueses, a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, a proteção e valorização do património cultural do povo português, a defesa da natureza e do ambiente, a preservação dos recursos naturais e, ainda, assegurar correto ordenamento do território. É exatamente isto a obrigação que o Estado tem que fazer. Tenho aqui, em anexo, um excerto da proposta de lei aprovada em Conselho de Ministros, com o artigo 32º que aborda a matéria de habitação. Tenho também a portaria que estabelece os limites para os máximos das rendas acessíveis por tipologia e por concelho, sendo que a Guarda está no escalão E1 e Lisboa está no escalão E6. Senhor Presidente, não percebo porque razão a Guarda está no escalão E1, o mesmo escalão de outros concelhos pequenos como a Meda, Fornos de Algodres, Manteigas. E também não percebo como Barrancos (com mil e quinhentas pessoas), Alvito (com duas mil e trezentas pessoas), Góis (com três mil e oitocentas pessoas) ou Cuba (com quatro mil e quatrocentas pessoas) estão no escalão E2, ao lado de cidades como Viseu, Vila Real, Santarém, Leiria, Braga, Guimarães e Famalicão. É com base nestes escalões que se vai aplicar a proposta de lei n.º 71, aprovada em Conselho de Ministros? Desde 2019, data da atribuição deste escalão mais baixo à Guarda, o país não mudou? Até já tivemos uma pandemia. Não haverá aqui situações para corrigir? Não poderá esta situação agravar o problema do arrendamento na nossa cidade? Na listagem das vagas para novos médicos, o hospital da Guarda, concelho, teve vinte e oito, enquanto que o distrito de Castelo Branco fica com cinquenta e seis. Também aqui o discurso não corresponde à prática. Onde está autenticidade? Que mal terão feito os utentes da Guarda? Também aqui o futuro se constrói e tem bons fundamentos, alicerça-se, por exemplo, e como já foi aqui dito, na cultura e na exemplaridade de algumas

personalidades de reconhecido mérito universal. A resiliência é uma das características mais marcantes das gentes do nosso concelho, por isso continuo a acreditar que devemos lutar por aquilo de que somos credores e que é um direito explicitamente inscrito da nossa Constituição. Uma prática reiterada na relação entre o Estado e o nosso tecido empresarial é o de que: aquele pode e paga quando quer. Uma prática que tem e deve ser ultrapassada, através de uma resposta determinada e corajosa por parte das nossas organizações, da comunidade empresarial e do poder local e nacional. Pagar a tempo e horas numa altura de crise económica, é um ato da maior importância e de responsabilidade social perante a nossa economia. As empresas não precisam de mais subsídios nem de mais isenções, mas sim de mais cumprimento, de preferência atempado, contribuindo assim para a manutenção ativa da economia portuguesa. O respeito pelo pagamento, em tempo, dos serviços e fornecimentos, pagos pelo Estado, é um elemento de suma importância, tanto a nível social, como a nível económico, como assegura a liquidez da economia, a sobrevivência de muitas empresas e a mais rápida recuperação da economia portuguesa. Comemorámos, há dois dias, o 25 de Abril. Para disfarçar o desalento com os resultados da democracia, há quem utilize o Estado Novo como ponto de comemoração com o momento atual. Se o 25 de Abril deixa de ser sobre o futuro e se reduza a uma narrativa sobre o passado, é a democracia que está a falhar. Assim como está a falhar quando vemos que os dados da Pordata revelam que o número de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social aumentou e Portugal é o segundo país da Europa com mais pessoas a viver em más condições materiais. O aumento do custo de vida está a levar cada vez mais portugueses a procurar ajuda junto das instituições de apoio alimentar. Pessoas com emprego, mas cujo salário deixou de chegar para as despesas. Pessoas que trabalham, mas que não conseguem pagar a renda de casa, a prestação da casa, a luz, a água. Pessoas que não conseguem comprar o básico ou ir à farmácia. Séneca diz-nos que não há vento favorável para quem não sabe para onde ir. Nós sabemos, não sabemos? Boa tarde.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Tem agora a palavra o Partido Socialista e começa pelo tema: o lado certo da história.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Boa tarde a todos, renovo os meus cumprimentos. A história que me traz à vossa presença, conta-se muito rapidamente. Foi, recentemente,

tornada pública, uma sentença judicial relativa a um caso de assédio em local de trabalho, ou assédio laboral, cujas partes, autora e ré, se encontravam ao serviço do município no cumprimento dos seus deveres profissionais. A título prévio, devo dizer que tenho entendido, segundo informações que pude recolher, que a parte da sentença que diz respeito aos factos é já irrecorrível. A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, define como assédio no local de trabalho o comportamento indesejado, por gesto, palavra ou atitude, praticado com algum grau de reiteração e tendo como objetivo ou efeito de afetar a dignidade da pessoa ou criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador. Completa ainda a definição, referindo que o assédio é moral quando consistir em ataques verbais de conteúdo ofensivo ou humilhante e físicos ou em atos mais subtis, podendo abranger a violência física e ou psicológica, visando diminuir a autoestima da vítima e, em última análise, a sua desvinculação ao posto de trabalho. O assédio, nomeadamente o moral, contamina o ambiente de trabalho e pode ter um efeito devastador, quer sobre as vítimas, quer sobre as próprias entidades empregadoras, públicas ou privadas, com reflexos de natureza financeira sobre o serviço nacional de saúde e sistema de segurança social. Com efeito, as vítimas veem normalmente a sua saúde, confiança, moral e desempenho profissional afetados, o que leva à diminuição da eficiência laboral e mesmo ao afastamento do trabalho por motivo de doença. Em alguns casos, as pessoas deixam de ser capazes de se comportar normalmente, quer no trabalho, quer na sua vida quotidiana. O assédio pode ainda provocar stress pós-traumático, perda de autoestima, ansiedade, depressão, apatia, irritabilidade, perturbações da memória, perturbações do sono e problemas digestivos, podendo até conduzir ao suicídio. Do lado das entidades empregadoras, públicas ou privadas, assiste-se ao aumento inusitado dos custos resultantes do aumento do absentismo, da redução abrupta da produtividade e de maiores taxas de rotatividade de pessoal. Para o sistema de segurança social significa ainda o aumento de baixas psiquiátricas, pagas pelo orçamento da segurança social. O assédio é, como vemos, um problema moral com enormes repercussões nas vítimas e nas entidades empregadoras. Infelizmente, a história que motiva esta minha intervenção aconteceu no município da Guarda, durante um período em que o senhor Presidente de Câmara desempenhou funções executivas, quer na Câmara, quer nos extintos SMAS e considero chocante, para não dizer mais, que estas organizações não

tenham sido capazes de detetar e mitigar internamente uma situação tão grave como a que é retratada nas sentenças, até agora proferidas pelas instâncias judiciais que apreciaram a queixa. Tanto mais que a vítima referiu ter dado conhecimento dos factos aos superiores, nos quais se inclui, é bom que não esqueçamos, o atual Presidente de Câmara, sem que tal tenha sido desmentido, pelo que é de supor que tinha conhecimento dos factos. É, pois, lamentável, que o senhor Presidente não tenha estado do lado certo da história. E, perante isto, gostaria de questionar o senhor Presidente Sérgio Costa sobre que medidas tem previstas para evitar que situações como a da história de que falamos se voltem a repetir e até quando as vai implementar? Cabe recordar que há, nesta história, uma condenação a uma pena de prisão, que é a pena mais grave aplicada no nosso ordenamento jurídico e, por isso, considero necessário e urgente que sejam tomadas as medidas adequadas para impedir que o Município da Guarda se volte a ver envolvido num caso tão escabroso e lamentável como este foi. Um caso em que, é bom que não percamos de vista, há uma agressora e uma vítima a quem presto a minha solidariedade. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Segundo tema do Partido Socialista é: gestão autárquica. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Boa tarde a todos. Se hoje me encontro aqui e me dirijo a Vossas Excelências é porque fui eleita por cidadãos e cidadãs deste concelho. Elegeram-me, a mim e aos restantes membros, para os representar e para democraticamente contribuir para as deliberações sobre os assuntos relativos ao concelho da Guarda. Em Assembleia, em reunião de conjunto de cidadãos eleitos, deliberamos democraticamente e a decisão obtida corresponde à vontade expressa da maioria ou totalidade dos representantes do povo deste concelho. Não somos nós, no entanto, quem executa. É o Senhor Presidente da Câmara quem tem a responsabilidade da execução e quem manda levar a cabo as decisões aqui tomadas. E pergunta-se, por que razão estou eu, hoje, aqui, a relembrar o funcionamento democrático de uma instituição democrática num país democrático? É porque o comportamento democrático inerente ao poder executivo do senhor Presidente está em questão. Em causa está o facto de terem sido aprovadas moções que não foram executadas. Por exemplo, a criação do Provedor do Município ou a gravação das reuniões do Executivo

Camarário ou a organização do primeiro encontro de nómadas digitais. E nós perguntamo-nos, terá sido o senhor Presidente da Mesa desta Assembleia que não fez seguir, formal e oficialmente, os resultados das nossas decisões? Isso não seria desculpa, pois o senhor Presidente da Câmara assistiu ao resultado das votações. Terá sido, então, talvez, por não haver na legislação nada explícito que force o Presidente da Câmara a dar seguimento às moções aprovadas em reunião da Assembleia Municipal, o que lhe permite, sistematicamente, ignorar as moções aprovadas e os procedimentos democráticos? Ou não executou as moções aprovadas, talvez porque se aproveita de não contemplarem um prazo de execução definido para não as ir executando, pondo-se ao abrigo de críticas com a desculpa de poder sempre dizer: ainda não foram executadas, exercendo, assim, indefinidamente, o poder autocrático de as protelar. Mas há ainda uma outra resposta possível. Vamos ser otimistas. Por certo, o senhor Presidente tem já as datas marcadas para o próximo mês de maio. Vamos ter, já em maio, um Provedor do Município, a gravação das reuniões do Executivo Camarário e o plano de organização do primeiro encontro de nómadas digitais. Será? É, pois, como membro democraticamente eleito que sou, do órgão que acompanha e fiscaliza este Executivo Municipal, que apresento estas questões, às quais o senhor Presidente, certamente, não se eximirá de emitir respostas. E, agora, o segundo tema a tratar. A Assembleia Municipal da Guarda, para além de acompanhar a execução das suas próprias deliberações, acompanha o planeamento, o desenvolvimento e a execução das estratégias com que o senhor Presidente da Câmara vai orientando os destinos do Concelho. Ora, acontece que o período de graça do Executivo, eleito em 2021, já passou há muito e não vemos qualquer alteração que aponte para o desenvolvimento da Guarda, nem tão pouco vemos serem planeadas estratégias que conduzam a esse desenvolvimento que todos desejamos. Chegamos à Guarda. Em redor da praça onde se ergue um dos monumentos mais magníficos de Portugal, a sua Sé Catedral, continuamos a ter a imagem desmazelada, negligenciada de uma cidade ao abandono...

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe desculpa. Para atingir o período máximo de compensação concedido, tem dois minutos. Muito obrigado.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Obrigada. E um silêncio cai sobre nós. A Guarda paralisou no tempo. A Guarda definha. A Guarda regride. Este é o retrato de uma miserável Guarda. Mas este retrato nada o justifica, exceto a indiferença e a falta de brio da Câmara Municipal. Custa assim tanto dar um aspeto de manutenção histórica à cidade? O orçamento que aprovámos aqui, comporta, sem dúvida, a reabilitação de duas fachadas e de dois telhados. Nem é necessário culpabilizarmos o senhor Presidente por não se ter candidatado a verbas suficientes do PRR. Para isto, ainda lá há dinheiro. Mas, senhor Presidente, o problema da cidade e do concelho é bem mais grave e está para além desta imagem. O que se passa, então, na Guarda? Senhor Presidente, conto que me ouça porque me proponho ajudar com a breve análise que passo a expor. Como temos podido observar, o senhor Presidente tem tido como caminho dar apoio às associações e às IPSS. Este apoio é importante, mas serve tão-só para alimentar o que já foi feito. Para manter. Não se substitui a estratégias para fazer progredir. O que fez para desenvolver? O que fez para aumentar a população do concelho? A Guarda está a perder gente. Está a perder relevância a nível nacional. O que há de novo na Guarda que não tenha sido o Governo a ter trazido para cá? O que nós todos queremos é que a Guarda se vire para o futuro, para o que pode vir a alcançar, que ganhe ímpeto no seu desenvolvimento empresarial, educativo e de investigação, no seu desenvolvimento cultural, habitacional e desportivo. O município não atrai pessoas qualificadas para a Guarda se não houver emprego e se, conjuntamente, não lhes oferecer a possibilidade de um modo de vida tal que não as faça sentir que, ficando ou passando a viver cá, estão a perder acesso ao mundo plurifacetado das cidades do litoral; que estão a perder acesso a instituições ou complementos educacionais que contribuam para uma boa educação dos seus filhos; que estão a perder acesso a uma cultura de qualidade a nível nacional e internacional; que estão a perder acesso a uma cidade onde se preza a ciência e o ambiente sustentável, ou que estão a perder acesso a uma cidade onde a dignificação do património se perca na falta de sensibilidade para com o que é antigo no seu contraste e na sua separação relativamente ao que é moderno; que estão a perder acesso à prática de múltiplas modalidades de desporto e a competições internacionais; que estão a perder acesso a habitação de qualidade...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe o favor de mais rápido terminar. Está bem?” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “a um preço compatível com os seus vencimentos e a transportes públicos facilmente acessíveis, tendencialmente gratuitos e com horários adequados. O progressivo despovoamento e a ausência de jovens são prova evidente do que foi dito atrás. As pessoas, os nossos filhos, escolhem os locais onde têm acesso a mais e melhor. Os jovens do concelho da Guarda precisam de uma Câmara que lhes proporcione algo de que se possam orgulhar e de que este concelho seja pioneiro. É preciso haver estratégia de desenvolvimento. E estratégia é o que não vemos. Vemos inoperância, vemos deixar fugir oportunidades. Para finalizar, Dom Sancho teve o cognome de O Povoador. A continuar assim, senhor Engenheiro Sérgio Costa, que cognome poderá vir a ser o seu? Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Tem agora a palavra a senhora Deputada do Bloco de Esquerda. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos. A transparência ou a ausência dela é o que me traz aqui. Há um ponto nas competências, senhor Presidente, que afirma que é a sua competência responder em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da Assembleia Municipal, aos pedidos de informação apresentados por esta. São mesmo muitas as perguntas que foram feitas por esta Assembleia Municipal que ficaram sem respostas. É recomendável que comece a registá-las com pormenor e respondê-las diretamente. Se ao final da minha intervenção tiver alguma dúvida, também estarei disponível para o esclarecer. É necessário remeter à Assembleia Municipal a minuta das atas e as atas das reuniões de Câmara Municipal, logo que aprovadas, obviamente. Nunca foi remetida a nenhuma Assembleia Municipal. É colocada no site e é muito comum faltar pelo menos uma ata da reunião. É verdade, sim senhora, as reuniões da Câmara normalmente realizam-se demasiado perto da data da Assembleia. Mas também é verdade que é sua responsabilidade, sua competência, a convocação das reuniões ordinárias. Prevejo que o tempo seja a resposta, seja o impedimento. Solicito que a organização e a transparência se sobreponham. Pela leitura das atas que estão presentes no site, percebemos, também, que é muito comum a aprovação de apoios extraordinários. Já referimos aqui isto hoje. Grande parte dos

pontos das reuniões da Câmara se baseiam em atribuição de dinheiro extraordinário. Portanto, primeiras questões. Quais os motivos que levam à vulgarização destes apoios extraordinários? Os regulamentos de apoio financeiro não são adequados às necessidades/condições das entidades? Ou os valores é que não correspondem à atualidade? O Executivo pretende resolver a situação? Como e quando? Normalizar a constante aprovação de apoios extraordinários dificulta, em grande escala, a transparência e a equidade, pois todas nós sabemos que os apoios extraordinários carecem de cumprimento de critérios. Este hábito é muito semelhante ao demonstrado quando o Executivo opta por efetuar mais ajustes diretos do que concursos públicos. Será sempre mais simples fazer o dinheiro mexer-se desta forma, mais ágil? Suponho que será isso que dirá. Mais prático, até, às necessidades atuais. Mas por mais fácil que seja, ou até necessário, quando nasce um hábito destes, como este Executivo tem revelado, tem tendência a tornar-se questionável no tempo. Falando em transparência e tendo em conta... remeto a um assunto que já foi trabalhado, mas que tenho mais outras questões. Tendo em conta que foi divulgado o acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, que manteve a decisão de sentenciar a atual Assessora, a sua atual Assessora do crime de perseguição agravada a uma trabalhadora. O caso, como já foi dito, transitou para julgado. O que significa que não será possível recorrer e que o recurso foi inclusivamente considerado pelo mesmo tribunal e passo a citar: improcedente. A sentenciada em causa foi nomeada pelo senhor Presidente, até no feriado municipal de 27/11/2021, para sua Assessora, sendo, portanto, alguém em quem, obviamente, deposita a sua confiança. Considerando também que continuam a ocorrer situações dentro da Câmara e com origem na sentenciada e que o delito foi cometido enquanto profissional do município, deixo as questões e peço que depois as responda, se precisar de registar: será levantado algum processo disciplinar? O senhor Presidente continuará a ignorar ou vai finalmente agir e proteger as trabalhadoras e os trabalhadores do município? Se considerou agir, quais é que são as medidas previstas? A sentenciada é júri em processos de recrutamento, além de sua Assessora? Com que validade e base ética? Quais as razões que levam o senhor Presidente a manter a sua confiança política, obviamente reveladora da sua posição em relação a direitos laborais, na sentenciada? As despesas estão a ser pagas realmente pelo município? Com que justificação? Se a sentença é de culpada, será retomado dinheiro? E quão irónico é que

a sentenciada tenha o processo pago em parte pela vítima se é pago pelo município? Questiono também, o lado da vítima também foi pago? Como é que se processa esta parte? E, por último, tem conhecimento de mais processos relativos ao mesmo caso, ou semelhantes? Na altura, o senhor Presidente Sérgio Costa era o Presidente do Conselho de Administração dos SMAS e foi também Vereador com o Pelouro das Águas e Saneamentos. Eu gostaria de confiar, apesar de me ser mesmo muito difícil, tendo em conta as suas funções e que há processos contra a entidade SMAS, como já foi dito, que não tinha conhecimento dos factos. Mas agora como Presidente da Câmara e sabendo que os processos colocados ao extinto SMAS foram transferidos para a Câmara, de quantos processos, relativos a esta situação ou semelhantes, de assédio tem conhecimento? Faço-lhe esta pergunta, obviamente, com a confiança de que, para si, isto foi um tópico de preocupação e, obviamente, dedicou-se a perceber o ocorrido, verificou o número de processos, as razões que os motivaram, de forma a garantir que os funcionários e as funcionárias do município têm as condições necessárias para exercer as suas funções sem qualquer repressão e risco, claro. Também a bem da transparência e já que trouxe...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, já ultrapassou o tempo em um minuto e trinta e cinco segundos. Peço-lhe que...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Como tem sido repetido, estou mesmo, mesmo, a terminar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ok, certo. Obrigado.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “E, também, a bem da transparência, e já que trouxe o assunto, deixe-me dizer que se torna até cómico falar do miradouro do Mocho Real quando fala de vontade do povo. Este miradouro era de acesso livre, assim como, pelo menos, um caminho de montanha à sua esquerda, e que agora se vê vedado. Não é exemplo único no projeto dos Passadiços. Portanto, deixe-me reforçar que não parabenizamos o município em relação a este projeto. Temos desflorestação não justificada, condicionamento de trajetos que eram livres, impossibilidade de acesso a animais de estimação, ausência de caixotes de lixo e uma série de situações. Portanto, as falhas são muitas. Os parabéns não ficam aqui, de certeza.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Terminadas as intervenções dos senhores Deputados, dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, se desejar usar dela. Faça favor. Muito obrigado.” ----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos, em si, a todos os presentes. Sobre o há pouco falado de uma qualquer estratégia de desenvolvimento. Agradeço algumas das suas palavras, senhor Deputado, porque, de facto, estamos de acordo em algumas matérias. Em outras, não estamos. Mas em algumas estamos de acordo, naturalmente. O plano estratégico global. Olhe, há uma pessoa que passou aqui nesta casa, que dizia, eu já o citei várias vezes e vou continuar a citá-lo: percamos todos o tempo todo do mundo a fazer uma estratégia, se depois, no final, não conseguimos executar uma linha dessa estratégia. Já aconteceu muito no passado e vai continuar a acontecer no futuro, tal como já acontece no presente. Mas eu devo-lhe recordar, olhe, o que eu já falei aqui, hoje, de manhã, o Plano de Avaliação de Recursos Hídricos do Parque Natural da Serra da Estrela. Olhe, isto é um plano estratégico, ao nível da água, de todo o Parque Natural da Serra da Estrela, que foi o município da Guarda que ousou propor aos seus colegas, que ousou propor ao Governo da República e que vai, efetivamente, revolucionar tudo o que é estratégia do uso da água ao nível do abastecimento de água, ao nível hídrico e da produção de energia elétrica em toda a região. Só este aqui, se nós não fizéssemos mais nada, até ao final do mandato, se conseguíssemos começar a implementar este Plano de Avaliação dos Recursos Hídricos, já nos daríamos por satisfeitos. Mas o plano estratégico, também, dos regadios. Os regadios de Portugal, a discussão pública de que já aqui hoje de manhã falei, a propósito da intervenção da senhora Deputada do CDS. Isso é estratégia do uso da água, efetivamente. Aliás, e a água será o bem cada vez mais escasso no futuro e que é essencial à vida de todos nós. Penso eu. Acho que é e assim será durante bons anos. Mas, senhor Deputado, devo falar também daquilo que eu referi na última Assembleia Municipal, a Cidade Europeia do Desporto até 2030, essa velha ambição que vai fazer ou vai ter que fazer revolucionar tudo o que são os equipamentos desportivos do município, de todo o concelho, onde há prática, onde há formação desportiva, naturalmente. Isso é uma grande estratégia até 2030. E um desafio, não só para este Executivo, mas para os próximos dois Executivos. Esteja quem estiver aqui. E que grande

estratégia, ao nível desportivo, este Executivo começou a lançar. Já para não falar na Agenda 2040. Parece que ainda dá comichão aí a algumas pessoas, a volta que o Presidente da Câmara está a fazer com técnicos do município, a fazer o levantamento das necessidades, a ouvir as pessoas em todas as freguesias rurais e na nossa cidade. Parece que causa alguma comichão. Mas habituem-se porque nós vamos continuar, porque esse é efetivamente o nosso caminho. Mas devo falar também no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Olhe, fui mesmo eu que propus. E propus publicamente. Está gravado. Até acho que nas televisões está gravado. Quando, em setembro do ano passado, eu propus este Plano de Revitalização ao Governo da República e aos meus colegas e que todos, sem exceção, solidariamente disseram sim, vamos preparar esse plano de revitalização de toda a área do Parque Natural da Serra da Estrela e todas as zonas envolventes, porque, de facto, nós precisamos de boas alavancas ao nível da economia e não só, e ao nível ambiental também, para podermos potenciar os investimentos no futuro. -----

Falar sobre as questões da cultura, sobre as questões do turismo. Já aqui falámos hoje de manhã. Não me vou voltar a repetir sobre esse ponto de vista. Estamos, efetivamente, e estamos mesmo, senhor Deputado, no caminho certo ao nível dos números da atração de pessoas para os equipamentos culturais do nosso concelho. E sobre isso falaremos assim que nós entendermos que devemos falar sobre os números.

No que diz respeito à questão da mobilidade, que é uma desgraça. Bom, de repente, no último ano, tudo passou a ser uma desgraça, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Um ano e meio. Foi quando tomámos posse. De repente tudo estava bem e passou tudo a estar mal. Seja na mobilidade, seja noutras matérias que aqui foram referidas ao longo da última hora. De facto, lamento que a política do bota-abaixo continue a imperar nesta casa, simplesmente para atacar o Presidente da Câmara e o seu Executivo. Lamento mesmo. Porque quem nos está a ouvir lá fora, online, não era isso que esperava desta Assembleia Municipal. É exatamente aquilo que há pouco disse, ou da parte da manhã, o senhor Deputado do CHEGA. É uma estratégia de desenvolvimento para a Guarda, são propostas que as pessoas querem ouvir para o seu desenvolvimento, e não política rasteira, simplesmente para deitar abaixo este Executivo. Mas devo repetir, naturalmente, aquilo

que eu disse, na parte da manhã, sobre a estratégia para atração de pessoas e empresas. O tal programa que nós estamos a desenhar com a colaboração dos técnicos do município. A estratégia da economia. Tudo vai parar à economia. Tudo vai mesmo parar à economia. Seja turismo, seja cultura, seja educação. Vai mesmo tudo parar à economia, porque nós queremos é que haja gente. É ganhar dinheiro, para gastar dinheiro, para nós sobrevivermos e termos aqui mais condições de vida para todas as pessoas. Vai tudo parar à economia. Tal como vai parar à economia a estratégia da renovação, a estratégia da reabilitação. A estratégia, tão importante, e nós não nos cansamos de o fazer, andamos a fazê-lo há um ano e meio e vamos continuar a fazê-lo ao longo dos próximos dois anos e meio, que é a estratégia de afirmação da Guarda no contexto nacional e ibérico. Nunca ninguém nos irá ouvir falar mal da Guarda na comunicação social, como nós, de vez em quando, vamos ouvindo de alguns dos presentes que aqui estão. Façam o favor, falem sempre bem da Guarda. Podem falar mal de mim, não há problema nenhum. Mas falem sempre bem da Guarda. É isso que pedimos a todos. -----

A questão das virtudes, senhor deputado, que há pouco falou, essa captação de pessoas através das áreas para construção. É verdade. Isso é a lei do mercado. Quanto mais disponibilidade há, menor é o preço. É normal que assim seja. E por isso é que nós estamos a prosseguir e esperamos que seja concluído, tão breve quanto possível, o Plano de Urbanização do Cabroeiro e aquele que nós lançámos, vejam só, estava previsto há trinta anos. Há trinta anos que o Plano de Urbanização do Vale de São Francisco estava previsto. Toda aquela área que vai abaixo do TMG, balizado pela VICEG, pelo Bairro do Bonfim, por Alfazazes, pelo Torrão, pela Rainha Dona Amélia. Há trinta anos que estava previsto o Plano de Urbanização do Vale de São Francisco. E nós, pés ao caminho e lançámos esse processo. E vamos fazer mais uma contratação em breve. Mais uma consulta prévia. Aqui, acho que não dá o ajuste direto pelos valores. Senão, também o fazíamos, porque a lei permite que se faça. Vamos fazer uma consulta prévia para adjudicar os serviços para elaborar este plano. O Plano de Urbanização do Vale de São Francisco, tão importante para o desenvolvimento da nossa cidade a nascente e a sul. Para ir, precisamente, de encontro às necessidades da nossa população e que a

economia privada possa funcionar, sem ter que ter sempre a mão ou o pé da Câmara Municipal da Guarda. -----

Sobre o caminho da Guarda, bem-haja por recordar aqui o trabalho feito ao longo dos últimos dois meses. É apenas e tão só ao longo dos últimos dois meses. Nós, a certa altura... nós só somos três, como bem sabem. Só somos três. E acho que trabalhamos um bocadinho. Trabalhamos um bocadinho. Trabalhamos, pela Guarda, naturalmente. Foi a Guarda que nos elegeu. Mas não sei se nós devemos acalmar um pouco o ritmo ou não, porque, de facto, com este ritmo, nós arriscamos a que nosso programa eleitoral, ao fim de dois anos, esteja concluído. É claro que nunca estará tudo concluído. Façam o favor, não me interrompam. É claro que nunca estará tudo concluído porque um autarca que se preze, eu, os meus antecessores e os que irão seguir-se a mim, certamente que nunca estarão satisfeitos com o trabalho que fazem no dia a dia. Cada um fará sempre aquilo que pode, o que consegue e aquilo que lhe deixam. É verdade. E, portanto, é esse caminho, senhora Deputada, bem-haja por aqui nos recordar, que nós vamos continuar a fazer, efetivamente, para afirmar a estratégia de desenvolvimento da nossa cidade e do nosso concelho. -----

Falar sobre o verão de 2023. Senhor Deputado, obrigado por recordar aqui os números. Os números não mentem. A matemática, aliás, é ciência exata. É das poucas ciências exatas. É isso que aprendemos na escola. Esse cerca de um milhão e meio de euros que nós atribuímos e, vejam só, grande parte deles, subsídios extraordinários. Já viram? Uma boa parte deste um milhão e meio de euros, é por subsídios extraordinários. Mas há algum problema? Não. É para ir de encontro às necessidades da população e àquilo que as Juntas de Freguesia ambicionam e às Corporações de Bombeiros e às Equipas de Intervenção Permanente e aos Sapadores Florestais. É simplesmente lutar pelo aumento da resiliência dos nossos territórios. Se nós poderíamos fazer tanta coisa com um milhão e meio de euros? Claro. Claro que faríamos. Mas é importante... e aprendendo com aquilo que aconteceu o ano passado, mas só que estive no terreno, como os senhores Presidentes de Junta de Freguesia e mais alguns presentes, aqui, nesta sala, é que consegue dar valor a estes valores que foram atribuídos, que foram justamente atribuídos a todas estas entidades. -----

Senhora Deputada, falou há pouco aí sobre o escalão E1. Depois vou-lhe pedir para me fazer chegar em concreto essa questão, para que nós possamos fazer a sua análise. Agradecia porque, de facto, merece uma análise, tendo em conta as evoluções que existiram, e nós teremos que nos debruçar e perceber o porquê dessa estatística estar registada da forma que está. -----

Sobre aquilo que há pouco foi referido, de uma sentença judicial de uma funcionária desta casa. Sobre isto, eu devo, tão só e simplesmente, recordar aquilo que eu já disse nesta casa e voltar a referi-lo. A decisão do Tribunal não transitou em julgado. Estou a falar por aquilo que, quem sabe, me transmitiu. E que vai ser pedida ou já foi pedida a nulidade do acórdão. Estou a citar aquilo que me transmitiram. Mas, agora, estas palavras que vou dizer a seguir são minhas. E tendo em conta aquilo que eu acabei de referir, tudo o que se possa dizer sobre este, sobre outros processos, sejam eles quais forem, na Câmara da Guarda ou fora da Guarda, é uma ofensa, é uma violação grave à presunção da inocência de qualquer cidadão. Não comento. Nunca comentei, não comento e nunca ninguém me verá comentar, por agora, por agora, decisões dos Tribunais, muito menos de processos que ainda não transitaram em julgado. Não usem, por isso, qualquer processo como arma de arremesso político contra o Presidente da Câmara da Guarda, porque dá jeito falar mal, que é para o atacar, que é para a população olhar para ele com outros olhos. E quantos outros adjetivos eu poderia aqui utilizar. É isso que está a ser feito. Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Presidentes de Junta de Freguesia. Não me ouvirão comentar qualquer processo, antigo, atual ou futuro, nem processo judicial, seja de quem for, nem qualquer nomeação, seja de quem for. Essa é a minha postura. Infelizmente, nem todos têm a mesma postura. --

Sobre a questão aqui falada, senhora Deputada, da gestão autárquica. Bom, já nos habituou ao discurso da desgraça habitual. É o bota-abaixo. É a profecia da desgraça. Está tudo mal. No último ano e meio, vou voltar a repetir aquilo que disse há pouco, no último ano e meio, tudo aconteceu mal. Tudo caiu no abismo. É bom perceber o que é que a população da Guarda decidiu nas urnas de voto. Vejam os números. Eu só aconselho a que vejam os números. Mas, agora, simplesmente, estão a tentar deitar abaixo o Presidente da Câmara. Porque há um ano e meio atrás isto era mais ou menos... não sei se está aqui alguma Alice? Não. Mas há duas funcionárias na casa que se chamam

Alice, por respeito delas, isto era mais ou menos a Alice no País das Maravilhas, há um ano e meio atrás. De repente, agora, tudo caiu. Tudo caiu por terra. Era mais ou menos isso. Então e a Guarda começou a perder gente há um ano? Há um ano e meio? Há quantos anos é que a Guarda está a perder gente? Já hoje, de manhã, aqui alguém falou. Vejam as estatísticas. Há vinte anos, desde 2011 ou um bocado antes, que a Guarda está a perder gente. Infelizmente. Seja a Guarda, o concelho da Guarda, seja o distrito. É bom percebermos o porquê. O senhor Deputado José Valbom já falou, mais do que uma vez, sobre a questão da demografia. É bom percebermos o porquê disso e encararmos isto de frente. E não é, simplesmente: ah, é por causa deste Presidente da Câmara que as pessoas se vão embora. Infelizmente, é este o discurso a que nós vamos assistindo. Mas não é isto que as pessoas pensam lá fora. Não é este o caminho. O caminho é de encontrar e de propor soluções para ir de encontro à fixação de pessoas. O tal programa de atração de pessoas e empresas. Mas eu vou voltar a referir. A Guarda não é atrativa, vejam só. Então, a Air Liquide que se fixou na Guarda. Já aqui falámos várias vezes. Até inaugurámos as instalações do espaço tecnológico do centro histórico. A Air Liquide que concentrou aqui toda a sua atividade da contabilidade, a sua atividade financeira para toda a Europa, África, Índia e Médio Oriente. É porque a Guarda não é atrativa! Por isso é que eles vieram para cá, com quadros altamente qualificados, nacionais e estrangeiros, porque dentro da empresa só se fala uma linguagem, que é o inglês, o que é normal. Mas podemos falar na NTT Data também, outra empresa que aqui se fixou. A TRH, que aqui se fixou. A Noesis que aqui se fixou também, no Politécnico da Guarda. A Merkle também se fixou há uns anos atrás e continua a aumentar os seus recursos humanos. É porque a Guarda não é atrativa. Já para não falar na J3LP que continua a recrutar pessoas, aqui mais indiferenciadas. Ou seja, é mais a mão de obra indiferenciada do que a mão de obra qualificada. É porque a Guarda não é atrativa. E a nova unidade da COFICAB, muito importante para a sustentabilidade, não só da COFICAB na Guarda, mas de todo o grupo empresarial. E é na Guarda que vão fazer essa nova unidade empresarial para fabricarem um novo produto. É porque a Guarda não é atrativa. Já para não falar na nova unidade da RemarKable, uma empresa parceira da ACI, que inaugurou instalações no passado dia 27 de Novembro e que está a investir para aumentar o seu negócio, para aumentar o número de recursos humanos. Tudo isto é porque a Guarda não é atrativa. -----

Quando se fala em cognomes de pessoas, só peço uma coisa, é que haja minimamente o respeito pelas pessoas quando são apelidadas do que quer que seja. -----

Sobre os apoios, que há pouco aqui eram falados, extraordinários, senhora Deputada Bárbara. Ora mais extraordinários, hora mais ordinários, conforme eu referi, vão continuar a existir. E, por isso, se estiver atenta às atas da reunião, está lá escrito aquilo que eu referi, a quantidade de regulamentos que nós estamos a rever. Não porque nos apeteça. É porque é mais do que justo fazermos a revisão de muitos regulamentos. Olhe, e depois desta reunião de hoje, ainda vamos rever mais regulamentos porque há essa necessidade. Seja porque... aliás, alguns não existem, seja porque outros já tiveram o seu tempo de atuação durante vários anos e está na altura de fazer a sua revisão. Mas apoios extraordinários vão sempre existir. A começar pelos das IPSS que já hoje, de manhã, aqui falámos. E não é para coisas que já existiam. Não. É mesmo para coisas novas. Falem com as com as IPSS, com as cerca de vinte Instituições Particulares de Solidariedade Social que nós apoiámos para poderem ambicionar fazer os seus investimentos. Basta falar com cada uma delas e vão perceber a necessidade e a importância de termos dado esses apoios extraordinários (esses eram impossíveis de serem colocados em qualquer regulamento) para que essas instituições possam fazer as suas candidaturas e almejar fazer as obras tão importantes para as suas freguesias. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, espero ter sido clarificador, sempre a lutar pela Guarda. Pela Guarda, sempre em frente. Pela afirmação da Guarda no contexto nacional e ibérico, conforme eu dizia há pouco. E acabarmos, de uma vez por todas, com uma política do bota-abaxismo, simplesmente com o foco na campanha eleitoral. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente da Câmara, em momento algum eu disse que o senhor era o responsável pelo estado da mobilidade...”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Tenho que lhe dar a palavra, depois.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Sim, pode dar. Claro, mas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu peço-lhe desculpa, mas, regimentalmente, ... espere... ouça... espere... Eu estava a tentar... Esse é o seu entendimento que,

obviamente, tenho que respeitar. O que eu ia perguntar aos meus colegas de Mesa era se entendiam ou não que o senhor Deputado podia falar, porque, por regra, regimentalmente, o último a falar é o senhor Presidente da Câmara...” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Posso dar uma ajuda, senhor Presidente? Senhor Presidente, posso dar uma ajuda?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas ouça, regimentalmente, a última pessoa, é o Presidente da Câmara, a falar.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, isso é outra questão. Está previsto no artigo 39º, conjugando 39º com o 46º, está previsto que possa, qualquer um dos Deputados, usar desse instituto. Porquê? Porque, e agora imagine, até ponho aqui uma analogia, imagine que o senhor Presidente da Câmara me faltava à honra...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Isso é outra questão...” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Não, não, não, não. Estão no mesmo âmbito. Veja o artigo 39º, por favor. Pedir um esclarecimento não diz por ser o último a falar. É último a falar naturalmente, institucionalmente, pela ordem, é o Presidente da Câmara. Agora, não implica, senhor Presidente, é o meu entendimento e eu já estive noutras assembleias, e, portanto, acho que é assim. Mas, com todo respeito, se achar que não é, eu também não falo. Mas eu acho que é, porque se conjugarmos o artigo 39º com o 46º, vai ver que é. Tranquilamente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, o artigo 39º diz: compete fazer requerimentos. Mas é no seu tempo devido...” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Não é requerimentos. Não, não.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então o que é que me diz?” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Tem aí uma série de coisas. Tem aí, também, pedido de informação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É que eu não estou a ver qual é que está a invocar...” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ó senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É dentro do tempo que, obviamente, cabe...”

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Veja o artigo 46º, por favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “46º? Eu percebo a interpretação que quer fazer. Pronto. Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ok. Obrigado. Eu não disse em tempo algum, senhor Presidente da Câmara, com todo o respeito, que o senhor era o responsável pelo estado da mobilidade na Guarda. De maneira nenhuma. Posso-lhe dizer que isso já está há muitos anos assim. Agora, eu estou aqui agora. Não estava cá antes. E estou a falar para o Presidente da Câmara de agora. Não lhe imputando responsabilidades, mas pedindo-lhe que faça alguma coisa pelas vias centrais da cidade, para que a cidade seja ainda mais atrativa. Certo? É isso que eu estou a dizer, senhor Presidente da Câmara. E, portanto, não me chame de populista, não se vitimize porque não vale a pena. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Na sua interpretação da conjugação destes dois artigos, o senhor Presidente da Câmara tem direito agora a responder ao seu pedido de esclarecimento. Faça favor, se desejar usar da palavra, senhor Presidente. Não? Muito obrigado. Passamos, então, ao ponto 2.2 da ordem do dia.” -----

Ponto 2.2 - Discussão e votação da Prestação de Contas do Ano de 2022 do Município da Guarda. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Presidente da Câmara, quer apresentar ou, depois, fala no fim? No fim? Muito obrigado.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos e a todas. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Dr. José Relva, cumprimento todas as senhoras e os senhores Deputados, cumprimento o excelentíssimo senhor Presidente da Câmara,

cumprimento as senhoras e os senhores Vereadores, bem como todas as pessoas que nos seguem por meio audiovisuais. Fui mandatado pelo nosso Movimento Pela Guarda para, em sua representação, efetuar esta breve e sintética declaração relativa à prestação de contas do município da Guarda do ano 2022, que vai, daqui a instantes, ser submetida à aprovação desta Assembleia Municipal. O nosso propósito é o de sempre. Sensibilizar todo o município, em particular o excelentíssimo Executivo Municipal, para absoluta e total importância, desiderato cimeiro: um município com bom desempenho em equilíbrio, ou seja, um município com boas contas. Pois reiterando o que é sobejamente do conhecimento de todos, para qualquer agente económico, público ou privado, como seja o estado, banca, fornecedores, clientes, munícipes, é fundamental que todos eles percecionem que o nosso município regista um bom desempenho económico-financeiro, que cumpre com as suas responsabilidades e que possui suficientes e adequados recursos e tesouraria, para que os seus pagamentos sejam a reduzidos prazos e/ou quase imediatos. Desta forma, com contas credíveis, auditadas e certificadas, melhoram os nossos níveis de rating e aumentam a nossa capacidade negocial, o que significa menos encargos. Assim sendo, de acordo com a prestação de contas do município da Guarda do ano de 2022 e sua certificação legal de contas, vamos procurar relevar alguns bons indicadores obtidos e procurar sensibilizar o Executivo para os que ainda não são tão favoráveis, mas, sobretudo, diagnosticar tendências, sejam elas favoráveis ou desfavoráveis. Constatação: a situação económica do município é ainda ligeiramente desfavorável. Friso ligeiramente e não taxativamente já favorável, já que os mais importantes indicadores económicos não são ainda todos positivos. Mas, de facto, a evolução foi francamente positiva. Vejamos. De 2021 para 22, os rendimentos do município crescem 6 milhões, 790 mil euros. A receita líquida cobrada foi de 57 milhões, 498 mil euros, o que representa uma taxa de execução de 89% e a despesa total líquida paga foi de 45 milhões, 674 mil euros, o que representou uma taxa de execução de 70%. Estes indicadores são um bocadinho melhores do que os anteriores. Ainda que de pequena monta, o resultado operacional de 2022 foi positivo em 3 mil euros, que contrasta com 1 milhão e 19 mil euros negativos em 2021. O valor dos Ebitdas é positivo nos últimos dois exercícios e cresce, em 2022, para 7 milhões, 636 mil euros versus 6 milhões, 676, em 2021. Também os valores dos Cash Flows crescem no biénio e no último triénio. O Cash Flow de 2022: 7 milhões, 503; Cash Flow em 2021:

6 milhões, 513. O valor do resultado líquido de 2022 foi ainda negativo, mas, ao contrário do agravamento verificado no biénio 20/21, que passou de um resultado negativo de 362 mil euros, para um resultado negativo de 1 milhão, 182, a evolução foi francamente positiva em 1 milhão e 312 mil euros. Ou seja, passou de um valor negativo de 1 milhão, 182, para 130 mil euros negativo. Senhoras e Senhores, importa relevar o seguinte. Mercê da transferência de competências do Estado central para as Autarquias e da galopante inflação verificada, o impacto com custos de energia, combustíveis e alimentação foi superior em 1,5 milhões, tendo os mesmos passado de 2,6 milhões, em 2021, para 4,1 milhões, em 2022. Ainda assim, atente-se aos indicadores positivos acima referidos. A dívida total do município é agora 0,35 vezes o valor médio da receita corrente líquida cobrada de 2019 a 2021. E muito inferior ao limite do endividamento máximo permitido de 39 milhões, 838 mil euros. Era, só para recordar, 0,46 vezes em 2021 e 0,48 vezes em 2020. O Município da Guarda continua a reduzir o seu endividamento bancário, tendo registado, em 2022, uma redução de 1 milhão, 860 mil euros. Ou seja, um decréscimo de 17,52% para um total de 8,8 milhões. Já agora, no último ano, de 20 para 21, a redução havia sido de 2 milhões e a dívida era 10,6 milhões. Mas mesmo mais importante, no que respeita à evolução e tendências, é o que respeita à dívida total exigível ao município, que passou de 16 milhões e 350 mil, em 2021, para 12 milhões e 40 mil euros no final de 2022. Reitero o que já havia dito numa outra sessão. Não haverá problema de maior se a dívida for boa, que seja contraída para fazer face a bons projetos para a cidade e concelho. Ativo e património líquido do município crescem em 2022. O ativo é agora superior a 237 milhões, que compara com 207 milhões, em 2021. O património líquido é agora de 181,8 milhões e era, no final de 2021, de 158 milhões, incluindo o referido resultado líquido negativo de 130 mil euros. Ou seja, se se tratasse de uma empresa, teríamos uma autonomia financeira, em 2022, superior a 76,5%. Ainda que muito ligeiramente, o saldo de clientes, em sentido lato, cresce no último exercício em 53,2 mil euros. Diria, muito normal, com o acréscimo de atividade verificado. Mas, em sentido inverso, e muito mais importante, foi a evolução positiva da dívida de clientes de água, águas residuais, resíduos sólidos urbanos, que diminuiu de 958,9 mil euros, para 777,5 mil euros..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem pouco mais do que um minuto. Peço-lhe...” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Sim, vou já terminar. Senhor Presidente, este é o caminho que deve seguir, pois será bom para todos os munícipes, nomeadamente os que cumprem e pagam as suas despesas com a água. As disponibilidades são agora de 12,1 milhões, montante que contrasta com os 8,2 milhões, em 2021, e com os 8,8 milhões, em 2020. Senhor Presidente da Assembleia, senhoras e senhores Deputados Municipais, aquela é uma importante disponibilidade, diria uma importante ferramenta de trabalho ou mesmo uma importante almofada para o município. Mas importa, aqui e agora, lembrar a todos, o que o senhor Presidente bem sabe. Daquele valor, o mínimo de 7,9 milhões, podem, eventualmente e potencialmente, vir a ter que ser consignados para fazer face a processo que decorre com as Águas de Vale do Tejo, o Grupo Águas de Portugal, se o desfecho vier a ser desfavorável, que obviamente não desejamos. A então evolução negativa da rubrica de fornecedores é agora positiva. O saldo, no final de 2022, foi de 1 milhão, 728 versus 2 milhões e 65, em 21. E o prazo médio de pagamento, que era, em 21, de quarenta e dois dias, é agora de dezassete dias. Excelentíssimo Senhor Presidente, por favor, a sua especial atenção a toda e qualquer reserva constante da certificação legal de contas, bem como a outras notas e observações que, eventualmente, carecem de ser corrigidas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, esgotou o seu tempo.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Só mais um minuto. Sim, só para terminar. Senhor Presidente, confrontando-nos com recursos limitados, gerir é também a arte da escolha, mas tendo sempre como objetivo maior a satisfação coletiva e a melhoria das condições de vida de todas as pessoas. Por outro lado, para que sejamos bem-sucedidos, é fundamental a boa gestão de recursos humanos e para tal importa que se promovam sempre as melhores condições de trabalho a todos os colaboradores do município. Melhores condições é igual a responsabilidade. Estou mesmo a terminar, senhor Presidente. Os nossos concidadãos e o nosso Movimento Pela Guarda pugna para que o senhor Presidente e este Executivo promovam, como sempre tem feito, concursos claros, transparentes, assegurando, no limite das possibilidades, que todas as adjudicações estejam devidamente cabimentadas e comprometidas. Os nossos

concidadãos e o nosso Movimento Pela Guarda pugna para que o senhor Presidente adote e opte sempre, como tem feito, pelas melhores práticas de gestão. Os nossos concidadãos e Movimento Pela Guarda pugna para que o senhor Presidente e o seu Executivo continuem a imprimir toda a energia e vontade que tem demonstrado, para que as condições de vida das nossas pessoas da cidade e concelho sejam as melhores. Por último, faço votos para que todos sejamos felizes e que cada um de nós procure sempre dar felicidade a pelo menos mais uma pessoa e assim sucessivamente. Pela Guarda, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja entrevir? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, boa tarde, senhor Presidente. Obrigado por me conceder a palavra. Efetivamente, quando nós recebemos boas contas, conseguimos apresentar contas jeitosas. Eu vou fazer uma pergunta retórica e o senhor Presidente da Câmara seguramente concordará comigo que preferiu receber as contas do último mandato do que aquelas que recebeu em 2013 quando foi eleito pelo PSD, como vereador. Portanto, não tem nada a ver uma coisa com a outra. E, portanto, é natural que, quando as contas que herdámos são contas robustas, sólidas, nós possamos também ter um bom desempenho nessa matéria. E, efetivamente, se olharmos para as contas, de uma forma superficial, elas não são más. Em termos do prazo médio de pagamentos, anda à volta dos dezassete dias, o que é bom. Existe uma capacidade de endividamento substancial. Portanto, as contas, de uma forma genérica, não estão más. No entanto, é natural que esses resultados apresentados sejam aparentemente bons, até porque, uma vez que à semelhança daquilo que o Governo socialista fez e faz, há aqui umas certas cativações encapotadas pelo facto de haver despesa prevista e não realizada. Claro está que, se a receita teve um bom nível e da parte da despesa não existiu a correspondente execução, isso gera uma espécie de superavit, o que explica os resultados menos negativos. Daí que, em termos orçamentais, exista um desvio de mais de 19 milhões de euros entre aquilo que foi orçamentado, cerca de 64.8 milhões de euros, e aquilo que foi executado, cerca de 45.6. Então, para que é que se apresenta um orçamento tão pomposo, de quase 65 milhões

de euros, se, na prática, executaram pouco mais de 45 milhões? Sugere-se mais parcimónia para o futuro. E olhando aqui para as taxas de execução, que foi algo que eu nunca me cansei de bater, eu, já quando era, antigamente, no governo Socialista, eu era ferreamente contra as taxas de execução baixas. E, pelos vistos, este Executivo, à exceção da receita, (que não é difícil, nós, na receita, termos uma taxa de execução elevada) na despesa, aí é que já é mais difícil. E se olharmos para as taxas de execução, nós vemos que, por exemplo, nas despesas correntes, portanto, aquelas despesas que não têm qualquer efeito prático do ponto de vista do investimento, foram de 77.9. Mas, se olharmos para as despesas de capital, aquelas que realmente geram valor e que contribuem para o sustento futuro, foram apenas de 50.1. Ou seja, metade daquilo que foi previsto. Mas há aqui uma nuance muito grande que nunca aconteceu nos outros anos. É que o 2022 foi caracterizado por uma taxa de inflação média de 7.8, segundo dados do INE. Ou seja, todas estas taxas de execução estão inflacionadas nesse valor. Então, vamos corrigi-las para aquilo que são as taxas de execução, se tirarmos o efeito da inflação. Então, a taxa de execução das receitas de capital, que é de 60.8, passa para 53. A taxa de execução das despesas correntes, que era de 77.9, passa para 70.1. E a taxa de execução das despesas de capital, mais uma vez sublinho, aquelas que geram valor, passam de 50.1 para 42.3. O que faz com que, se olharmos para a taxa de execução da despesa no seu global, descontando o efeito da inflação, fica em 62.6. É esta a taxa de execução do Executivo liderado pelo PG. Muito bem, sim Senhor. Depois, também quero dar conta que, efetivamente, ao nível das receitas provenientes dos fundos comunitários, assistimos a um bom incremento desse meio de financiamento. Mas lembremo-nos, contudo, que essas verbas decorrem das candidaturas realizadas por Executivos anteriores, designadamente os do PSD, que tiveram a arte e o engenho de realizar candidaturas vencedoras. O atual Executivo recolhe os louros do trabalho anterior e é meu desejo que supere estes números no futuro, com as candidaturas que saírem do seu cunho, senhor Presidente. É isto, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Rui Ribeiro.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Ora, então, relativamente às contas que nos foram dadas a apreciar, e numa primeira apreciação logo à nota introdutória, nota positiva para a

redução do prazo médio de pagamentos, que é uma métrica que credibiliza a gestão de tesouraria do município e dá confiança aos fornecedores. E este é um sinal importante que se dá para fora. Nota positiva também para as medidas de contenção dos aumentos da tarifa de resíduos sólidos urbanos que, embora seja uma medida benéfica por preservar a capacidade financeira dos munícipes, entendemos que deveria ser acompanhada por uma campanha de informação que desse a conhecer o facto de a tarifa ter aumentado, devido, em parte, ao fraco desempenho do município na separação de resíduos, para a qual o Executivo deve ponderar medidas de estímulo. Sublinhamos também a capacidade de captação de cofinanciamento comunitário, que advém de o município ter alinhado alguns dos investimentos com as prioridades nacionais definidas nos programas de apoio a que se candidatou. No que concerne a opções políticas que as contas evidenciam, verificámos uma taxa de execução das receitas 26% superior à taxa de execução das despesas, dando a ideia de que o Executivo se concentrou mais em recolher meios financeiros do que em colocá-los ao serviço dos guardenses. E se, por um lado, temos uma taxa de execução da receita ao nível mais elevado dos últimos três anos, temos uma taxa de execução das grandes opções do plano ao nível mais baixo do mesmo período em análise. Ao nível da arrecadação de receita, e mais concretamente no que se refere a receitas fiscais, o Executivo deve ter a plena consciência do arrefecimento do setor imobiliário que se traduz na baixa do valor arrecadado relativo a IMI e a IMT, mostrando a fraca capacidade de atração de pessoas do concelho. Felizmente, o valor arrecadado com a com a Derrama aumentou, dando nota do bom desempenho dos empresários do concelho da Guarda. No lado da despesa, existem algumas rubricas cujo baixo nível de execução mereceria uma explicação do Executivo, de que são exemplo a aquisição de bens e serviços e a aquisição de bens de capital com taxas de 38,4 e 14%, respetivamente. Relativamente à evolução das grandes opções do plano por função, assistimos, ao longo dos últimos três exercícios, a um aumento do peso das funções gerais, o que parece indiciar-nos que os custos com a manutenção da estrutura do município são cada vez mais preponderantes, o que poderá vir a colocar dificuldades no futuro se esta evolução não for contida. O resultado líquido apurado, apesar de negativo, tem um valor significativamente mais elevado do que os anos anteriores, embora, como vimos, à custa das baixas taxas de execução das grandes opções do plano e do investimento no futuro dos guardenses. Relativamente ao

endividamento, tal como nos anos anteriores, o município e o Executivo continuam sem informar que parte da dívida às Águas de Portugal é reconhecida e qual valor em disputa. E, no que se refere à liquidez apresentada, deveria ser avaliada uma nova política de investimento de recursos financeiros não utilizados, numa ótica de maximização da utilidade e rentabilidade dos recursos à disposição do município. Lamentamos que algumas grandes opções do plano, como seja o orçamento participativo, o projeto CINE, centro de investigação nacional de envelhecimento, o plano municipal para a igualdade, intervenção no canil municipal, centro empresarial de startups ou incentivos ao investimento, para citar alguns dos que nos são mais caros, não tenham tido, no exercício em análise, qualquer investimento. Em suma, se as opções gestonárias do Executivo nos merecem algumas críticas, as opções políticas de execução ou não execução dos investimentos e ações que citei, merecem muitas mais. Acrescentaria, ainda, que não há, por parte do Executivo, uma palavra acerca dos recentes desenvolvimentos do diferendo entre o Município e a empresa Águas de Portugal. Tema com impacto forte nas contas do Município. Nota também para o facto de nas aquisições de serviços, que são as aquisições mais sensíveis, haver grande predominância de ajustes diretos, setenta e nove, contra vinte e quatro aquisições por concurso. Numa ótica de melhorar os índices de transparência de atuação do Executivo, este desequilíbrio, esta relação deveria ser invertida. Face ao exposto e à nossa apreciação política global das opções tomadas pelo Executivo, e tendo em conta o nosso compromisso com os eleitores, consubstanciado no programa com que nos apresentámos, iremos abster-nos na votação das contas de 2022.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Bom, antes que faça aqui alguma interpretação abusiva do que está escrito, eu pedi um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara sobre esta situação que vem aí na prestação de contas. No documento, diz o senhor Presidente que o Município da Guarda iniciou, no seu primeiro ano de mandato, um trabalho exigente de árduo, um ano de mudança, e enfatizou. Fala três ou quatro vezes em exigências, gestão exigente e ponderada no sentido das boas contas públicas, gestão responsáveis e que resultou numa situação de equilíbrio

financeiro invejável, sem quaisquer problemas de liquidez a curto prazo. Portanto, isto é dito. Ou seja, eu não quero fazer interpretação abusiva, mas deixa transparecer que o senhor Presidente encontrou a Câmara com problemas financeiros e resolveu-os num ano. Quando diz, por exemplo, que neste momento o Município não tem problemas de liquidez no curto prazo, significa que nos anos anteriores tinha? É uma questão. Ou seja, ou quer com isto dizer que o Executivo de Álvaro Amaro, ao qual pertencia, descurou a questão financeira da Câmara? É outra questão. Ou seja, praticou uma gestão menos rigorosa e responsável. Portanto, são três questões numa. Depois, o senhor Presidente também fala relativamente à descentralização, fala aí no pioneirismo. Diz que fomos pioneiros a nível nacional, transferindo mais de 1 milhão de euros nesta descentralização de competências, etc., etc., e por aí fora. Ora, bem. Quanto ao pioneirismo, lembrar que houve vários Municípios que aderiram ao apelo da então Secretária de Estado, Alexandra Leitão, após a publicação dos diplomas setoriais, ainda em 2019. Depois tivemos o Covid e, depois, em 2020, retomaram. Portanto, antes das eleições de 2021. Relativamente à não satisfação com as verbas do Governo, eu não sei se a Câmara fez o trabalho de casa ou não fez. Sei que algumas Câmaras, como se impunha, criaram uma unidade de trabalho para este efeito, fazendo uma boa avaliação das despesas anuais com a manutenção de imóveis, os arranjos exteriores, etc., etc. dos equipamentos. Aliás, em anexo ao Decreto-Lei 21 de 2019, vinha uma tabela que deveria ser preenchida depois de feita uma rigorosa avaliação dos estabelecimentos de ensino. Mas a Câmara ainda tinha a possibilidade de reclamar, se se sentia prejudicada, das verbas e outras situações, junto da Comissão de Acompanhamento da Descentralização que avalia os recursos a afetar a cada área de intervenção. Ou seja, não sei se a Câmara fez ou não este trabalho. Se o fez, não tinha de ser prejudicada. Mas, se não o fez, então a insuficiência de verba será da sua inteira e exclusiva responsabilidade. Obrigado.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, para nós, a taxa de execução de capital, assim como as Grandes Opções do Orçamento, são péssimas, ao contrário da execução orçamental da receita, investimento que foi calculado, portanto, para suprimir as necessidades dos guardenses e que não foi gasto. De nada vale dedicar-se a somar

receitas se não as aplica ao serviço de quem as elegeu. A Guarda já leu e ouviu tantas vezes a justificação de falta de dinheiro para executar as suas promessas e as propostas das restantes bancadas. No entanto, os números que apresenta são de uma péssima aplicação do dinheiro das guardenses às suas necessidades. Precisamos de imensas coisas, melhorias dos passeios, dos parques de jardins, adaptação do espaço à circulação para utilização de todos. Precisamos que se responsabilize pelos inquilinos do município, que se veem vedados dos seus direitos ainda. Precisamos que administre sempre ao serviço da transparência, da democracia, da facilidade ao acesso à informação. Aproximando-se o verão, e apesar do discurso que tem vindo a utilizar, a aquisição de bens para proteção civil e luta contra incêndios é escandalosamente baixa, acompanhando a taxa global de execução de toda esta categoria. O senhor Presidente não é gerente ou diretor executivo de uma empresa, é Presidente da Câmara, é político. E tantas vezes, nesta Assembleia Municipal, ouvimos membros desta sala negarem-se à posição que aceitaram ocupar. E que fizeram campanha para ocupar, também, não é? Deixe-me lembrar a todas e a todos nós que a política é a organização harmoniosa da cidade, o bem comum, novamente. Todas e todos nós fizemos campanha para ocupar este espaço. Devemos respeitá-lo e não negar a posição que quisemos tomar. A política deve servir as pessoas e não os cofres do Município. Já referimos os ajustes diretos e também já disse que não se importa com essa questão. Voltamos a referir, desde 26 de setembro de 2021, Tomada de Posse, foram efetuados cento e sessenta e cinco ajustes diretos e cento e vinte e um concursos públicos. Referindo-me apenas às contas de 2022, que é o que estamos a debater, falamos de cento e dois ajustes diretos, setenta e dois concursos e oitenta e três consultas prévias. Eu recorri ao portal Base.gov para retirar estes valores, porque fiquei admirada do que vi nos documentos que nos enviou. Já sei que, para o senhor Presidente, isto não é problema. Eu volto a referir, não há transparência. É essa a diferença entre ajustes diretos, entre apoios extraordinários, é a falta de critérios. Portanto, pedimos que eles sejam utilizados.” -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Muito obrigado, senhora Deputada. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir. Penso que não. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara se entender usar dela.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimentos renovados a todas e a todos. Senhor Deputado José Oliveira, retratou aqui bem, de uma forma simples, sintética, pragmática, as virtudes já aqui hoje faladas por outras matérias, mas agora as virtudes das contas do município. Estamos muito satisfeitos, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, estamos mesmo satisfeitos. Muito satisfeitos com este relatório de contas que hoje vos propomos aprovar. Porque significa um trabalho árduo de todo Executivo, naturalmente com o pelouro da senhora Vereadora, mas também dos funcionários desta casa, para zelar pelas boas contas da Câmara Municipal da Guarda. E, naturalmente, nós tínhamos que estar muito satisfeitos. O resultado líquido do exercício, conforme bem referiu, liquidez imediata e a geral. Eu nem vou falar as percentagens, porque, de facto, a melhoria delas é abismal. Poupo-vos a isso, até porque está tudo vertido no relatório. Estamos mesmo satisfeitos com as taxas de execução. Está perfeitamente em linha com aquilo que foi ao longo dos últimos dez anos. Para trás dos dez anos, se calhar vamos ter que verificar as taxas de execução de 30% que existiam à época. É bom recordar. Ainda estão aqui algumas pessoas desse tempo. Ainda estão aqui algumas pessoas desse tempo. E, portanto, está perfeitamente em linha com aquilo que tem acontecido nos últimos dez anos, em linha com aquilo que acontece em toda a região e que acontece em todo o país. Aliás, estamos mesmo muito acima de muitas Câmaras do país. Recordando, também, que estamos num ano de transição de quadros comunitários de apoio, estamos num ano de fazer projetos, coisa que não tínhamos e por isso é um ano de muito planeamento. Sobre as transferências e os subsídios concedidos às associações, juntas de freguesia, às instituições sem fins lucrativos, estamos simplesmente a cumprir o nosso programa eleitoral, sufragado por todos os guardenses. Também, um dia destes, não de falar mal deste Executivo a dizer que andamos a cumprir o programa eleitoral demais. Um dia destes, também havemos de assistir aqui a essa dialética. Já para não falar nos compromissos assumidos. O aumento dos compromissos quer dizer que há um planeamento para o futuro. É tão só e simplesmente isso que quer dizer. O aumento da receita própria cobrada líquida, a capacidade de cobrança da receita devida. A dívida de clientes de abastecimento de água, há pouco referido, a sua redução. Se as pessoas consomem, naturalmente têm que pagar as suas contas, porque depois existem as tais outras tarifas sociais para quem

tem algumas dificuldades. Mas o passivo, também devemos falar sobre o passivo onde as contas a pagar aumentaram. 150 mil euros. Sabem porquê? Ninguém falou nisso, mas eu falo. Subsídios de férias e subsídios de natal. É uma coisa que nós não podemos deixar de fazer. É da lei e tem que se cumprir. As tais atualizações que têm que ser feitas e têm que ser pagas a toda a gente. A transferência do subsídio, já referi. A redução da dívida a fornecedores. A melhoria do prazo médio de pagamentos a fornecedores, como aqui bem disse, estava nos quarenta e dois e passámos para dezassete. Mas podíamos ir até noventa ou oitenta e nove, continuávamos bem no indicador. Mas, de facto, tal como eu disse na reunião de Câmara, ainda bem que algumas pessoas o ouviram, é um grande sinal para o mercado, para as empresas, porque a Câmara da Guarda paga a tempo e horas aquilo que consome, aquilo que gasta, aquilo que vai contratando aos fornecedores. O aumento dos fundos disponíveis, naturalmente. Se nós não tivermos fundos disponíveis, não podemos fazer nada. A Câmara para. Se calhar, era melhor irmos há dez anos atrás e vermos como é que estávamos em termos de fundos disponíveis. Ainda bem que a situação é bem diferente. Aliás, a lei dos compromissos, feita ou mandada fazer pelo Ministro Gaspar, se bem se recordam, no tempo da Troika, proibiu terminantemente que esta lei seja ultrapassada. De facto, uma lei tão simples que foi feita à época. Às vezes é castradora para o desenvolvimento, mas, para cumprirmos a lei, é obrigatório e nós, naturalmente, temos que o fazer. Sobre a questão do montante existente nas contas bancárias, já foi bem referido também. Sobre a capacidade de endividamento também. Aumentou em 5% a nossa capacidade de endividamento. Bom, e uma coisa que nos preocupa que é, efetivamente, o aumento da despesa corrente, que aumentou em 1 milhão e meio de euros só por via da energia, combustível e alimentação. É um facto. Mas é um facto dizer também o motivo pelo qual aumentou esta despesa corrente. A inflação. Já lá vamos falar aqui sobre as outras questões da inflação que aqui foram faladas. A inflação só dá para um lado, não dá para o outro. O aumento destas despesas correntes, por via da transferência de competências e por via da inflação, é colossal. Se bem se recordam, eu referi aqui nesta mesma sala, na aprovação do orçamento para este ano, que nós tínhamos uma previsão de 3 milhões de euros só para 2023. É bom recordar. E esperemos que fique apenas pelos 3 milhões. Não é verdade, senhora Vereadora? Só com os sustos que já tivemos da energia elétrica nas últimas semanas. É bom que nos preparemos para aquilo que vai continuar a

acontecer, infelizmente. Porque parece que os mercados vão acalmando, mas há valores que continuam elevados e são os valores do mercado e contra isso nós não conseguimos fazer nada. E por isso é que, muitas vezes, temos que arrear caminho noutras matérias para podermos pagar a energia, o combustível e os alimentos para confeccionar nas escolas da cidade. Mas vejam só. Há pouco referiu-se que quando recebemos contas boas, algo do género, fazemos boas contas. Está bem! Está bem! Vejam só, se os indicadores não estivessem tão bons, a conversa era outra. Era absolutamente diferente. É claro que eu orgulho-me muito de ter feito parte, até 10 de março de 2020, de um Executivo. Orgulho-me mesmo muito. Eu já disse isto várias vezes. Quem não tem orgulho no seu passado, jamais poderá conviver no presente e fazer alguma coisa no futuro. E andei por lá a ajudar ao que tinha que ajudar. E por isso estas contas que hoje firmamos, deve-se ao trabalho, à melhoria destes indicadores... Ninguém nos ouviu aqui falar bem ou mal dos indicadores do passado, concretamente da governação anterior de Álvaro Amaro. Antes pelo contrário. Parece que agora há aqui uma tentativa de ver se ele fala mal do Álvaro Amaro, para logo à noite lhe telefonarmos que é para ele falar mal dele. É mais ou menos isto que de vez em quando acontece. Dá jeito, estão a perceber? Dá jeito, às vezes, fazer isto. Mas, falar sobre capitações encapotadas, superávits, desvio de 19 milhões entre o previsto e o executado. Eu remeto para aquilo que aconteceu, em matéria de taxas de execução, ao longo dos últimos dez, vinte anos. Remeto para aí. Vão lá ver. E quantas revisões orçamentais foram feitas no final do ano. Eu só recorro. É o que devo recordar. Vão lá ver a revisão orçamental que foi feita no final do ano de 2021. Alguém nos ouviu falar mal dessa revisão orçamental? Não foi por nossa responsabilidade. Nós tivemos que a fazer por causa das taxas de execução estarem no mínimo legal, sob pena de entrarmos no amarelo na Direção-Geral das Autarquias Locais. Mas nós fizemo-lo. Ninguém nos ouviu aqui, podem verificar o que está nas atas, a falar bem ou mal. Não. Era um imperativo legal e tínhamos que o fazer. Mas aconselho a que não vão por trespassar todas as taxas de execução ao longo de todos estes anos. A despesa corrente elevada. Pois é, é verdade. Já aqui referi, infelizmente. E com tendência a aumentar. A despesa de capital baixa. A transição dos quadros comunitários de apoio. Temos que executar tudo o que anda para aí ainda em curso. Os atrasos que existem, com as outras empreitadas que tivemos que lançar, sem termos ainda a garantia de financiamento, para conferir as condições de segurança, no caso

concreto da pedovia ao longo da VICEG. Já aqui falamos, tantas vezes, sobre isso. Ou para fazer a escavação nos lotes da plataforma logística. Ao mesmo tempo que estamos a fazer projetos. Foi aquilo que passámos a fazer, ora com os técnicos do município, ora com empresas no exterior, com ajustes diretos e com consultas prévias. É isso que vamos continuar a fazer, desde que haja transparência. Eu não admito a ninguém que nos acuse de falta de transparência. Se têm prova de alguma coisa, faça o favor, queixem-se ali em frente. É aí que as coisas são discutidas. Se há algum rumor ou se há alguma prova do que quer que seja, faça o favor. É ali em frente que devem ir. Eu sempre digo isto, desde há muitos anos a esta parte. E, na minha governação, continuo exatamente a dizê-lo. Depois, as candidaturas que foram feitas pela anterior governação e tal. Foram feitas candidaturas. Umas foram outras não foram. Quem é que teve que tratar de fazer o pressing necessário, o acompanhamento necessário para que elas as nossas fossem aprovadas e, infelizmente, outras ficaram pelo caminho? Há matéria que deve ficar no segredo dos Deuses e vai continuar a ficar, senhor Deputado. Porque nunca me ouvirão falar sobre essas matérias na praça pública. E por aqui me fico. Depois, o senhor Deputado falou aí no projeto do CINE. Bom, se calhar é melhor os senhores pedirem responsabilidades ao Conselho de Administração do Hospital, da nossa ULS. Porque a execução deste contrato só depende, única e simplesmente, do Conselho de Administração da ULS, porque há um protocolo... os senhores, de vez em quando, parece que se esquecem ou fazem-se de esquecidos. Há um protocolo assinado com a Administração da ULS. Assim que o projeto esteja concluído, o projeto de execução, nós pagamos a verba. Façam lá o favor de dizer à Administração. Olhe, ainda há um bocadinho nos cruzámos com eles e os cumprimentámos, com todo o respeito e consideração. Mas façam lá o favor de dizer para ver se conseguimos acelerar isto, porque também temos que aumentar esta taxa de execução. Depois, falou-se aqui noutros projetos: área empresarial, o Canil/Gatil e mais alguns. Pois é, é preciso fazer os projetos! É preciso fazer os projetos, é preciso trabalhar para eles. Olhe, ainda na semana passada, o senhor Chefe de Divisão do Ambiente lá me mostrou a versão, já quase final, tendente para aí, da obra que tem que ser feita no canil e no gatil. Nas obras públicas, o senhor Chefe de Divisão, exatamente da mesma forma, da área empresarial. É o caminho que estamos a fazer. Sem projetos, não se faz nada. E se um dos projetos, que eu acabei de falar, o valor não é muito significativo, o outro é bem acima de 1 milhão

de euros. É preciso termos os pés bem assentes no chão quando nós queremos fazer obras, quando ainda não temos garantia de financiamento de nenhuma delas, porque simplesmente o novo quadro comunitário de apoio ainda não está em vigor. Aliás, decorrem ainda negociações e vão continuar a durar, porque quando chegamos à discussão da divisão dos tostões, não é dos milhões, mas depois falaremos sobre isso, de facto, naturalmente, cada um terá que puxar a brasa à sua sardinha. Mas, já que falamos em puxar a brasa à sua sardinha, nunca ninguém falou nisto aqui. Eu já falei. Mas, às vezes, para algumas pessoas não interessa falar. Mas eu devo falar agora, até porque acabei de receber uma mensagem nesse sentido. E, portanto, aqui, de viva-voz, devo dizer isto à Assembleia. Já não está aqui o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo, mas fruto, vejam só, de uma candidatura feita pela Câmara da Guarda ao PRR, afinal a Câmara da Guarda faz candidaturas ao PRR, posso-vos afirmar, pela mensagem há pouco recebida, que a creche, do projeto feito pela Câmara da Guarda, da candidatura feita pela Câmara da Guarda, a creche para Gonçalo foi aprovada. Ainda bem que bate palmas, senhor Deputado. Agora vai-se dizer que foi o PRR que é o grande conquistador de tudo isto, não é a Câmara da Guarda! Mas, vejam só, nós só estamos, tão só e simplesmente, a cumprir o nosso programa eleitoral. É apenas então só isso. E por isso é uma boa notícia, naturalmente também para os técnicos da Câmara da Guarda que muito trabalharam porque, à primeira, foi chumbada. Também é bem dizê-lo. A primeira candidatura foi chumbada. Mas agora, à segunda, foi aprovada. Estou a falar pela mensagem que acabei de receber há poucos minutos. Bom, sobre a liquidez invejável já falei sobre essa matéria. E o descentralizar das competências. O descentralizar das competências para a educação, não se deve branquear aquilo que aconteceu. Quando este Executivo chegou à governação, como todos nós a cada um dos órgãos, em outubro de 2021, as competências já estavam em vigor na Câmara da Guarda. Entraram em vigor em setembro de 2021. A primeira coisa que nós perguntámos, verdade, senhora Vice-Presidente? Onde é que está o estudo para nós verificarmos entre o deve e o haver, o que é que nós vamos receber, o que é que nós vamos pagar, seja os funcionários, seja a alimentação, seja os combustíveis... onde é que está? Bola! Não existia. A maior parte das Câmaras Municipais deste país não receberam as competências sem que esse estudo estivesse bem feito. Nós tivemos que remar contra o prejuízo. Elas já estavam recebidas e temos que as executar, porque os nossos

filhos, os netos, falam mais do que tudo o resto. E, por isso, nas reuniões que vamos tendo, seja na Comunidade Intermunicipal, seja com as tutelas governamentais das áreas, é uma matéria que temos vindo a falar muito sobre ela. Muito mesmo. E por isso é que houve um acordo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, muito debatido no Conselho Geral da ANMP, onde eu tenho assento, para que fosse melhorado esse indicador, essa transferência de competências. Mas não estamos ainda satisfeitos. E é esse caminho contínuo que nós fazemos nas comissões de acompanhamento, nas reuniões com a tutela, seja com a DGEstE, seja com o Ministério da Coesão Territorial, seja com o Ministério da Educação, seja com a ANMP, para que haja a melhoria das condições financeiras para que, de facto, se possam concretizar com sucesso a descentralização de competências, no caso concreto, da área da educação. Também dizer-vos que as competências da área da ação social continuam a ser acompanhadas, também sob o ponto de vista financeiro, e também as da cultura. Também devo dizer aqui que nós não aceitámos as competências, ainda, da cultura. E já dissemos que não as aceitamos enquanto o pacote financeiro não for melhorado. O pacote financeiro que recebemos agora, no caso concreto do Museu da Guarda, ainda é o mesmo que se recebia em 2015. E por isso, tendo em conta toda esta evolução do aumento de custos aos vários níveis, nós dissemos que, enquanto não fizerem a atualização, nós não recebemos essa competência, sob pena de estarmos ainda onerar mais o erário público municipal. Aqui um último esclarecimento: abaixo da taxa de execução das medidas contra incêndios. Com a descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, as freguesias, na quase sua totalidade, assumiram essa competência. E, por isso, não podem andar as Juntas de Freguesia a fazer por um lado e a Câmara a fazer por outro. A Câmara faz apenas aquelas partes que não foram transferidas para as Juntas de Freguesia. É apenas uma justificação para que não se ludibrie a verdade, porque esta é efetivamente a verdade dos factos. E por isso nós pedimos a todos os senhores Deputados, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que esperemos que, daqui a um ano, as contas continuem boas. Certamente que o saldo vai diminuir. Posso já falar de antemão. Olhe, vejam só. No caso concreto das intervenções pós incêndio, o Estado central, como sabem, só deu 50% das necessidades. O Município da Guarda vai ter que colocar outros 50%. Só por aqui vão logo 2 a 3 milhões de euros. É bom termos essa noção da realidade. É isso que vai acontecer. Só por aqui,

o saldo vai baixar. Mas naturalmente que vamos continuar a trabalhar arduamente, o executivo, os chefes de divisão, os funcionários da Autarquia, a lutar por termos, no final do ano, umas contas boas, sãs, saudáveis e que se recomendam, tal como estas que hoje vos apresentamos e para as quais solicitamos a vossa aprovação. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, à votação, o ponto 2.2.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação da Prestação de Contas do Ano de 2022 do Município da Guarda. -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e um votos a favor e vinte e seis abstenções. --

- Aprovado, em minuta, por unanimidade. -----

Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta de alteração modificativa n.º 2 ao Orçamento e GOP's para o Ano de 2023. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Faça favor. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, só uma sugestão. Se calhar, na vez de colocar logo à discussão do ponto, questionar o senhor Presidente da Câmara se não tem nada a dizer acerca do ponto, antes de colocar à discussão dos senhores Deputados. Poderá o senhor Presidente da Câmara querer explicitar melhor alguma questão. Deixava essa sugestão e eu depois intervenho.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu agradeço. Mas como o senhor Presidente da Câmara costuma falar sempre no fim, presumi que fala no fim. Já lhe perguntei várias vezes se desejava falar no princípio. Diz que é no fim. Mas pronto, agradeço a sua sugestão.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “O senhor Presidente da Câmara não quer dar explicações aos senhores Deputados. Verifica-se. Não quer dar explicações aos Deputados. E, portanto, como é óbvio, os Deputados, depois, a seguir, não estão bem armados, para depois poder fazer uma apreciação lógica acerca destes pontos. Neste ponto existe um email que eu não sei muito bem de onde é que aparece. Gostaria de

ter explicações acerca de um email que está aí meio perdido e que me parece que é do dono de uma empresa a sugerir à Câmara para que faça uma proposta. Mas eu não sei se é assim, senhor Presidente, porque como o senhor Presidente não quis intervir no início para explicar o efeito disto! Depois, dizer-lhe assim. Esta empresa que quer contratar em Tavira é para o ajudar no PRR, senhor Presidente? É para o ajudar na candidatura a casas (não é com preços acessíveis, porque, isso aí, o senhor presidente candidatou pouco, não é?), para aquelas que é habitação social, senhor Presidente? Há pouco, o senhor Presidente exaltava-se: “Falta de transparência! Vão ali fora!” O PG, de manhã, a primeira moção que apresenta, acusa de falta de transparência o Governo. Mas o senhor Presidente, e bem, exalta-se. Eu compreendo-o. Eu compreendo-o, porque, se realmente, e eu tenho a certeza absoluta, se há honestidade, as pessoas exaltam-se quando, depois, a seguir, são feitas este tipo de afirmações. Como foi feito pelo PG, logo de manhã, na primeira moção que apresenta. Depois, é assim. Diverte-me bastante perceber que entre o PSD A e o PSD B há, tipo, queixinhas! Foi aquilo que me pareceu, não é? “À noite vou telefonar ao senhor a dizer que tu falaste mal de mim...” Pronto. Ficava por aqui, dizendo claramente que nós não compreendemos aquilo que está descrito nesta proposta. Temos alguma dificuldade. Gostaríamos que o senhor Presidente nos dissesse alguma coisa, porque, sinceramente, até poderíamos concordar com ela, mas, neste momento, nós não temos dados suficientes que nos permitam perceber: primeiro, estamos a falar de uma empresa de Tavira. Não sabemos se em Tavira o tipo de habitação que é feita é exatamente a mesma que se faz aqui na Guarda, não percebemos se esta empresa tem ou não tem capacidade para fazer isto e gostaríamos de ter a sua explicação no sentido de nós podermos votar, se calhar, de forma favorável. Assim, desconfio que vai ser muito difícil.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado pela intervenção. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, muito obrigado, senhor Presidente, por me conceder a palavra. Bom, Deputado e colega Miguel Borges, eu vou dar aqui o entendimento que eu tive dos documentos que recebi. Ao que parece, os serviços técnicos da Câmara deram conta de que seria necessário proceder-se à contratação de uma empresa, uma entidade, para definir o modelo de gestão a adotar

pelo Município, no âmbito da concretização da estratégia de reabilitação urbana, gestão operacional do seu património imobiliário com fins habitacionais, respetivos financiamentos e programas. Portanto, detetou-se esta necessidade e, muito bem, abriu-se um procedimento concursal para contratar uma entidade que tivesse competências para fazer face a esta necessidade interna. Escolheu-se uma empresa com sede em Tavira e em Lisboa, ao que parece, que tem prática nestas andanças. Mas a pergunta que eu faço é a seguinte, senhor Presidente da Câmara: então, mas só agora é que deu conta que é necessária uma estratégia de reabilitação? Só agora é que descobriu que a Câmara da Guarda tem património imobiliário. Só agora é que descobriu que há candidaturas e financiamentos para esse fim? É que essa empresa vem propor que se abra uma rubrica no orçamento, daí que hoje nós estamos aqui a votar uma alteração orçamental, porque, em devido tempo, alguém se esqueceu que era necessário acomodar esses valores para o futuro. E, portanto, olhe, se calhar não era prioritário, se calhar a estratégia da habitação para a Guarda não era prioritária e, por isso, esqueceram-se. É compreensível. Mas, no entanto, alguém, e bem, alertou para esse fim e abriu-se essa rubrica para se poder inscrever verba e é isso que nós hoje estamos aqui a votar. É uma alteração orçamental para acomodar algo de que alguém se esqueceu e que se devia ter lembrado em devido tempo. Depois, também há uma coisa que eu acho um bocadinho estranha. É assim, pelo menos, eu, no serviço público onde trabalhei, era a própria entidade que fazia as peças concursais. Aqui, ao que parece, é uma entidade externa que está a dizer ao Executivo como é que há de fazer as peças concursais, inclusivamente redige-lhe o texto, *ipsis verbis*, em que, depois, o Executivo apenas faz um copy paste para apresentar aos munícipes e a nós, deputados e representantes do povo da Guarda. E, já agora, também gostaria de saber, senhor Presidente da Câmara, uma vez que a data desse contrato celebrado com a tal entidade foi a 4 de abril, sendo o prazo de execução de vinte dias, e sendo hoje dia 27, quero saber se já tem esse estudo na mão, uma vez que já passa três dias desde o prazo final de execução. Portanto, gostaríamos de ver respondida esta questão. Muito obrigado.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Não me parecendo, se o senhor Presidente da Câmara entender intervir, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Agora sim, para esclarecer a todas as dúvidas. Bom, o facto de termos anexado, tão só e simplesmente, o e-mail da empresa consultora, revela, tão só e simplesmente, transparência. Ninguém esconde nada a ninguém. Aqui está exatamente o documento. Todos os senhores Deputados e Deputadas e Presidentes de Junta de Freguesia tiveram acesso ao documento da empresa consultora, bem como da informação técnica que manifestou a necessidade de procedermos desta forma. A saber, porque está tudo bem plasmado nos documentos, mas é normal que haja dúvidas, nós, este Executivo, esta Câmara Municipal, foi, tão só e simplesmente, desafiada pelo Governo, publicamente. Esta Câmara e todas as Câmaras do país. Fomos desafiados publicamente, e bem, para se encontrar um modelo de gestão dos fundos comunitários, todos eles, para os próximos sete, dez anos. Porque o quadro comunitário de apoio, o 2030, com o atraso que já vai, há de prolongar-se, certamente, até 2032 e 2033. Portanto, é para os próximos dez anos que temos que ter aqui as ações bem concertadas. E, por isso, nós decidimos adjudicar a esta empresa. Já agora, para que se diga, é uma empresa que já trabalhou muito, para esta casa, no passado. Portanto, não sei onde é que está a dúvida. Já aqui, esta esta, esta Assembleia Municipal aprovou documentos, no passado, desta empresa, deste consultor. Nós fomos, tão só e simplesmente, procurar um dos melhores consultores na área que nos foi aconselhado a nível nacional. Tão simples quanto isto. E aquilo que foi pedido foi a definição do modelo de gestão da Câmara Municipal para a concretização da estratégia da reabilitação urbana, da gestão operacional do património imobiliário com fins habitacionais, respetivos financiamentos e outros programas, onde deve ser feita a ponderação dos vários cenários em curso e dos modelos de atuação a propor, no futuro, à Câmara e à Assembleia Municipal. Isto é apenas um passo intermédio. Senhor Deputado, o estudo não está concluído, naturalmente. Porque sem esta aprovação... Porque esta rubrica não é usada, nesta casa, há muitos anos. Há muitos anos que esta rubrica não é usada, em concreto. Esta rubrica, o número qualquer coisa. Eu não sei. Se decorou o nome, olhe, eu não decoro esses números porque tenho outros números para decorar. Esta rubrica não é usada, nesta casa, há muitos anos. Mas aquilo que diz o consultor, é fundamental esta rubrica para que o estudo seja feito em sentido lato. Não esteja constrangido àquilo que está previsto no orçamento da Câmara atual. E nós, com a máxima transparência, é isso que propomos. Propusemos à Câmara

e que propomos à Assembleia Municipal, que é a necessidade da existência desta rubrica no orçamento, para que o estudo possa ser devidamente concluído, em tempo útil. Ele está adiantado, mas, naturalmente, os caminhos a apontar vão ter que aparecer rapidamente (mas, sem esta aprovação hoje, não é possível) para que, nos próximos tempos, nas próximas semanas, vai ter mesmo que acontecer, porque isto está a acelerar muito. E, vejam só, aquilo que a Guarda está a fazer, já há outras Câmaras no país a fazê-lo agora. Há outras Câmaras, no país, a fazê-lo agora. Mais nenhuma o fez, até agora. Naturalmente, há desafios mútuos da gestão, da gestão autárquica e da gestão governamental. E é nas reuniões de estreita parceria que nós vamos tendo que estas questões são colocadas, para que possa ser apontado um caminho, para que, daqui a pouco tempo, possa ser apresentado na Câmara e, consecutivamente, à Assembleia Municipal, o caminho a seguir para a concretização da estratégia da reabilitação urbana, da gestão operacional do património imobiliário com fins habitacionais, os respetivos financiamentos e outros programas. Estamos a falar do 2030, estamos a falar do PRR, estamos a falar de outros programas que podem vir a surgir. E eu ainda ontem dizia, ou melhor dizendo, peço desculpa, no dia 25 de Abril, dizia alguém que estamos todos convocados. Vejam só, eu até vou defender agora o Governo. Estamos todos convocados para ajudarmos à execução do PRR. Não há nenhuma perspetiva para prorrogar o prazo de execução do PRR. Não existe. E por isso todos os autarcas, os autarcas, as associações, todas as instituições estão convocadas para ajudar a executar o PRR. E agora vai mesmo ter que ser depressa e bem. E por isso é que novos desafios nós nos colocamos a nós mesmos, para que nós possamos ajudar a fazer esta gestão. E aquele modelo que vier a ser decidido para o PRR, será também para o 2030 e para outros fundos que, eventualmente, possam vir pelo caminho. O futuro a Deus pertence, mas temos que deixar a nossa pegada de uma forma positiva nesta casa, para os instrumentos de gestão necessários para as várias áreas da governação desta Câmara Municipal. Hoje, por uma via, amanhã, por outra. Mas é isso a que estamos todos convocados e, por isso, é isto que pedimos que seja aprovado, este ponto. E espero ter esclarecido, naturalmente, todas as dúvidas. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Então, colocava este ponto 2.3 à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta de alteração modificativa n.º 2 ao Orçamento e GOP’s para o Ano de 2023. -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta votos a favor e nove abstenções. -----

- Aprovado, em minuta, por unanimidade. -----

Ponto 2.4 - Construção de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Panoias - emissão da declaração de equipamento especial de interesse municipal nos termos do artigo 23º do regulamento do PDM - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava à discussão. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Ora, muito boa tarde a todos, novamente. Penso que este assunto, acredito ser consensual nesta Assembleia. As construções de estruturas residenciais para idosos é um objetivo de muitas freguesias e representam um sinal de dinamismo e iniciativa das mesmas. Representa, ainda, a aspiração a um território mais coeso e que mantenha os cidadãos próximos das suas origens. O PG votará, naturalmente, a favor. O senhor Presidente, Luis Prata, ainda hoje falou da importância do associativismo, no qual me revejo plenamente nas suas palavras. Portanto, apoio totalmente a criação e apoio contínuo de várias associações do município, como clubes desportivos, associações culturais, instituições de caridade, etc. Essas associações oferecem uma ampla gama de oportunidades, para que essas pessoas se envolvam em atividades pelas quais são apaixonadas. Acredito que é importante promover uma cultura de apoio a essas associações, seja por meio financeiro, logístico ou burocrático. Ao fazer isso, podemos assim ajudar a garantir a sustentabilidade e a longevidade de todo o nosso território. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir. Penso que não. Senhor Presidente da Câmara, deseja usar da palavra?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito rapidamente, senhor Presidente. É um passo muito importante para que se possa dar seguimento ao processo de licenciamento urbanístico desta infraestrutura tão desejada, tão ambicionada das gentes daquela freguesia, mas também de toda a envolvente. Mas é preciso, efetivamente, este passo. E, naturalmente, é isso que propomos a toda a Assembleia Municipal. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Colocava, então, o ponto, à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.4 - Construção de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Panoias - emissão da declaração de equipamento especial de interesse municipal nos termos do artigo 23º do regulamento do PDM - discussão e votação. ---

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

- Aprovado, em minuta, por unanimidade. -----

Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta de contrato de comodato a celebrar entre a Freguesia de Porto da Carne e o Município da Guarda para uso e fruição do complexo desportivo de Porto da Carne. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se algum senhor Deputado ou senhora Deputada deseja usar da palavra. Faça favor, senhora Presidente.” -----

- **Andreia Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Porto da Carne (PSD):** “Muito boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes. Com a aprovação deste contrato, o Porto da Carne dá o pontapé de saída à prática desportiva no Centro Escolar, na Freguesia e em todo o Vale do Mondego. Poderá pôr em marcha e dar continuidade à prática da escola de formação já existente neste vale. O Município, com esta aprovação, poderá realizar um desejo, uma promessa há muito anunciada. Como Presidente Junta, em nome da Freguesia que represento, fico grata por esta intenção fazer parte do programa deste Executivo. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Presidente, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir, faça favor. Senhor Presidente da Câmara, deseja usar da palavra?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Cumprimentar todas e todos, uma vez mais. Este ponto que hoje propomos aqui também, este ponto 2.5, é naturalmente um compromisso deste Executivo Municipal. Está plasmado no nosso programa eleitoral. Mas é bom e é justo dizê-lo, também, que é uma necessidade de todo o Vale do Mondego, seja sob o ponto de vista da formação desportiva, mas, acima de tudo, por força da existência paredes meias com este polidesportivo e o Centro Escolar do Porto da Carne do Vale do Mondego. E as crianças, os alunos que ali estudam, necessitam de melhores condições para a prática desportiva e, por isso, o projeto está praticamente concluído. Mas, naturalmente, nós não poderíamos abrir qualquer procedimento, não poderíamos fazer qualquer candidatura aos fundos comunitários do tal PRR, que está preparada para entrar, o PRR, esperemos que seja aprovada depois, para que se possa fazer esta obra tão necessária, permita-me, senhora Presidente de Junta de Freguesia, muito para além do Porto da Carne, para todo o Vale do Mondego e, naturalmente, para todo o concelho. E, por isso, nós propomos que a Assembleia aprove este contrato de comodato, passando, digamos, a propriedade do polidesportivo da Junta de Freguesia para a Câmara Municipal e assim podemos dar seguimento a este plano de investimento que nós acabámos de referir. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado. Colocava, então, o ponto, à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta de contrato de comodato a celebrar entre a Freguesia de Porto da Carne e o Município da Guarda para uso e fruição do complexo desportivo de Porto da Carne. -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

- Aprovado, em minuta, por unanimidade. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estes pontos, estes quatro pontos, se me permitem, colocava-os já à aprovação por minuta, dada a premência de todos eles. Nesta aprovação em minuta, pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade, com setenta votos. Muito obrigado.” -----

Ponto 2.6 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se o senhor Presidente quer falar, se no fim. Algum senhor Deputado deseja falar?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Boa tarde, mais uma vez. Senhor Presidente, só algumas questões que a Deputada Luísa Campos, ela teve que que sair, e que me incumbiu de lhe colocar. Sabemos que, neste momento, está a ser utilizado glifosato nos jardins da cidade. Há, neste momento, outro tipo de herbicidas não tóxicos que podem ser utilizados. Gostaríamos de ter a vossa opinião se isto é para continuar ou não. E, por outro lado, dizer que estão a ser colocados cartazes... cartazes, não é bem cartazes. Estão a ser colocadas folhas A4 a dizer que existe perigo para os animais e para as pessoas, mas que, muitas das vezes, no dia, de manhã, ou porque chove ou porque há vento, aquilo sai. Portanto, dizer à empresa, nós sabemos que não é a Câmara, mas dizer à empresa contratada pela Câmara, no sentido de ter isso em conta. Por outro lado, dizem-me também que essas empresas, quando estão a fazer esse tipo de trabalhos, estão desprovidos de EPI. O que, a ser verdade, é ilegal. E, portanto, mais uma vez, quem fica manchado aqui é o município, sendo que não é o município que faz isto, mas sim a empresa contratada pelo município. Portanto, achamos que o município deve fazer alguma coisa, no sentido desse outsourcing entrar nos eixos. Isto, aqui, portanto, duas questões que a Deputada Luísa deixou. Depois, queria saber como é que está a decorrer a questão dos concursos de recursos humanos para a Câmara. Queria saber, penso que foi o concurso para a seleção de Chefe de Divisão da Cultura, penso que caiu. Gostaria de saber a explicação. E, depois, queria que me explicasse aqui uma coisa. Eu tive conhecimento, hoje mesmo, de que foi anulado o procedimento concursal para a seleção de Chefe de Divisão Financeira e de Aprovisionamento, e passo a citar, e isto diz

o senhor Presidente da Câmara: “porque, nos termos do qual foi relatado, que um concorrente denominado por Alexandre, e alegado funcionário da Câmara Municipal de Pinhel, terá afirmado que” pessoa, entre parênteses (s), portanto, “pessoa/pessoas o terá/terão abordado no seu domicílio quanto às razões da sua participação no concurso e tentado influenciar o mesmo a fim desse desistir dessa participação. Foi instaurado processo de inquérito visando apurar o sucedido.” Ó senhor Presidente, onde é que está o inquérito? Gostaríamos de ter acesso a esse inquérito. E diga-me uma coisa, isto aqui não é caso de polícia? Não seria normal que a Câmara mandasse para a polícia no sentido de a polícia investigar quem é que anda... o alugado funcionário terá afirmado... Quer dizer, tentaram influenciar? E depois o senhor Presidente anula o concurso com base em coisas que lhe dizem? Ó senhor Presidente, gostaria, lá está, acho que é nesta altura que se devem pedir explicações acerca destes temas e gostaríamos de ser informados. Confesso, foi hoje de manhã que me deram isto e eu, sinceramente, gostaria de ser informado. Foi um munícipe que me deu isto. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Borges, muito obrigado. Senhor Deputado Luciano Calheiros, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, permita-me só um aparte para dizer que relevo a sua boa disposição e a forma tranquila como conduziu esta Assembleia. Parabéns.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Depois, dizer o seguinte. Em relação a este ponto, só queria aqui um ou dois esclarecimentos da parte do senhor Presidente. Em setembro de 2021, a Assembleia Municipal da Guarda aprovou a retirada da ordem de trabalhos do ponto dedicado à aprovação do Plano de Urbanização do Cabroeiro, com vista à construção da Alameda dos F’s. O senhor Presidente, face à caducidade do anterior projeto, e dizendo que o mesmo não servia os reais interesses da Guarda, abriu um novo processo, garantindo que tudo seria célere e que a variante do F’s seria construída durante o atual mandato autárquico. A informação que aqui vem na página 25, diz-nos que o Plano de Urbanização do Cabroeiro está na fase de análise dos pedidos de parecer às entidades com responsabilidades ambientais e ainda na submissão da

cartografia provisória do Plano de Pormenor. Pergunto, sabendo como sabe que estes procedimentos são extremamente morosos, acha mesmo que, até final do mandato, temos a avenida dos F's terminada? Outra questão. Já agora, pergunto também como é que está o novo projeto do Matadouro, uma vez que também preteriu o anterior? Para terminar, só um ponto de situação sobre a vinda da Unidade de Emergência da Proteção Civil para a Guarda. Qual é o ponto de situação? Obrigado." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir. Presumo que não. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra, se desejar. Muito obrigado." -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** "Muito rapidamente, só essa questão, senhor Deputado Miguel Borges, do glifosato. Bom, eu remeto para, são questões técnicas e, portanto, que se prendem com cadernos de encargos e imperativos legais e, portanto, naturalmente que os técnicos desta casa sabem bem aquilo que fazem, sob o ponto de vista da lei. E eu peço que haja essa atenção, naturalmente, redobrada. Se existir outra substância que tenha igual eficácia e que seja legal, naturalmente que isso deve ser feito. Tal como os avisos que voam. Ninguém controla isso, naturalmente. E essa questão do EPI's, bom, essa coisa do "dizem-me". Eu não acredito que ninguém não use EPI's. Só se não, desculpem-me o termo, só se não estiver bem da tola, porque, de facto, quem absorve aquela substância, quem inala aquela substância, ao fim de alguns anos, corre-lhe mal a vida. E, portanto, eu não acredito que alguém não use EPI's, mas, naturalmente, eu peço aos técnicos que façam essa confirmação. No que diz respeito aos concursos de recursos humanos, estão a decorrer. Não falo, porque não devo falar sobre essa matéria. Não me devo imiscuir nela. No que diz respeito à questão das Chefias, é, tão só e simplesmente, na divisão da cultura o primeiro classificado desistiu. Anulámos o concurso. E, no que diz respeito à questão financeira, há indícios em documentos escritos, não foram coisas de boca, há documentos escritos, foi feito um inquérito, foram feitos pareceres jurídicos e, naturalmente, em rigor, e para ir de encontro à tal transparência, decidimos anular e em breve haveremos de resolver esta situação também, para que não restem dúvidas a ninguém sobre a necessidade da transparência em todo este processo. Depois, senhor Deputado Luciano Calheiros, o Plano de Urbanização do Cabreiro. Pois é, a cartografia caducou. E é um calvário deste

